

EDUCAÇÃO EM PAUTA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES



**Francisco Carneiro Braga
Hellyegenes de Oliveira
Juliana Nobre Nobrega
Sávio Lima da Costa e Silva
Werona de Oliveira Barbosa Fernandes
[organização]**

ARCO
EDITORES

EDUCAÇÃO EM PAUTA: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES



**Francisco Carneiro Braga
Hellygenes de Oliveira
Juliana Nobre Nobrega
Sávio Lima da Costa e Silva
Werona de Oliveira Barbosa Fernandes
[organização]**

ARCO
EDITORES

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote
Silva
UNIDAVI/SC
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
UFCE- Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de
Oliveira Brito
UAL - Lisboa- Portugal.
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller
Germani
UFFS- Passo Fundo/RS
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins
UFFS - Chapecó/SC
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs
UFES - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin
UFOB
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio
UFRGS - Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch
UFSM- Palmeira das Missões/RS
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
UFU– Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado
UFJF- Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne
Tybusch
UFN - Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação em pauta [livro eletrônico] : diálogos interdisciplinares / organização Francisco Carneiro Braga ... [et al.]. -- 1. ed. -- Santa Maria, RS : Arco Editores, 2022.

PDF

Outros organizadores: Hellyegenes de Oliveira, Juliana Nobre Nobrega, Sávio Lima da Costa e Silva, Werona de Oliveira Barbosa Fernandes

Bibliografia

ISBN 978-65-89949-84-8

1. Educação 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Ensino superior 4. Interdisciplinaridade na educação I. Braga, Francisco Carneiro. II. Oliveira, Hellyegenes de. III. Nobrega, Juliana Nobre. IV. Silva, Sávio Lima da Costa e. V. Fernandes, Werona de Oliveira Barbosa

22-106775

CDD-378.001

Índices para catálogo sistemático:

1. Interdisciplinaridade : Ensino superior :
Educação 378.001

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

 **10.48209/978-65-89949-84-8**

Diagramação e Projeto Gráfico : Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: <https://stocksnap.io/>

Revisão: dos/as autores/as.



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A SEGURANÇA HUMANA EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL.....7

Jean Carlos Triches

Bruno de Azevedo

doi: 10.48209/978-65-89949-84-1

CAPÍTULO 2

AS MÍDIAS TECNOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO HÍBRIDA E REMOTA NO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES.....32

Camilla Viana de Souza Gonçalo

Pedro Carlos Pereira

doi: 10.48209/978-65-89949-84-2

CAPÍTULO 3

O ESBOÇO LEGISLATIVO DO “SOPRADOR DE APITO” NO CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE BRASILEIROS.....47

Péricles Queiroz Araújo

Poliana Freitas Vieira Araújo

doi: 10.48209/978-65-89949-84-3

CAPÍTULO 4

O ESTADO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO DIANTE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE.....65

Péricles Queiroz Araújo

doi: 10.48209/978-65-89949-84-4

CAPÍTULO 5

A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL.....85

Eliete Regina Alves da Silva

Karla de Lourdes Antunes Souza

doi: 10.48209/978-65-89949-84-5

CAPÍTULO 6

POLO UAB DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE ARTES VISUAIS.....102

Joelma Cellin

doi: 10.48209/978-65-89949-84-6

CAPÍTULO 7

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....118

Jacqueline David Altoé

Marta Martins de Oliveira

Rosana dos Reis da Silva

doi: 10.48209/978-65-89949-84-7

CAPÍTULO 8

JOVEM APRENDIZ: O ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO - REFLEXÕES.....131

Evaldo Freires de Carvalho

Aline dos Santos Moreira de Carvalho

Pedro Carlos Pereira

José Carlos Guimaraes Junior

doi: 10.48209/978-65-89949-84-0

CAPÍTULO 9

APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DAS INTERFACES CEREBRAIS, COM UMA PEQUENA EXPLORAÇÃO DAS SUAS TRANSFORMAÇÕES.....145

Liliane Musumeci Ferreira

doi: 10.48209/978-65-89949-84-9

SOBRE OS ORGANIZADORES.....158

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....160



10.48209/978-65-89949-84-1

CAPÍTULO 1

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E A SEGURANÇA HUMANA EM TEMPOS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL

Jean Carlos Triches

Bruno de Azevedo

Resumo: A Segurança Humana é um conceito que abrange diversos aspectos e dimensões como a econômica, política, de saúde e social. Para ela se concretizar torna-se necessário existir um equilíbrio entre todas as suas dimensões. Quando observa-se a ocorrência de uma situação que coloca em xeque a segurança humana, como a atual situação pandêmica, tem-se como fundamental a busca por meios que venham a identificar e minimizar os reflexos desta situação. Tendo em vista isto, este trabalho propõe relacionar, através de pesquisa bibliográfica, os fatores que impactam de forma direta a busca da Segurança Humana, no que diz respeito a sua relação com a Educação Profissional nestes tempos pandêmicos de educação baseada em atividades não presenciais, bem como de formas de mitigar seus efeitos. Conclui-se, que pela situação pandêmica, instaurada em meados de 2020, é inevitável o surgimento de um desequilíbrio sistêmico do meio ambiente que impacta diretamente na Segurança Humana de todos os indivíduos, e em especial, daqueles que já se encontravam anteriormente em situação de risco. A sociedade foi comprometida como um todo, intensificando diversos problemas estruturais, que por sua vez atingiram diretamente a situação que cada indivíduo está vivenciando, de forma a desestabilizar a segurança existente no cotidiano deste. A segurança de um indivíduo não está somente relacionada com questões de saúde e financeira, mas sim, a diversos fatores existentes que abrangem questões psicológicas, físicas e sociais, sendo que todos estes aspectos são de suma importância para que uma pessoa esteja em segurança. A Educação Profissional também foi muito prejudicada visto que uma das características fundamentais deste tipo de formação - as aulas práticas, não estão sendo executadas, tampouco conhece-se um modelo educacional que possa substituir a formação presencial e as metodologias a ela atinentes. Com o decorrer da pandemia é perceptível que ninguém estava preparado para tal situação e as medidas adotadas consistem em tentativas de minimizar os seus impactos negativos.

Palavras-Chave: Segurança Humana. Educação Profissional. Distanciamento Social.

INTRODUÇÃO

A Segurança Humana, segundo sua definição atual, pode ser vista como o alívio de ameaças à integridade física, à liberdade dos medos e necessidades, de crimes e guerras; aos Direitos Humanos, ao desenvolvimento político, social e econômico; e, dentre outras, à educação (ALENCAR, 2016). Logo, ela está diretamente relacionada às questões atuais e referentes ao estado pandêmico e às relações sociais que permitem, inclusive, a oferta de educação, já que surge um

desequilíbrio sistêmico de meio ambiente (LOPES, 2020). Ademais, é de comum acordo entre diversos autores (vide THESSING, DE MARIA E PEDRALLI, 2021 para uma discussão completa) que necessidades como segurança e alimentação sejam asseguradas para que a atividade de estudo possa ocorrer. Considerando estas ameaças e as mudanças de paradigmas do cenário das relações internacionais - colocando o Ser Humano, e não o Estado, no centro do debate sobre segurança (ROCHA, 2017), a Organização das Nações Unidas, em 2015, definiu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ela conta com 17 Objetivos e 169 metas a serem alcançadas pelos países e partes interessadas (ONU, 2015).

Dentre as diversas metas deste compromisso, do qual o Brasil também é signatário, três dimensões do desenvolvimento sustentável são abordadas: a econômica, a social e a ambiental. Um dos diversos objetivos é “garantir que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável”, o que inclui educação inclusiva e de qualidade, com acesso equitativo e universal, ao longo de toda a vida, bem como aos cuidados de saúde (ONU, 2015, p.1).

No Brasil, vem sendo muito debatida e implementada a busca pelo atendimento da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), que estabelece em seu texto diversos princípios condizentes integralmente com os objetivos da Agenda 2030, e também a busca pelo alcance específico destas metas em âmbito local, em especial na rede pública de ensino profissionalizante.

Porém, como é possível verificar pelo Relatório LUZ de 2019, GTSC (2019), um relatório da sociedade civil desenvolvido para acompanhar o avanço do país nestas questões acordadas junto à ONU, muitas vezes as ações práticas que garantiriam o atendimento a tais metas esbarram em dificuldades burocráticas, legais e de capacitação do pessoal responsável.

Um dado muito relevante trazido pelo Relatório LUZ de 2019 para a questão da educação em tempos de medidas de distanciamento social, onde muitas

das atividades educativas são desenvolvidas por meios eletrônicos e à distância, é que o Brasil é um dos piores países em questão de cobertura de acesso à internet, ficando, inclusive, muito atrás de seus vizinhos, como Chile e Argentina, neste quesito. Outro dado alarmante é que a taxa de analfabetismo funcional na população de 15 a 64 anos vem aumentando nos últimos anos (GTSC, 2019).

Em 2020, a pandemia global do coronavírus exigiu de todas as sociedades medidas de distanciamento social como ferramenta vital para a sobrevivência. Tais medidas impactam na vida de cada indivíduo, cujos efeitos ainda são desconhecidos e provavelmente perdurarão por muitos anos (ALVES et al., 2020). Estes impactos são ainda mais acentuados quando se referem à educação e, ainda mais, para indivíduos provenientes de famílias de baixa renda, que necessitem de tratamento ou cuidados especiais, ou inseridos em situações de riscos e escassez, cuja educação, historicamente, já é deficiente em vários aspectos (FILHO, 2020).

Logo, é importante compreender como as medidas de distanciamento social impactam sobre a segurança humana, em especial na busca de alcançar o objetivo da Agenda 2030 de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade; e de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.

Este trabalho propõe relacionar, através de pesquisa bibliográfica, os fatores que impactam de forma direta na busca da Segurança Humana, no que diz respeito a sua relação com a Educação Profissional, nestes tempos pandêmicos de educação baseada em atividades não presenciais - e formas de mitigar seus efeitos.

Para isso, buscou-se identificar na literatura, através de leitura exploratória: na Seção 2, a relação e os recentes avanços entre a educação e a Segurança Humana; nas Seções 3 e 4, como a Segurança Humana e a Educação Profis-

sional foram impactadas pela pandemia e pelas ações de distanciamento social. E finalmente, na Seção 5, discutidas possíveis medidas administrativas e pedagógicas que podem ser tomadas para minimizar os impactos da pandemia na Educação Profissional e na Segurança Humana dos alunos.

EDUCAÇÃO E SEGURANÇA HUMANA

A atual definição de Segurança Humana surgiu na década de 1990 como a segurança focada nas pessoas e suas necessidades - e não à segurança do estado (ROCHA, 2017). Ou seja, é o alívio de ameaças à integridade física, à liberdade dos medos e necessidades, de crimes e guerras; aos Direitos Humanos, ao desenvolvimento político, social e econômico; e conseqüentemente à educação (ALENCAR, 2016). Sendo formalmente definida no texto do Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, onde se enfatiza a necessidade de agir de maneira preventiva nas questões relacionadas a ela. Vejamos:

A próxima Cúpula Social nos oferece uma oportunidade única de redefinir a agenda de desenvolvimento da humanidade. A Cúpula será um momento para responder às novas compulsões da segurança humana. Será um momento de reiterar com muita clareza que, sem a promoção do desenvolvimento centrado nas pessoas, nenhum de nossos principais objetivos pode ser alcançado - nem a paz, nem os direitos humanos, nem a proteção ambiental, nem o crescimento populacional reduzido, nem a integração social. Será um momento para todas as nações reconhecerem que é muito mais barato e muito mais humano agir mais cedo e agir a montante do que juntar as peças a jusante, abordar as causas da insegurança humana e não suas conseqüências trágicas (RDH, 1994, p. 3, tradução nossa).

No contexto da educação, a Segurança Humana também está diretamente relacionada às condições que possibilitam o acesso, a eficiência e a permanência na educação formal. E ainda mais com as questões atuais referentes ao estado pandêmico e seu impacto nas relações sociais - onde é inevitável o surgimento de um desequilíbrio sistêmico do meio ambiente que impacta diretamente na Segurança Humana de todos os indivíduos, e em especial, daqueles que já se

encontravam anteriormente em situação de risco (LOPES, 2020). Torna-se imprescindível reconhecer quais são as dimensões da Segurança Humana e como elas impactam na educação. Com isso em mente, a seção seguinte aborda alguns preceitos básicos sobre a segurança humana.

Dimensões Da Segurança Humana

Muitas vezes, ao se recorrer à noção de Segurança Humana, tende-se a sustentar que o nível de segurança dos estados é avaliado por quanto sua população é pobre ou excluída; ou que a segurança humana estará ameaçada apenas quando a vida dos indivíduos está ameaçada. Segundo Cepik (2017) esta visão é equivocada justamente por simplificar demasiadamente as questões relativas ao bem-estar social e as necessidades básicas individuais que garantam uma vida digna ao ser humano.

O autor sustenta que, desde os anos setenta, muito vinha sendo discutido a respeito das seguranças social, ambiental, global - ou o medo da ameaça nuclear, alimentar e individual, quer seja por doenças, crimes ou por outras violências, inclusive as praticadas pelos entes estatais.

Com o início dos debates sobre desenvolvimento sustentável no começo da década de noventa, este novo conceito de segurança humana surgiu com a inclusão de novos, e mais fundamentais, temas (CEPIK, 2001). Oliveira (2009) resgata as 7 dimensões da Segurança Humana identificadas no Relatório de Desenvolvimento Humano de 1994 das ONU: Econômica, Alimentar, Sanitária, Ambiental, Pessoal, Comunitária e a Política.

A dimensão da Segurança Econômica, ou seja, a garantia de renda e de recursos mínimos às pessoas, seja proveniente de trabalho remunerado ou programas assistenciais, demanda que sejam resolvidos os problemas estruturais como falta de emprego, desigualdades socioeconômicas, trabalho escravo, humilhante, desumano, criminoso ou precário.

A Segurança Alimentar é a dimensão da segurança humana relacionada com a garantia do acesso à alimentação básica e nutritiva. A concretização da segurança alimentar não baseia-se apenas na produção suficiente de alimentos pela humanidade, mas pela justa e correta distribuição destes, e que estejam disponíveis para distribuição, o que requer também cuidados nos aspectos econômicos e logísticos das cadeias de produção.

Quanto à Segurança Sanitária ou o direito à Saúde, se refere a propiciar um ambiente saudável onde se dificulte a propagação de doenças. Para isso há saneamento básico e a disponibilidade e acessibilidade de cuidados médicos. Dentre os principais riscos à segurança sanitária estão as epidemias, infestações, a falta de água potável, os acidentes de trânsito, o câncer, dentre outros.

A dimensão da Segurança Ambiental é a que inclui a ausência de ameaças ambientais como o desmatamento, as queimadas e a poluição do ar, visual, sonora e da água. Logo, o que põe em risco a segurança ambiental são todos os processos de degradação de ecossistemas e o uso não sustentável dos recursos naturais.

A Segurança Pessoal é a mais intuitivamente relacionada à Segurança Humana, é a dimensão relacionada às violências físicas, seja perpetrada por outros indivíduos, organizações, pelo Estado ou por outros Estados. O documento da ONU dá especial ênfase a violência contra a mulher, crianças, abuso de menores e os suicídios.

Quanto à Segurança Comunitária, esta exige que seja garantido às pessoas o direito e a segurança da manutenção de sua integridade física ao manifestar a sua identidade cultural e seus conjuntos de valores. Quer seja individualmente, em conjunto com sua família, comunidade, organização ou grupo étnicoracial. O documento atenta, no que trata desta dimensão, para as questões indígenas.

Por fim, a Segurança Política refere-se a um conjunto de direitos que efetivamente garantam que os indivíduos vivam e participem de uma sociedade que

respeite os direitos humanos. Compreende também questões relativas aos direitos e sistemas políticos e questões de acessibilidade e inclusão.

Oliveira (2009) atenta para o fato de que as ameaças são transnacionais, ou seja, para problemas como os ecológicos, terrorismo, epidemias, fome, dentre outros, as fronteiras entre os países não são muito relevantes. Logo, os estados devem estabelecer relações de cooperação com outros entes, estatais ou não, para prevenir ou mitigar as ameaças. Fica, então, evidente que questões como o isolacionismo dos estados são ameaças diretas à Segurança Humana.

Neste sentido, Cepik (2017) aponta que “o mesmo estado que obtém legitimidade do fato de ser o principal responsável pela segurança nacional, frequentemente torna-se ele próprio uma fonte de ameaça direta ou indireta para a segurança dos indivíduos e da nação”, ou seja, o conceito de segurança que antes era quase sempre relacionado unicamente às questões militares e fronteiriças, abarca muitas outras questões.

É neste contexto que os Estados começam a se organizarem para alcançar estes objetivos em comum. Na próxima seção, esse movimento é abordado.

Segurança Humana e a Agenda 2030

A partir da década de 1990, as mudanças de paradigmas do cenário das relações internacionais, no que tangia as ameaças intra e internacionais, se tornaram muito visíveis. Esta mudança colocava o Ser Humano, e não o Estado, no centro do debate sobre segurança (ROCHA, 2017). Tal movimento culminou com a definição da Agenda 2030 pelo Desenvolvimento Sustentável apresentada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 2015.

Este acordo firmado entre os 193 países membros, dentre eles o Brasil, conta com 17 Objetivos Gerais e 169 metas a serem alcançadas até o ano de 2030, como uma nova agenda universal para enfrentar os problemas mundiais nas suas dimensões econômicas, sociais e ambientais. (ONU, 2015).

Nocera et al. (2019) explica que estas metas e objetivos se relacionam a diversos temas, mas não se atendo apenas a estes, como a erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, empoderamento de mulheres e meninas, dentre outros, e têm o objetivo principal de inspirar e despertar o entusiasmo, a investigação e a ação em nível global.

Para Francisco (2017), desta forma, as Nações Unidas assumem que a sustentabilidade é um princípio básico para o desenvolvimento humano. Visto que este desenvolvimento só será alcançado quando a humanidade conseguir sobrepujar as desigualdades que ameaçam a Segurança Humana de todos os indivíduos, têm-se a grande importância de que estas mudanças sejam politicamente, economicamente e ambientalmente viáveis para serem mantidas a longo prazo.

O cumprimento dos objetivos do desenvolvimento sustentável propostos na Agenda 2030 denota uma forte conexão entre todos os indivíduos e entre todas as nações, pois a existência de um depende de como vive o outro, considerando que o desenvolvimento sustentável é tanto uma forma de entender questões globais como um método para resolver problemas locais (NOCERA et al., 2019).

O Desenvolvimento Sustentável exige a Segurança Humana a todos, logo obriga os estados a promover políticas públicas que a favoreçam garantindo um crescimento social harmonioso, com equidade, fundado na justiça e efetiva redistribuição de renda, acesso a alimento e educação de qualidade para todos (FRANCISCO, 2017).

Dentre estes objetivos, pode-se destacar aquele que é o precursor do atendimento geral da agenda: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, garantindo assim que todos os seres humanos possam realizar o seu potencial com dignidade e igualdade, em um ambiente saudável (ONU, 2015, p.1). Com isso em mente, a seção seguinte explora a relação entre a Educação Brasileira e este objetivo da Agenda 2030.

Segurança Humana e a Educação Brasileira

No Brasil, atualmente, o atendimento pleno da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), compreende atingir o que se estabelece em seu texto como sendo a finalidade da educação, ou seja, promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

A LDB traz também diversos princípios norteadores da educação e que são condizentes integralmente com os objetivos da Agenda 2030. Dentre estes princípios pode-se destacar: a garantia de padrão de qualidade; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; o direito à educação e a aprendizagem ao longo da vida; e, sobretudo, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996, p. 1).

A busca pela efetivação da LDB e pelo alcance das metas da agenda 2030 vêm sendo muito debatida e implementada no país, impulsionada, como explica Juk et al. (2020), “da atuação dos pesquisadores, [...] da pressão de intelectuais, [...] e dos posicionamentos teóricos críticos de educadores em sala de aula e em outros espaços da sociedade”. Porém, muitas vezes as ações práticas que garantiriam o atendimento a tais metas esbarram em dificuldades burocráticas, financeiras, legais e de capacitação dos atores envolvidos.

Gatti (2010, apud CALEJON, 2020), referindo-se à formação dos professores, assinala que os cursos de licenciatura dão muita ênfase a disciplinas específicas, ou seja, disciplinas ligadas diretamente à área de conhecimento da licenciatura, dando pouca ênfase a outras ligadas a formação pedagógica. Logo, os efeitos de tal formação deficitária, acentuada pelas dificuldades enfrentadas diariamente pelos professores no exercício da docência, são fatores que muitas vezes são impeditivos para se atingir os objetivos educacionais previstos, inclusive em legislação.

Nesta mesma linha de raciocínio, Saviani (2009) traça um panorama histórico e teórico acerca do problema de formação de professores no contexto brasileiro, e discorre acerca dos dois modelos de formação de professores presentes no Brasil, o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos e o modelo pedagógico-didático. O primeiro privilegia os conteúdos específicos da área estudada, e se contrapõe ao segundo pois se preocupa com a preparação didático-pedagógica dos professores. Saviani (2009) explica que o modelo dos conteúdos culturais-cognitivos espera que aspectos didático-pedagógicos emerjam com o pleno domínio dos conteúdos específicos. Dessa forma, a formação docente deveria se preocupar com a formação com o pleno domínio didático-pedagógico e dos conteúdos específicos.

Calejon e colegas (2020), resgatando Paulo Freire, pontua que é indispensável que as instituições preparem os futuros professores para a constituição de ambientes de aprendizagem que favoreçam os alunos a desenvolverem capacidades de constatar, refletir criticamente e contribuir. Promovendo, desta forma, a formação efetiva e indispensável para o exercício da cidadania.

Neste sentido, o Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024 (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, estabelece 20 metas a serem cumpridas durante sua vigência. Dentre estas metas, estão a de formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica até 2024 e de garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação.

O PNE traz também diversas metas que vão diretamente ao encontro daquilo que busca os preceitos da LDB e da Agenda 2030 como universalização da alfabetização e da educação de qualidade. Também foi instituída, pelo Ministério da Educação, a rede de Assistência Técnica para Monitoramento e Avaliação dos Planos de Educação, que tem como objetivo subsidiar as comissões de monitoramento local do atendimento das metas dos PNEs.

Com base nos marcos legais anteriores, o PNE reafirma a necessidade da instituição de uma base curricular comum para o ensino brasileiro, destacando a importância da definição dos direitos e objetivos de aprendizagem, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los (BNCC, 2017).

É neste contexto que é criada a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que os estudantes desenvolverão durante cada etapa formativa e que vão de encontro com o compromisso da educação integral, preceito para a educação de qualidade:

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades (BNCC, 2017)

Para a garantia dessas aprendizagens, a BNCC institui o desenvolvimento integral do aluno através de 10 competências gerais bem definidas. Neste sentido, a BNCC é um conjunto de orientações para a elaboração de currículos locais. Desta forma traduz-se em um grande avanço da educação brasileira pois, segundo Da Silva (2019), promove o acesso igualitário à educação e à formação crítica do sujeito, indo de encontro do atendimento dos pressupostos da Segurança Humana. Porém a situação pandêmica atual promove um dinamismo ímpar a este sistema. Com isso em mente, a seção seguinte busca sistematizar algumas das dimensões da Segurança Humana que são afetadas, e como se relacionam com a educação.

SEGURANÇA HUMANA E A PANDEMIA

A situação pandêmica instaurada em meados de 2020 tem servido para agravar a crise ambiental e humana, tanto pelas dimensões econômicas quanto pelas sociais. Além disso, serviu também para abrir os olhos da população em geral para a sempre presente, mas às vezes invisível a muitos, falta de condições essenciais e básicas da vida humana, como o acesso à água potável, saneamento básico, educação e saúde pública; bem como da presença de outras situações que comprometem a defesa da cidadania e dos cuidados básicos a Segurança Humana (FERREIRA et al., 2020).

Nesse sentido, a atividade de estudo “demanda de professores e alunos que toda sua atenção esteja voltada para o objeto de apropriação, porque a necessidade daquele conhecimento se coloca como nodal” (THESSING et al., 2021, p. 75), portanto, para que os sujeitos se apropriem da atividade de estudo é necessário que necessidades básicas de segurança e alimentação tenham sido cumpridas, pois quando tais necessidades concorrem com a atividade de estudo, essa “se recolhe” para que as primeiras possam ser atendidas (THESSING et al., 2021).

Sendo que o isolamento social faz ser mais acentuadas e visíveis tais situações. Mais visíveis no sentido de não ser mais possível ignorá-las, mesmo com a essência privada de muitas delas. Temos também que a falta e dificuldades de alcance das políticas econômicas e sociais aos mais pobres e frágeis, principalmente dos auxílios financeiros emergências e da saúde, demonstra o quão distantes e indiferentes estamos das comunidades afastadas dos centros urbanos, como das comunidades ribeirinhas, rurais, indígenas, quilombolas e outras (FERREIRA et al., 2020).

Jaime (2020), pontua que os impactos da pandemia sobre a segurança alimentar e nutricional não são homogêneos na população, já que as desigualdades sociais e financeiras a impactam diretamente. Sendo a renda familiar um

indicador direto deste risco, a autora coloca em evidência que nas últimas décadas, diversas políticas voltadas ao aumento da renda das famílias brasileiras resultaram na redução da fome e da desnutrição infantil.

A autora traz um estudo do IBGE que demonstra que em 2018, 25,3% da população brasileira vivia em situação de pobreza ou extrema pobreza. Famílias cuja experiência da insegurança alimentar não é novidade, porém, terão suas vulnerabilidades ampliadas pelas medidas de isolamento social, pela instabilidade no trabalho e renda das famílias e pela resposta, muitas vezes ineficiente, do poder público frente a situação.

Esta insegurança alimentar é minimizada historicamente por várias ações da sociedade civil e pelas organizações de controle social, com destaque para a defesa do fortalecimento de programas estratégicos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Equipamentos Públicos como bancos de alimentos e restaurantes populares (JAIME, 2020).

A problemática social e financeira, quanto das relações de trabalho, e consequentemente de renda, também é agravada já que, antes mesmo da pandemia, acumulávamos cerca de 11,6 milhões de brasileiros desempregados e uma soma de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas desalentadas. Juntam-se a isso a crescente informalidade e a ruptura de cadeias produtivas (FERREIRA et al., 2020).

Ferreira et al. (2020) resgata Frigotto (2007) para apontar as relações sociais capitalistas a despeito de serem um instrumento eficaz para regular os interesses e as relações sociais de forma livre, equânime, equilibrada e justa, podem acentuar a desigualdade em situações como a pandemia, afetando a população de forma desigual, tendo os mais afetados: cor, raça, sexo e classe social.

A pandemia também fez surgir um novo grupo populacional que experimenta ineditamente a insegurança alimentar, “seja por receio de falta de alimentos

ou pela preocupação com a segurança sanitária dos mesmos”. Logo, alcançar a Segurança Humana em tempos de pandemia é uma meta ainda mais complexa de se atingir o que envolve a educação e o sistema de ensino (JAIME, 2020). A próxima seção aborda aspectos desta interface e como a educação é diretamente impactada.

EDUCAÇÃO, PANDEMIA E DISTANCIAMENTO SOCIAL

A educação no Brasil vive as imposições do distanciamento social que mudou de forma drástica e inesperada as relações e de um conjunto de transformações que não são tão facilmente percebidas, onde a tarefa de sintetizá-los para uma análise ampla é quase impossível. Para tanto é necessário analisar a relação entre o atual momento e as tendências já em curso nas políticas educacionais pré-pandemia (DE FRANÇA FILHO et al., 2020).

Um dos impactos gerados no âmbito educacional, como expõe De França Filho et al. (2020), é a pressão imposta ao setor público e privado pela implementação do ensino a distância em todos os níveis de educação básica e superior. Pressão que levou o setor a categorizar este estilo de ensino imposto como “ensino remoto”, sendo assim, distinto do sistema já existente de Educação a Distância (EaD). O autor salienta que este tipo de ensino é uma forma improvisada de reação perante a crise que se instaurou, não provêm o apoio pedagógico necessário e que não advém de um planejamento adequado. Nesse sentido, Thessing e colegas destacam que

Secundarizar essa conjuntura [*pandêmica de dimensões apocalípticas*] e centrar as ações no movimento superficial de busca por métodos alternativos e ferramentas para adequação às aulas na modalidade não presencial, remota, pode ser identificado de duas maneiras: ou como uma ingenuidade derivada de uma compreensão bastante reduzida/acrítica da realidade social ou como uma estratégia, que aposta na alienação humana para fazer com que os trabalhadores e seus filhos permaneçam a serviço do sistema vigente, envolvidos na lógica do produtivismo e presos às necessidades de alimentação e segurança, as quais historicamente foram tributadas ao esforço individual, em consonância com a

meritocracia que tão bem serve aos ideais capitalistas, ou relegadas ao assistencialismo (THESSING et al., 2021, p. 75)

Ferreira et al. (2020) aponta que fomos surpreendidos e disso adveio uma paralisia nas mais diversas áreas da sociedade – economia, política, saúde, cultura, educação e meio ambiente – levantando a hipótese de que tal situação foi resultado de uma crise preexistente do capitalismo real. De fato, Saviani (2012) já nos alertava acerca do paradigma posto pela educação compensatória - pesar sobre a educação a responsabilidade de problemas que não são necessariamente de ordem educacionais (saúde, nutrição, emotivas, entre outros) - resquícios das teorias crítico-reprodutivistas da educação, ou seja, aquelas que não se preocupam com a manutenção do estado de coisas e procuram transpor para o ambiente escolar a sociedade como ela realmente é, sem a superação da alienação posta pelo trabalho na sociedade capitalista. Para sermos mais específicos, o autor supracitado afirma que haviam “evidências de que o fracasso escolar, incidindo predominantemente sobre os alunos socioeconomicamente desfavorecidos, se devia a fatores externos ao funcionamento da escola, tratava-se, então, de agir sobre esses fatores” (SAVIANI, 2012, p. 26-27). Por fim, Thessing e colegas (2021) tecem uma análise acerca das contradições postas pelo capitalismo no contexto pandêmico

Esse modo de ver a escola naturaliza uma dimensão absolutamente conjuntural que precisa ser superada: os filhos dos trabalhadores são levados a estabelecer uma relação de dependência perene da instituição escolar que vai do atendimento de necessidades de sobrevivência como alimentação e segurança à falta de acesso à internet, o que direciona luz sobre as propaladas discussões sobre a díade inclusão e exclusão escolar, fenômenos que sempre lidam com a constatação de que as estruturas escolares materiais e pedagógicas tendem a ser essencialmente excludentes (p. 74)

Quanto ao acesso à educação, Calejon et al. (2020), explica que os recursos da tecnologia digital possibilitaram a criação da escolarização em situação de isolamento e distanciamento social, porém a desigualdade econômica e social; aliada ao despreparo dos profissionais envolvidos quanto a este modelo

educacional - que sofreram aumento significativo da carga de trabalho na lógica produtivista da sociedade capitalista - foi fator impeditivo para que muitos estudantes tivessem acesso amplo aos conteúdos escolares e a educação inclusiva, para uma formação integral. Ou seja, não basta ter acesso aos equipamentos, é preciso utilizá-los para geração de conhecimento e não como meras ferramentas de transferência de conhecimento.

Posto isto, o autor defende que é necessário repensar a educação e as experiências pretéritas no seu campo, principalmente no que diz respeito à utilização das tecnologias na educação e se tais recursos podem realmente oferecer contribuições, reavaliando as competências necessária aos educadores e quais as condições de trabalho impostas aos mesmos.

De França Filho et al. (2020), partindo do pressuposto de que o espaço de educação, independentemente de seu formato físico, “é um lugar de investigação da realidade e da construção dos instrumentos necessários ao seu entendimento”, defende que o conhecimento é um processo de construção que envolve diversos sujeitos, dentre eles os professores e alunos, para que de forma colaborativa, através da razão, emoção e da afetividade, interpretem a realidade. Logo, infere que essa relação é muito mais ampla:

Ambos, partindo dos seus conhecimentos, preconceitos, idiossincrasias, visões do mundo, buscam, por meio da observação, percepção, registro, reflexão, conceituação, síntese, o entendimento da realidade que está sempre em processo de transformação. Nesse caminho, também se coloca a questão da relação entre a teoria e a prática, isto é, do confronto permanente entre a realidade e a consciência, entre o mundo e a percepção do mundo, entre o agir e o pensar, entre a ação e a reflexão, enfim, do movimento da práxis humana. (DE FRANÇA FILHO et al., 2020, p.14)

Neste sentido, Calejon et al. (2020) defende que a natureza das relações interpessoais providas através de recursos de comunicação remota, como se dá na chamada educação remota, deva ser compreendida e utilizada de forma mais adequada a realidade de cada indivíduo para poder prover de forma efetiva a sua

formação integral em uma sociedade tão diversa onde imperam cotidianamente situações de injustiças e preconceitos. Exigindo-se assim uma profunda revisão das políticas públicas educacionais.

Questionando se a sensação de conexão e interatividade dadas pelas tecnologias de comunicação atuais por si só permite que as necessidades afetivas, intelectuais e materiais sejam satisfeitas, De França Filho et al. (2020) complementa o posicionamento de Ferreira et al. (2020) que aponta que tais aspectos aumentam as desigualdades e as ameaças à Segurança Humana, porém também nos levam a refletir sobre as novas formas de sobrepor tais diferenças, erros e dificuldades na produção da solidariedade, da formação de valores humanos e, por fim, da cidadania. Com isto em mente, a busca por formas de garantir estas necessidades educativas será abordada na próxima seção.

EDUCAÇÃO INOVADORA

O processo educacional é, acima de tudo, um processo comunicativo e interativo, logo, todas inovações tecnológicas nestas áreas são potenciais adições ao modo de ensinar e aprender. Calejon et al. (2020) demonstra que não é possível ignorar as inovações que vem acontecendo e que a incorporação destes aparatos tecnológicos ao modo tradicional de ensinar é imperativo¹, porém depende de utilização técnica, ou seja, de como o professor utiliza estes recursos de forma a explorar estas novas possibilidades e seus significados na educação.

O autor cita López e Siverio Gómez (2005) para elencar aspectos básicos que a educação deve abranger para o desenvolvimento integral do aluno. Na perspectiva desses autores, a educação promove, guia, conduz e impulsiona

¹ Apesar de concordarmos que a implementação da tecnologia ao ensinar e aprender é importante, ressaltamos que é responsabilidade do Estado promover condições de acesso a todos estudantes e docentes, para que os preceitos escolanovistas não sejam reincidentes, ou seja, que a implementação de recursos tecnológicos na educação não atenda apenas à elite em detrimento das camadas populares (vide SAVIANI, 2012 para uma discussão completa acerca da pedagogia tradicional versus escola nova).

o desenvolvimento. Portanto devem estar presentes neste processo o protagonismo, a participação, a dimensão coletiva e cooperativa, o clima socioafetivo e comunicativo; e o enfoque lúdico. E, para promover os cenários onde tais experiências são possíveis, outros atores devem se fazer presentes, quer sejam os pais, professores ou colegas (CALEJON et al., 2020).

Torna-se evidente que as tecnologias, por si só, não são capazes de abranger todas as dimensões da educação e que o uso delas devem ser crivadas de objetividade, tecnicidade, e, como toda ação pedagógica, ter os objetivos de aprendizagem. Andrade et al. (2020) acham crível desenvolver estratégias de ensino inovadoras para atender a diversidade presente no sistema educacional brasileiro, mesmo em tempo de distanciamento social. Neste trabalho recente, descrevem as experiências positivas, porém não suficientes, na aplicação de Metodologias Ativas no espaço educacional, onde percebeu-se uma maior inclusão, promovendo uma atitude mais ativa por parte dos estudantes pesquisados, desenvolvendo também o pensamento complexo.

Logo, um grande desafio é transformar o conhecimento em algo criativo, que esteja diretamente relacionado às práticas, de preferência inovadoras, para a melhoria na estimulação e prática de reflexões mais apuradas. De acordo com esta visão, é imprescindível estimular a curiosidade natural e a criatividade dos alunos (ANDRADE et al, 2020).

Moran (2007) enumera, o que a seu ver, são as bases, ou eixos principais, de uma educação inovadora: o conhecimento integrador e inovador; o desenvolvimento da autoestima e do autoconhecimento; a formação do aluno-empREENDEDOR; e a construção do aluno-cidadão. Neste contexto, o uso de inovações tecnológicas é um dos fatores que podem influenciar este processo.

Para tanto seria necessário a pretérita integração entre tecnologia e prática pedagógica desde a educação básica até o ensino superior para garantir uma

fluidez de conhecimentos que corrobora com a formação cidadã ao promover a inclusão científico/tecnológica (ANDRADE et al, 2020).

Neste sentido, algumas escolas e redes educacionais já vêm aplicando modelos centrados no desenvolvimento ativo pela resolução de problemas, desafios, gamificação, estudo de caso, práticas e leituras, combinando atividades individuais com atividades coletivas. Isso exige uma mudança de configuração do currículo e da mobilização dos professores. Nessas metodologias ativas o aprendizado se dá com foco em problemas e situações reais, buscando antecipar situações que provavelmente serão enfrentadas pelos alunos no decorrer de sua vida pessoal ou profissional (MORAN, 2015).

Moran (2015) defende que as tecnologias da informação são ótimas ferramentas educacionais ao passo que permitem o registro, a visualização e o controle do processo de aprendizagem de cada um dos estudantes. Tais ferramentas já permitem mapear o progresso e as dificuldades enfrentadas por cada estudante. Através de sistemas adaptativos, é possível prever ou direcionar o aprendizado de forma individual. O autor ainda apresenta alguns exemplos bem-sucedidos de ações pedagógicas onde a combinação de ambientes tecnológicos formais de ensino com informais, ou seja, redes sociais, blogs, comunicadores instantâneos, dentre outras, foi aplicada de forma integrada aos planos de ensino.

Neste modelo o papel do professor não é suprimido, pois, sendo parte essencial no processo, sua atuação é definida como curador e orientador. Curador no sentido de escolher os materiais e práticas relevantes dentre um mar de ferramentas e informações disponíveis. É o professor que efetivamente gerencia o processo, dá apoio, acolhe, estimula, valoriza, orienta e inspira individualmente cada aluno, orienta a classe e os grupos. Logo exige-se do professor competências diversas que muitas vezes não são desenvolvidas durante sua formação. Exige também profissionais mais valorizados, com melhores condições estruturais de ensino e mais bem remunerados. Uma realidade muito além das possibilidades imediatas na maioria das escolas brasileiras (MORAN, 2015).

A sociedade e o sistema educativo esperam que os professores sejam especialistas sobre a complexidade do conhecimento. Só que o conhecimento se constrói no processo e não é apenas transmitido. Mesmo assim os currículos continuam, de certa forma, engessados; a formação dos professores continua deficiente; a cultura da aula tradicional ainda é muito imposta e preconizada; e a subutilização das ferramentas educacionais vêm prejudicando a formação integral dos alunos (MORAN, 2007).

Moran (2007) busca alento em Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou construção”. Moran relembra que ensinar é uma área em que temos avançado muito, deslocando o foco de ensinar para o aprendizado, colocando o aluno no centro, relevando suas experiências, particularidades e afeições. Um caminho traçado e percorrido conforme as possibilidades e a realidade de cada ambiente educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o acontecimento da pandemia referente ao Coronavírus observa-se que este vírus acarretou diversos problemas na sociedade, e estes por sua vez atingiram diretamente a situação que cada indivíduo está vivenciando, de forma a desestabilizar a segurança existente no seu cotidiano, por conta deste cenário refletir sobre a economia, cultura, saúde, educação e em outros fatores.

A segurança de um indivíduo não está somente relacionada com questões de saúde e financeira, mas sim, a diversos fatores existentes que abrangem questões psicológicas, físicas e sociais, sendo que todos estes aspectos são de suma importância para que uma pessoa esteja em segurança.

Com a expansão e o agravamento da pandemia do coronavírus, observa-se que é necessário que as pessoas mantenham-se distanciadas uma das outras, de maneira a evidenciar a necessidade de interromper serviços que são

fundamentais, como a educação presencial, já que devido a estes problemas, a melhor solução observada refere-se a realização de aulas online para minimizar os danos perante a educação das crianças e jovens.

No que se refere a Educação Profissional, esta modalidade encontra-se também muito prejudicada visto que muitas das características fundamentais deste tipo de formação, como as práticas, não estão sendo executadas, tampouco conhece-se um modelo educacional que possa substituir a formação presencial e as metodologias a ela atinentes.

As aulas a distância fizeram com que se acelerasse o processo de inclusão de tecnologias no ambiente escolar, de maneira a necessitar que tanto os profissionais desta área como os alunos se adéquem a esta situação. Com o decorrer da pandemia é perceptível que ninguém estava preparado para tal situação e as medidas observadas consistem em tentativas de minimizar os impactos negativos e tentar sobreviver a este momento com o mínimo de condições dignas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. N.. Segurança humana: qual a relação da segurança humana com o debate conceitual de violência e paz dentro dos estudos de Segurança Internacional. Curitiba: NEPRI, UFPR, III ed., 2016. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2016/11/artigo-workshop.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

ALVES, J. M.; CABRAL, I.. Ensinar e aprender em tempo de COVID-19: entre o caos e a redenção. Porto: Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, 2020. Disponível em: <http://www.aeg1.pt/docs/aulasnaopresenc/Ebook_Ensinar_e_aprender_em_tempos_de_COVID_19.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ANDRADE, M. S.; MELO, L. P. G de; SADOYAMA, G.; TOMÁS, P. H.; DA COSTA, V. G.; CÂMARA, E. A.; SOARES, C. L.. Construção e adaptação do projeto APOLOBVM: Relato de experiência de criação de metodologia de ensino através de ferramentas tecnológicas e inovadoras em tempos de pandemia de covid-19. Paracatu - MG: Humanidades & Tecnologia, v. 25, n. 1, 2020. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1305/947>. Acesso em: 12 de jul. 2020.

BNCC. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <>. Acesso em 26 nov. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 01 jul. 2020.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 26 nov. 2020.

CALEJON, Laura M. C.; BRITO, A. de S.. Entre a Pandemia e o Pandemônio: Uma reflexão no campo da educação. Humaitá: Educamazônia, v.25, n.2, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educamazonia/article/view/7835/5520>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CEPIK, M.. Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas. Spring, Vol. 1, 2001. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/marcocepik/files/cepik_-_2001_-_seg_nac_e_seg_hum_-_seg_and_def_review.pdf> Acesso em: 17 nov. 2020.

DA SILVA, D.. Articulações entre Agenda 2030, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável –ODS e Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasil, 2019. Disponível em: <<http://ocs.reno.com.br/index.php/cmei/2cmei/paper/view/512/308>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

DE FRANÇA FILHO, A. L.; DA FRANÇA A., Charles; CAMPOS C., M. A.. ALGUNS APONTAMENTOS PARA UMA CRÍTICA DA EaD NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA EM TEMPOS DE PANDEMIA. Revista Tamoios, [S.l.], v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50535>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FERREIRA, L. C.; Costa, C. de F. L.; DOS SANTOS E PAULA, J. T. S.. O Enigma da Pandemia do COVID-19: solidariedade, formação humana e cidadania em tempos difíceis. Bonsucesso: v.25, n. 51, 2020. Disponível em: <<https://revistas.unisiam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/562>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

FILHO, M. M. de S.. Educação Geográfica, Docência e o Contexto da Pandemia Covid-19. Revista Tamoios, [S.l.], v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50449>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

FRANCISCO, J. A.. O Desenvolvimento Sustentável: um desafio na era global. Angola: Lucere, 2017. Disponível em: <<https://direitoshumanosangola.org/wp-content/uploads/2019/07/Jo%C3%A3o-Francisco-Desenvolvimento-sustentavel-e-ame%C3%A7as-actuais-.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2021.

JAIME, P. C.. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. Editorial, Ciênc. saúde coletiva, v. 25, n. 7, SCIELO, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n7/2504-2504/>>. Acesso em 27 jul. 2020.

JUK, J.; Amaral Filho, F. dos S.. A implantação da educação profissional técnica no Brasil no século XX: emancipação humana ou sujeição instrumental?. Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 47, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3792/47966544>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

GTSC. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. Relatório LUZ 2019. Brasil: 2019. Disponível em: <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2020.

LEFEVRE, A. M. C.; CRESTANA, M. F.i; CORNETTA, V. K.. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo: Saúde Soc, v. 12, n. 2, p. 68-75, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jul. 2020.

LOPES, J. R. de M.. A condição humana global dos governos em tempos sombrios de pandemia. Coronavírus e as cidades no Brasil. Rio de Janeiro: Outras letras, 2020. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=cpzeDwAA-QBAJ>>. Acesso em: 02 jul. 2020.

MORAN, J. M.. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus. 2007.

_____. Mudando a Educação com Metodologias Ativas. In: *Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania: aproximações jovens* / organizado por Carlos Alberto de Souza e Ofelia Elisa Torres Morales. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, p. 15-33, 2015. Disponível em <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/mudando_moran.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2021.

NOCERA, R. P.; MANRIQUE MOLINA, F. E. R.. Desafios globais dos direitos de participação ambiental na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. *La Paz: Rev. Jur. Der.*, v. 8, n. 10, p. 92-106, 2019. Disponível em <http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2413-28102019000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2021.

OLIVEIRA, A. B. O fim da guerra fria e os estudos de segurança internacional: o conceito de segurança humana. *Marília: Revista Aurora*, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1221>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

OLIVEIRA, M. F.. *Metodologia Científica: Um manual para a realização de pesquisas em administração*. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2011. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

RDH. *Relatório do Desenvolvimento Humano: um programa para a cúpula mundial sobre desenvolvimento humano*. 1994. Disponível em: <<http://www.hdr.undp.org/en/content/human-development-report-1994>>. Acesso em 01 jun. 2020.

ROCHA, R. M. de A.. O histórico da segurança humana e o (des)encontro das agendas de desenvolvimento e segurança. *Belo Horizonte: Rev. Carta Internacional*, v. 12, n. 3, 2017. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/676/365>>. Acesso em: 02 jul. 2020.



10.48209/978-65-89949-84-2

CAPÍTULO 2

AS MÍDIAS TECNOLÓGICAS NA EDUCAÇÃO HÍBRIDA E REMOTA NO MUNICÍPIO DE ALEGRE-ES

Camilla Viana de Souza Gonçalo

Pedro Carlos Pereira

Resumo: Ensino Híbrido e remoto no período pandêmico nas escolas de ensino público da rede de ensino Estadual- ES como meio de levar conhecimento aos alunos por meio de tecnologias assistivas e metodologias ativas, tendo como foco a construção de aprendizagem do aluno.

Palavras Chaves: *Educação, Tecnologia, Ensino híbrido e remoto*

Resumen: La educación híbrida y remota en el período de la pandemia en las escuelas públicas del sistema escolar Estadual de Alegre - ES como un medio de acercar el conocimiento a los estudiantes a través de tecnologías asistenciales y metodologías activas, con foco en la construcción del aprendizaje de los estudiantes.

Palabras Claves: *Educación, Tecnología, Educación híbrida y remota*

INTRODUÇÃO

O Brasil e o mundo passam por uma arrebatadora mudança educacional devido a pandemia do Corona Vírus. No presente artigo procuramos retratar como as mídias digitais estão sendo manuseadas em salas de aulas, dentro dos ambientes educacionais no município de Alegre – ES, neste período pandêmico.

Devido ao caos proporcionado pela pandemia mundial do Corona Vírus, que teve como epicentro do surto a cidade de Wuhan, na China, e levando a óbito milhões de pessoas em todo o planeta, todos os órgãos governamentais responsáveis pela educação e as instituições de ensino no mundo tiveram que se adequar à nova realidade, proporcionando meios para que o ensino chegue ao aluno de forma satisfatória e que não interfira no processo de ensino e aprendizagem.

Nos cabe neste momento comentar que o Corona Vírus pertence à família de vírus comuns em muitas espécies de animais, dentre eles o camelo, gado, gato e morcego, o que raramente este vírus pode vir a infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV. Recentemente, em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi informada que em Wuhan foi identificado uma nova cepa do vírus, SARS-CoV-2, e denominado de COVID-19,

causando uma disseminação em massa no ser humano por todo o mundo. As autoridades chinesas informaram à OMS que alguns dos pacientes infectados trabalhavam em Huanan Seafood Market, maior mercado atacadista de peixes em Wuhan, com 600 estabelecimentos e 1.500 trabalhadores e que em 1 de janeiro de 2020 o mercado foi fechado para ações de saneamento e desinfecção ambiental. O surgimento de mutações é um processo natural e esperado durante o ciclo evolutivo de qualquer vírus. Uma mutação ou o conjunto de mutações podem gerar novas variantes desses vírus, diferentes das que já estão em circulação. Como esperado, múltiplas variantes do SARS-CoV-2 já foram documentadas globalmente durante esta pandemia. Existem algumas variantes que são chamadas de variantes de atenção/preocupação, do inglês “variants of concern”. Essas variantes possuem algumas mutações que podem estar associadas à maior transmissibilidade ou maior gravidade. Estudos estão sendo realizados para avaliar essas associações e, até o momento, existem 03 variantes de atenção/preocupação sob vigilância dos países:

- VOC B.1.1.7, VOC202012/01 ou 201/501Y.V1, do Reino Unido: identificada em amostras de 20 de setembro de 2020, já foi notificada por 118 países.
- VOC B.1.351 ou VOC202012/02 ou 20H/501Y.V2, da África do Sul: identificada em amostras do começo de agosto de 2020, já foi notificada por 64 países.
- VOC B.1.1.28.1 ou P.1 ou 20J/501Y.V3, do Brasil/Japão: identificada em amostras de dezembro de 2020, já foi notificada por 38 países.

No sentido de minimizar a propagação do vírus, a OMS, junto aos governos das nações mundiais, impetraram leis em que população passou a usar máscaras faciais, álcool em gel 70° para dedetizar os ambientes e as mãos, espaçamento de 1,5m entre pessoas nos ambientes públicos e evitar contatos físicos, até mesmo entre familiares, festas e qualquer outro tipo de atividade em conjunto. Os dados disponíveis até o momento apontam que as vacinas são eficazes para

a maioria das cepas do vírus. Porém, não é possível prever ainda se existirão mutações do vírus que reduzam a proteção conferida pelas vacinas Covid-19, produzidas e comercializadas até o momento.

Portanto, devido a essa catástrofe humanitária, as instituições de ensino e órgãos governamentais tiveram que incluir em sua rotina, a serviço de uma educação eficiente, as mais diversas metodologias de ensino que usam todos os tipos de tecnologias, e dentre elas está o ensino remoto e o híbrido.

Quando se fala de ensino remoto, refere-se a meios para que os alunos possam continuar seus estudos dentro de suas residências, sem que seja preciso ir à escola para aprender os conteúdos e desenvolver sua aprendizagem. Ou seja, este sistema de ensino proporciona meios para que os professores possam dar continuidade em suas aulas, apresentando seus conteúdos por meio de plataformas e aplicativos digitais. Já o ensino híbrido, é no momento em que a escola começa a retomar o processo de ensino e aprendizagem com os alunos presentes, porém, de forma gradativa e com um percentual de alunos, para que não tenha aglomerações entre todos os participantes da comunidade escolar.

Devido a essa maçante realidade vivenciada pelo povo brasileiro, o governo municipal de Alegre adotou medidas de prevenção para o ensino híbrido, tais como o uso obrigatório de máscaras por todos dentro das instituições de ensino e trocadas a cada três horas, uso de álcool em gel, fator 70, para higienizar as mãos e ambientes, as salas de aulas permanecerão de forma híbrida e com alunos remotos, onde só terá no máximo 10 alunos por turma e com espaçamento de 1,5 entre as mesas e cadeiras dos estudantes mantendo a sala arejada com porta e janelas abertas, os professores não podem ir até aos alunos explicarem os conteúdos ou tirar dúvidas das atividades apresentadas durante a aula, os alunos não podem manusear brinquedos e partilhar materiais escolares, cada aluno, professor e funcionários da escola precisam ter seu copo e sua toalha de mão, somente afixar cartazes feitos com materiais que possam ser esterilizados,

os materiais dos alunos devem ser desinfetados diariamente, a biblioteca deve permanecer fechada, o recreio deve ser organizado por turma para que não ocorra contato entre os alunos, caso o aluno deseje fazer a repetição da alimentação oferecida pela escola ele deverá usar outro prato.

Essas mudanças presentes na realidade do município de Alegre trouxeram para toda a comunidade escolar: pais, alunos, professores e funcionários, o desafio em preparar as aulas, inicialmente em remoto e depois de forma híbrida, de modo que a metodologia de ensino utilizada pelo professor possa ser efetiva na construção de aprendizagem dos alunos. Durante o período das aulas remotas, as escolas municipais foram equipadas com as tecnologias adequadas e os professores capacitados para utilizarem as plataformas e os meios midiáticos corretamente e, assim, gravar suas aulas. As plataformas meet, zoom, whatsapp, google forms e class room foram as mais utilizadas entre professor e aluno para a realização das atividades, por proporcionar maior interatividade e serem gratuitas e de fácil acesso. As atividades, enviadas aos alunos, estão separadas em vídeos, histórias, atividades dos livros, áudios e aulas gravadas por vídeo.

A Escola Municipal Aristeu Aguiar, observada durante a pesquisa, está totalmente equipada tecnologicamente, possui 640 estudantes matriculados e 60 professores, é de tempo Integral, possui turmas de EJA e a todos os professores foi cedido um notebook para a preparação das aulas. Todas as atividades semanais, desenvolvidas pelos professores, são enviadas para a Coordenação Pedagógica e esta disponibiliza para os alunos, seja de forma virtual, pelo computador ou celular, ou impressa, para os que não tem acesso a internet em sua residência. Sabendo que o processo educacional é uma parceria, uma troca de informações e experiências entre professor e aluno e que as aulas precisam ser de forma interacionista, proporcionando a ponte entre o querer e o saber, a Secretaria Municipal de Educação cadastrou a escola, professores e alunos no site do G Suite for Education (classroom.google.com/u/0/h ou pelo aplicativo do

celular), no Google Classroom, por possui uma sala de aula online que pode colaborar com os professores na criação de aulas interativas e no gerenciamento de atividades.

No Google Classroom o professor pode compartilhar com a turma tópicos dos conteúdos didáticos em pdf, fotos, vídeos e links para sites, criar um chat para dialogar com os alunos, anexar atividades, apresentar a pontuação para cada exercício e o tempo disponível para entrega. O Google Classroom conta ainda com interação com outros aplicativos educacionais, como por exemplo o Classcraft, onde os professores podem importar dados dos alunos e transformar as atividades em missões, criando um jogo. No Quizizz, é possível compartilhar jogos e transformá-los em tarefas. Já o Tynker possui diversos cursos e ferramentas gratuitas de aprendizado voltados para a área de ciência da computação.

Como o Google Classroom possibilita a criação de diferentes salas de aula, simultaneamente, a Direção da Escola e a Secretaria Municipal de Educação podem acompanhar o desenvolvimento de ensino dos professores e o nível de aprendizagem dos alunos em cada disciplina, por meio das abas: mural, atividades, pessoas e notas, apresentando, sempre que necessário, o apoio da orientação educacional e pedagógica. Os alunos têm somente acesso a abas: mural, atividades e pessoas. Pelo mural, é possível acompanhar todos os tópicos criados pelo professor, visualizando todas as aulas que já foram dadas. Na seção atividades, os estudantes encontram todas as tarefas já feitas e pendentes, assim como a nota máxima atribuída a cada uma e o prazo para entrega. Já na aba pessoas, é possível fazer a comparação com os outros alunos que estão cadastrados na turma. Para que o aluno tenha a aprovação no ano letivo a direção da escola e os professores devem incentivar os alunos a acompanharem as aulas em tempo real e no horário marcado, por meio da agenda virtual do Google. No entanto, caso o aluno necessite faltar a aula, informar que os conteúdos ficam

salvos na sala virtual e que podem acessar a aula a qualquer momento e visualizar as respostas das atividades. Outro fato a ser observado é que as notas e feedbacks são devolvidos aos alunos de forma individual pelo professor.

Outra plataforma muito utilizada durante a pesquisa foi a TESA, um web-software desenvolvido por um professor com o auxílio de diversos servidores, ouvindo e buscando entender a necessidade de cada parte da escola., onde a Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo tinha acesso ao trabalho do professor diariamente e o rendimento dos alunos em tempo real. Há também o uso do aplicativo whatsapp, por parte dos professores e alunos, por ser de fácil manuseio e que, de forma instantânea, transmite mensagens de texto, vídeos, fotos e áudios. O Whatsapp foi lançado oficialmente em 2009 pelos veteranos do Yahoo! - uma das maiores empresas americanas de serviços para a internet - Brian Acton e Jan Koum, e funciona com sede em Santa Clara na Califórnia, Estados Unidos. Considerado um aplicativo para celulares multi-plataforma, o Whatsapp é atualmente compatível com todas as principais marcas e sistemas operacionais de smartphones do mundo, como o iPhone (iOS), Android, Windows Phone, BlackBerry e Nokia. O grande diferencial do Whatsapp, segundo os seus criadores, é a inovação do sistema de utilização dos contatos telefônicos no software. Quando um usuário faz o download do aplicativo para seu telefone, não é necessário criar uma conta ou adicionar amigos para poder utilizar a plataforma. Este software vasculha os números de celulares salvos no aparelho e automaticamente identifica qual está cadastrado no Whatsapp, adicionando para a lista de contatos do novo utilizador. O Whatsapp é visto como uma substituição ao SMS, por ser mais prático e econômico, pois não há um custo adicional para enviar as mensagens, além do plano de dados utilizado para se conectar à internet, por exemplo. Em 2014, o Whatsapp foi vendido para o Facebook - maior rede social do mundo - por aproximadamente 16 bilhões de

dólares e, em janeiro de 2015, anunciou a possibilidade de utilizar o software na web, através do navegador do Google Chrome.

Durante as aulas os professores fizeram uso do Whatsapp criando grupos da sua disciplina, por cada turma em que lecionava, para que os alunos fossem informados sobre as atividades disponibilizadas e avaliações realizadas. Com as informações obtidas pelo aplicativo, os professores passaram a alimentar uma planilha de monitoramento individual da vida acadêmica de cada aluno, criada pela Secretaria Estadual de Educação, onde postavam as atividades, data da postagem e o quantitativo de alunos que realizaram as atividades no período da pandemia.

Independente do processo educativo, seja o presencial ou o remoto, a criança passa pelos mesmos estágios de desenvolvimento cognitivo, ou seja, precisa ter acesso a diferentes meios de informação para que a construção da sua autonomia de aprendizagem possa ser alcançada em sua totalidade. Esse crescimento deve proporcionar a criança a oportunidade de se tornar um cidadão crítico e analítico sobre seus atos, se tornando responsável por modificar o meio em que está inserido. Segundo a teoria piagetiana, os estágios são classificados como *sensório-motor*, *pré-operatório*, *operatório concreto* e *operatório formal*, onde cada uma dessas fases tem sua devida importância no crescimento psíquico e emocional da criança. Porém, Paulo Freire e Shor (1993) afirmam, em seu livro *Medo e Ousadia*, que o educador libertador tem que estar atento para o fato de que o processo evolutivo de uma criança não é só uma questão de métodos e técnicas, mas uma relação coerente e consistente entre o conhecimento formal e não formal.

Não existe educação olhando só as crianças ou só o educador, o que existe é uma educação feita por parceria que possibilita uma troca de informações e experiências interacionista, levando os envolvidos, docentes e discentes, a cons-

truir um relacionamento afetivo em que o professor seja realmente o mediador da construção da aprendizagem, e que possa acontecer de forma lúdica, tendo as tecnologias proporcionando uma das pontes entre o saber e o querer desses jovens. E no momento atual, onde o uso da tecnologia permeia todas as áreas do conhecimento, facilitando a busca das respostas das atividades propostas em sala de aula, mas do que nunca o professor passa a ser o mediador da aprendizagem e devendo andar de mãos dadas com os alunos para que atinjam o objetivo maior da educação: o saber.

Vários são os desafios quando se trata de inovações metodológicas e tecnologias, pois quaisquer mudanças causam pânico inicialmente, e ainda pode acarretar desesperos por não saber como será feita a implementação a favor da aprendizagem da criança. No entanto, todos os profissionais da educação envolvidos nessa mudança estão em busca de compreender como essas transformações estão contribuindo para que o conhecimento se torne cada vez mais significativo para as crianças. Para Gaia (2001) inserir a educação midiática na educação não significa abrir mão da comunicação, mas sim acrescentar, o professor estará trazendo a realidade do aluno para dentro da sala de aula, para discutir e transformar as mídias em informação. Assim, no papel do professor que é ser o mediador em sala de aula, o uso da tecnologia durante a apresentação do conteúdo não o priva de nenhuma de suas funções já conhecidas, e sim o auxilia em novos meios de representação, implicando na função do aluno, tornando-o mais ativo e participativo na sua própria aprendizagem e não como um mero receptor, que em muitas das vezes se torna indiferente das informações passadas em aula.

A responsabilidade do sistema educativo diante da nova realidade da educação brasileira. e frente a este novo desafio metodológico. é que os educadores estejam aptos a promover uma educação mais ativa.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é de forma exploratória nos ambientes educacionais do Município de Alegre – ES, com os professores e alunos da Escola Municipal Aristeu Aguiar, onde analisaremos as respostas apresentadas em um questionário, estruturado com pergunta fechadas e abertas, procurando identificar como ocorreu a relação professor-aluno em sala com a implementação das tecnologias durante as aulas, como se desenvolveu o processo de ensino e aprendizagem e a formação dos professores para o uso das tecnologias.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADO

Jean William Fritz Piaget (1896-1980) afirma que a criança já nasce com as concepções cognitivas prontas e que o seu aprendizado se dá através da sua estrutura biológica, onde o convívio social exerce pouco impacto sobre o desenvolvimento cognitivo e que o conhecimento é organizado espontaneamente, de acordo com o estágio em que ela se encontra. Outro fato, segundo Piaget, é que o desenvolvimento cognitivo incide em acomodar e assimilar o conhecimento, ou seja, modelar o conceito já existente para receber as novas informações.

Para Gaia (2001), inserir a educação midiática no processo educacional não significa abrir mão da comunicação, mas sim acrescentar, onde o professor estará trazendo mais uma das realidades do aluno para dentro da sala de aula, mais uma fonte de informação para discussão e de transformação social. As crianças nascem, atualmente, em um mundo totalmente tecnológico. Elas estão envolvidas com a tecnologia no entretenimento, nos mais diferentes meios de comunicação e, também, na educação. Sendo assim, os professores precisam adequar seus métodos e levar para o ambiente escolar essas mudanças, isto é, uma metodologia que possa utilizar as mídias, não como resolução dos proble-

mas impostos pela prática didática, mas como proposta que traga uma fonte de aprendizado para o aluno com mais significado e sentido para o meio em está inserido. (GAMA, 2001, p. 35)

MONTIGNEAUX (2003, p. 15) relata que o papel do professor, além das funções que lhe são inerentes, é ser o mediador entre o conhecimento e o aluno. O que muito contribui para a função efetiva do aluno, que é se tornar ativo e responsável pela sua própria aprendizagem, e não um mero receptor e indiferente das informações que lhe são repassadas. E no sentido de contribuir para que essa condição seja cada vez mais intensa, e no atual momento, faz-se necessário que o professor faça uso dos mais diferentes tipos de mídias em suas aulas como um elemento do método pedagógico, considerando que seja muito importante para o desenvolvimento do aluno.

Em algumas escolas, era possível constatar que havia professores que apresentavam vídeos, ou filmes e jogos, para os alunos sem devida conexão com os conteúdos pedagógicos, fazendo com que perdesse o interesse pelo aprender. Atualmente, os professores precisam estar cientes que as mídias apresentadas aos alunos, em um ambiente educacional, devem fazer parte do planejamento de curso e com a devida contextualização.

Todos os profissionais envolvidos na procura de uma educação consistente estão em busca de novos conhecimentos, e por não saberem como proceder de forma correta mediante ao uso das tecnologias em suas atividades pedagógicas estão se capacitando e tornando suas aulas cada vez mais tecnológicas.

Diante da nova realidade da educação brasileira, as instituições de ensino superior precisam se atualizar e se prepararem para formar professores afinados com as tecnologias ativas e assistivas, para que possam atuar na educação básica de forma plena, levando o seu aluno a construir um aprendizado significativo.

ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Através das observações e análises dos dados coletados na pesquisa, pode-se observar que vários meios tecnológicos foram utilizados para que as informações apresentadas durante as aulas pudessem ser repassadas de forma concisa e afetiva para os alunos híbridos e remotos. Os profissionais da educação optaram em aderir as plataformas digitais: Google forms, Class room, meet, zoom, celulares, aplicativos de sistemas educacionais através de uma internet de boa qualidade liberada para todas as instituições de ensino, quadros digitais e Datashow. As plataformas digitais foram utilizadas para as reuniões pedagógicas entre direção, coordenação e professores; aulas virtuais e atividades remotas para os alunos, onde os conteúdos curriculares fossem transmitidos de forma clara e objetiva, proporcionando aos discentes a autonomia para a construção de sua aprendizagem.

A tecnologia mais utilizada por todos os professores foi o celular, por ser de mais simples acesso e da facilidade para criar grupos trabalhos, neste caso, pelo WhatsApp. A coordenação da escola criou grupos por disciplina, relacionado ao ano letivo, por exemplo, Matemática 8º Ano M ou Língua Portuguesa 6º Ano T (M – turno da manhã; T – turno da tarde; N – turno da noite) onde era postado as atividades e avisos, além das atividades anexadas nas plataformas do google. Para acessar os conteúdos disponibilizados por todas as disciplinas, os alunos entravam com seu CPF e senha, e para aqueles alunos que não possuíam acesso à internet, todo o material era reproduzido na escola e ele entregue para acompanhar as atividades em suas residências.

CONCLUSÃO

Podemos finalizar dizendo que a implementação dos recursos tecnológicos, pela Secretaria Estadual de Educação (SEDU), no município de Alegre – ES, para suprir as necessidades do ensino híbrido e remoto na Escola Aristeu

Aguiar, por meio de aplicativos e plataformas digitais, foram muito bem sucedidas e mantendo o ensino de qualidade. A tecnologia mais utilizada pelos professores foi o Google Sala de Aula (Classroom) e o WhatsApp por serem de fácil acesso e manipulação no gerenciamento de atividades e criação de aulas interativas.

Outro fato que queremos ressaltar é que o uso da tecnologia durante as aulas, nesse momento de pandemia, não diminuiu o ritmo do aprendizado e nos tornou, professores e alunos, um ser humano mais capaz e de saber nos transformar e recriar diante dos novos desafios educacionais.

O que antes era visto sobre educação online como um ensino que não se efetivava e não abrangia uma educação de qualidade, atualmente sabemos que é possível sim uma educação sólida e significativa para todos com a mesma dedicação e comprometimento que as aulas presenciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes, Educação Lúdicas, Técnicas e Jogos Pedagógicos. São Paulo: Layola, 2003.

BELLONI, Maria Luiza. O que é Mídia-Educação. São Paulo: Autores Associados. 2005.

BOSI, Alfredo. Reflexões sobre a Arte. São Paulo: Ática, 2006.

DONDIS, D. Sintaxe da Linguagem Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1991

DUARTE, Newton. Vygotsky e o aprender a aprender: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vygotskiana. Campinas SP: Autores Associados, 2001.

FERRAÇO, C. E. Currículos e Conhecimento em Rede. In: ALVES, N.; GARCIA, R. L. (Orgs.). O sentido da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____ (Org.). Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo. São Paulo: Cortez, 2005.

- FREIRE, P. 1987. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 2001ª. *Extensão ou Comunicação?* 11ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FREIRE, P.; SHOR, I. 1993. *Medo e Ousadia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- FREITAS, Luiz Carlos. *Uma Pós-Modernidade de Libertação. Reconstruindo as esperanças*. São Paulo: Autores Associados, 2003.
- GALVÃO, IZABEL. *Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- GIL, Antônio Carlos, *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2007.
- GIMENO SACRISTÁN, J. *Currículo e Diversidade Cultural*. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (Orgs.). *Territórios contestados*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- INHELDER, Barbel. *Jean Piaget*. Tradução de Octavio Mendes, Cajado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.
- KORCZAK, Janusz; Dallari, Dalmo de Abreu. *O direito da criança ao respeito*. São Paulo: Summus Editorial, 1986.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de LIMA, Lauro de Oliveira. Piaget para principiantes*. São Paulo: Summus, 1980.
- MARANHÃO, Diva. *Ensinar brincando: a aprendizagem pode ser uma grande brincadeira*. Rio de Janeiro: Wak, 2007.
- METZ, Pamela K. *O Tao da Aprendizagem*, 1996.
- MOLCHO, Samy. *A linguagem Corporal da criança: entenda o que ela quer dizer com gestos as atitudes e os sinais*. São Paulo: Gente, 2007.
- MONTIGNEAUX, Nicolas. *Público-Alvo: criança: a força dos personagens para falar com o consumidor infantil*. Rio de Janeiro: Negócio, 2003.
- MOTOYA, Adrian Oscar Dongo. *Piaget: imagem mental e construção do conhecimento*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

PACHECO, Elza dias. *Televisão, Criança, Imaginário e Educação*. Campinas SP: Papyrus, 1998.

PALANGANA, Isilda Campaner. *Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vigotsky: a relevância social*. São Paulo: Sumus 2001.

REGO, T. C. *Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação*. Rio de Janeiro: Vozes. 1995.



10.48209/978-65-89949-84-3

CAPÍTULO 3

O ESBOÇO LEGISLATIVO DO “SOPRADOR DE APITO” NO CONTEXTO DOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE BRASILEIROS

Péricles Queiroz Araújo

Poliana Freitas Vieira Araújo

Resumo: Trata-se de estudo que visa desvendar a figura do “soprador de apito” nos programas de integridade brasileiros, por se tratar de uma ferramenta ainda pouco conhecida no âmbito nacional. Assim, o intuito será o de identificar a figura dos “sopradadores de apito” ou *whistleblower*, conforme constam nas normas afetas ao programa de integridade, ou seja, de relatores de práticas em desacordo com as normas e regulamentos das empresas do ramo privado ou, até mesmo, dos órgãos públicos. Tem-se tornado rotineiro deparar-se com noticiários e reportagens sobre escândalos de corrupção, desvios de verbas públicas e outras práticas ilícitas que afetam negativamente a sociedade, a economia e a própria reputação da empresa. E é dentro deste contexto que surgem os programas de compliance cujo objetivo é o de analisar os riscos, minimizar a incidência de más práticas de gestão, bem como atuar preventivamente para obstar riscos indesejáveis. Como um dos pilares dos programas de integridade tem-se o canal de denúncia, que deve ser amplo e plenamente divulgado perante os servidores e funcionários a fim de que sejam reportados os fatos indesejáveis e que prejudiquem a organização e a sociedade como um todo. Entretanto, no Brasil, não constam normas que protejam diretamente a figura do soprador de apito, dificultando a sua incidência. Outra possível causa desta desvalorização do “soprador de apito” seria a ausência de conscientização da população brasileira, por entender esta conduta como “antiética” perante a sociedade e a empresa. Neste sentido, apesar dos “sopradadores de apito” terem um papel de extrema importância para a manutenção das boas práticas organizacionais, no Brasil ainda é apenas um esboço a ser trabalhado pelo legislador e pelas instituições.

Palavras-chaves: Programa de Integridade. Soprador de apito. Whistleblower. Canal de denúncia.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem a finalidade de promover a abordagem de pontos relevantes acerca da participação do “soprador de apito” ou *whistleblower* no contexto de um programa de compliance. Diuturnamente a mídia relata notícias de corrupção, desvios de verbas públicas, escândalos e outras práticas ilícitas que fragilizam a economia nacional e afastam investidores estrangeiros. Como exemplos, citam-se os casos da Petrobrás, que culminou com uma das maiores

operações policiais do país, denominada de “a lava jato”², bem como o escândalo das órteses e próteses, conhecida como “Mr Hyde”³.

Diante destes casos de corrupção é que, de forma mais incisiva, tanto o Estado quanto a iniciativa privada desenvolveram estudos para a implementação de mecanismos que minimizem os riscos, fomentem as boas práticas e, se inevitável, reduzam a sanção administrativa. Trata-se, portanto, da valorização dos programas de compliance como escudo das organizações contra as práticas ilícitas.

Segundo a doutrina de Nobrega e Araújo (2019), o tema se justifica no momento em que mais de 5% do Produto Interno Bruto – PIB global são tomados pela corrupção, segundo informações prestadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. A mesma destinação tem cerca de R\$ 200 bilhões, ao ano, no Brasil, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o que representa a 1,38% a 2,3% do PIB, segundo Paula e Castro (2001).

Neste momento, não se explorarão todas as peculiaridades do programa de compliance, o que necessitaria de bem mais espaço para tal debate, mas serão apresentadas as principais informações do programa, a fim de que se possa prosseguir e adentrar no tema que se propõe, ou seja, da participação do “soprador de apito” – whistleblower – no contexto do programa de integridade, principalmente, no brasileiro.

2 Nobrega e Araújo (2019) em seu artigo publicado no Manual de Compliance, sob o tema “Custos do não Compliance”, página 610, trazem números impressionantes sobre os prejuízos da propina na Petrobras: “De acordo com relatórios elaborados pela Polícia Federal, o prejuízo total sofrido pela Petrobras, entre 2004 e 2012, com perdas por pagamentos de propinas, superfaturamento de contratos, cartéis e fraudes, pode totalizar R\$ 42 bilhões – dos quais, até então, foram devolvidos mais de R\$ 3 bilhões ao longo da operação.”

3 À título de ilustração, assim retratou o magistrado, na sentença, da 2ª Vara Criminal de Brasília: “A densa e minudente investigação dá conta, portanto, de um complexo esquema criminoso que visa fraudar pacientes e planos de saúde, causando, não raro, até mesmo lesões corporais de natureza grave e gravíssima nos pacientes. Consta, inclusive, que uma das pacientes quase teria ido a óbito em razão de cirurgia desnecessária”.

Assim, torna-se imperioso analisar a atuação do reportante⁴ (soprador de apito) no contexto do sistema de compliance, mais especificamente no programa de integridade, principalmente no cenário de corrupção global em que se vive atualmente. Diante do que se observa, é possível afirmar que o “soprador de apito” ou *whistleblower* (termo mais utilizado em inglês), apesar de ser uma peça importante para o programa de integridade brasileiro, não possui uma legislação que fomente e, ao mesmo tempo, o proteja de represálias por parte de membros da administração e de seus próprios colegas de trabalho?

A resposta para a indagação é a de que, apesar de ser uma, dentre muitas opções constantes no programa de integridade, o “soprador de apito” tem grande parcela de responsabilidade para o êxito do programa de compliance implementado, mas, apesar de dispor de uma legislação que fomente a prática de relatar, não dispõe de uma proteção contra possíveis represálias decorrentes da sua conduta ética.

Nosso estudo será regido por tópicos, de forma que a apresentação disponha de uma organização aceitável e objetiva, bem como facilitará o entendimento e a compreensão acerca do assunto. Ademais, metodologia utilizada foi a exploratória de livros e artigos específicos, bem como de matérias de relevância para o atingimento do escopo da pesquisa.

BREVES REFLEXÕES SOBRE AS ORIGENS DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE E SEUS PILARES BRASILEIROS

Segundo Porto (2020), uma das gêneses do que se compreende hoje como compliance, seria o “Interstate Commerce Act” (ICA), que se deu nos Estados Unidos da América, em 1887. Com a edição da lei, criou-se a agência regulatória

4 ROCHA, Márcio (2016), em seus apontamentos, explica a origem desta nova designação: “Nos estudos do tema procedidos por um grupo formado no TRF4, composto por juízes federais, desembargadores federais e um procurador regional da República, foi extensivamente debatida uma tradução para o termo, tendo a Juíza Federal Taís Schilling Ferraz sugerido o termo “reportante”. Este termo foi adotado nas reuniões e no anteprojeto da Enccla, e é, por vezes, usado no presente estudo para referenciar o whistleblower.

federal “Interstate Commerce Commission” com a missão de regular a indústria ferroviária naquele país, que estava em crescimento. Como mecanismos de regulação e diretrizes, encontravam-se presentes a determinação de publicização das taxas, que deveriam ser justas e razoáveis, combate ao monopólio no ramo ferroviário e a vedação de tarifas discriminatórias, especificamente, em face dos agricultores do sul e oeste norte-americano.

Em continuidade, segundo Porto (2020), no ano de 1906, surgiu a “Pure Food and Drugs Act” (PFDA) cujo objetivo era a atuação de análise do estado dos alimentos, tráfico de remédios e drogas alteradas que estavam expostas à venda no mercado americano.

Em um salto no tempo, já no ano de 1930 e seguintes, diante da avassaladora quebra da Bolsa de Nova Iorque (1930), surgiram vários atos que buscavam ajustar e controlar o sistema financeiro americano, tais como o “Emergency Banking Act of 1933”, “Gold Reserv Act 1934” e o “Banking Act of 1935”. Assim, com os efeitos gerados pela quebra da bolsa de Nova Iorque, tornou-se inevitável que o governo norte americano se empenhasse no controle dos negócios lucrativos de investimentos financeiros.

Todos os atos supramencionados contribuíram para a imposição de práticas éticas financeiras, mas não se pode olvidar a edição do “Securities Act Commission” (SEC), servindo como símbolo máximo para a criação da comissão para dar a devida segurança às negociações de valores. Tratava-se, portanto, de impor às companhias que publicizassem suas vendas e seus relatórios financeiros, possibilitando aos “players” do sistema o pleno conhecimento dos valores mobiliários ofertados, bem como minimizando a fraude na venda destes.

Até aquele presente momento, como visto, as medidas tinham o escopo de combater as fraudes – principalmente as financeiras – por intermédio de regulamentos e padronizações, mas nada diretamente relacionado ao atingimento das boas práticas e da integridade. Isso somente veio a ocorrer em 1960 quando a SEC passou a exigir a contratação de “compliance officers”, conhecidos como

responsáveis pela integridade numa organização, pelas pessoas jurídicas sujeitas à sua fiscalização.

Na década de 1970, passou-se a mencionar o compliance como ferramenta de promoção de boas práticas empresariais e estatais, principalmente após o escândalo mundialmente conhecido como “Caso WaterGate” que envolveu o presidente dos Estados Unidos e outros empresários americanos em práticas de corrupção internacional. Assim, em 1977 foi editado o marco da legislação americana o “Foreign Corrupt Practices Act” (FCPA) que serviu de inspiração para várias legislações pelo mundo.

Entretanto, não foi apenas nos Estados Unidos que foram promovidos atos de compliance de forma mais incisiva. Outros países, a exemplo do Reino Unido⁵, também buscaram proteger-se de práticas abomináveis de corrupção, principalmente derivados de negociações com países que não possuíam tradição de forte repressão à corrupção.

Igualmente, as Nações Unidas promoveram acordos internacionais a fim de combater atos de corrupção, tais como o Acordo de Capital Mínimo da Basileia, a edição da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas de Viena.

Apresentados os principais marcos sobre a origem do compliance pelo mundo, bem como sabedores de que servem para a regulação e a implementação de boas práticas, por parte de empresas e órgãos públicos, parte-se para os seus pilares de sustentação no contexto brasileiro.

Mais uma vez, enfatiza-se que não é o escopo do presente trabalho esgotar o tema de compliance, mas de apresentar os suportes necessários para que seja possível atingir a finalidade proposta para desbravar acerca da importância e a

5 No Reino Unido foi elaborada a United Kingdom Bribery Act – UKBA cuja legislação afeta empresas estrangeiras que operam dentro do Reino Unido, bem como mercados estrangeiros.

descrição legislativa do “soprador de apito”, mais conhecido pela literatura especializada como whistleblower, nos programas de compliance brasileiros.

Antes de prosseguir, cabe mencionar que promover o compliance é estar em conformidade com as normas, regulamentos e políticas públicas, sendo que, para estar em consonância com tais qualidades, a organização utiliza-se do programa de integridade. A norma infralegal brasileira, decreto federal nº 8.420/2015, tratou de definir o que seria programa de integridade no artigo 41:

Art. 41. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira.

Parágrafo Único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as características e riscos atuais das atividades de cada pessoa jurídica, a qual por sua vez deve garantir o constante aprimoramento e adaptação do referido programa, visando garantir sua efetividade. (BRASIL, 2015)

Das lições de Assi (2018) tiram-se os pilares principais para um efetivo programa de integridade, que são: 1) suporte da alta administração; 2) avaliação de risco; 3) código de conduta; 4) controles internos; 5) treinamento e comunicação; 6) gestão de terceiros (due diligence); 7) canal de denúncia; 8) investigações internas; e 9) auditoria e revisão de melhorias⁶.

Segundo Carvalho e Alvim (2019), ressalta-se que para a implementação de um efetivo programa de integridade, e um bom compliance, deve-se ter em mente que é necessário adequá-lo ao propósito de cada empresa e para cada ramo de atividade, ou seja, não é possível utilizar um programa de compliance de “prateleira”, pois não terá eficácia alguma.

6 Evidentemente, cada doutrinador estabelece suas classificações da maneira como melhor entende. Quanto a isso, ressalta-se que o professor Ederson Porto leciona os pilares do programa de compliance como princípios, utilizando como base a norma do ISO 19600.

Para o atingimento da finalidade aqui buscada, restringir-se-á o debate à apenas de três dos pilares apresentados, que são: o suporte da alta administração, código de conduta e o canal de denúncia, sem desmerecer, é claro, os demais.

Tem-se que o envolvimento do alto escalão de uma empresa é um dos mais importantes pilares para um efetivo programa de compliance, uma vez que todas as medidas para a implementação do programa (regulamentos, manuais, códigos de conduta, incentivo às denúncias, aplicação das punições e a própria submissão ao programa) são de responsabilidade do alto escalão. Seria bem pouco provável que uma empresa ou órgão lograsse êxito no programa de integridade se servisse, tão somente, para os servidores e funcionários de menor hierarquia, afinal o exemplo vem sempre de cima⁷.

Quanto ao código de conduta, sabe-se que é a “bíblia” do integrante da organização, uma vez que é nele que se deve constar, em linguagem fácil, objetiva e direta, o que se pode fazer e o que não se pode fazer. Também, é neste documento que se encontram as punições e as recompensas que estarão atribuídas à cada um que incidir, positiva ou negativamente.

Por fim, e não menos importante, o canal de denúncia é o instrumento disponível, para qualquer pessoa, para que sejam reportadas as condutas ilícitas, desonestas e que estejam em dissonância com as boas práticas empresariais e estatais.

Cada empresa ou órgão estatal, dependendo do seu porte, adequa o canal de denúncia ao seu interesse, podendo ser empregadas as comunicações por e-mails e cartas, mas sempre possibilitando ao interessado o direito de manter

⁷ Carvalho e Alvim (2019), no artigo “Whistleblowing no ambiente corporativo – standards internacionais para a sua aplicação no Brasil”, integrante da obra *Compliance, gestão de risco e combate à corrupção*, mencionado na referência, lecionam que “é o chamado tone at the top, ou seja, os níveis hierárquicos mais elevados são diretamente responsáveis por ditar o “clima ético” de uma organização”.

seus dados preservados⁸. Sabe-se que o canal de denúncia pode ser de grande valia para desestimular as práticas indesejadas, uma vez que a alta administração, bem como toda a organização, conta com a participação de todos para que sejam coibidas as práticas indesejadas.

AS NORMAS NACIONAIS QUE INCENTIVAM A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS DE COMPLIANCE NO BRASIL

Todas as informações e estudos acerca do compliance chegaram ao Brasil de forma tardia, mais especificamente, por reflexo das normas internacionais (FCPA e outras) que submetem as empresas estrangeiras com sede no Brasil à plena obediência daquelas legislações (matriz). Ademais, ressalta-se que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) passou a exigir dos seus integrantes que elaborassem normas visando coibir atos de corrupção em seus territórios⁹, e, com isso, mais países passaram a cobrar mutuamente a aplicação dos programas de compliance.

Como não poderia ser diferente, os atos internacionais passaram a influenciar as normas internas brasileiras, seja pela incorporação direta dos tratados internacionais firmados ou por elaboração de leis e atos infralegais no ordenamento jurídico brasileiro.

Sem sombra de dúvidas a legislação pioneira no Brasil foi a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) que, regulamentando o artigo 37, pará-

8 Pelas pesquisas realizadas, as organizações de menor porte possuem o canal de denúncia gerido pelas próprias estruturas, normalmente concentradas no setor de recursos humanos ou da área jurídica. Já a empresa de maior porte dispõe de empresa contratada para analisar as denúncias recebidas, sem olvidar de seu setor especializado.

9 Cabe mencionar que desde 2017 o Brasil tenta ser país integrante da OCDE, mas até o presente momento não conseguiu, pois depende de uma série de exigências à serem cumpridas, dentre elas: Mas não é fácil se tornar um país-membro da OCDE. Para isso, o país precisa: Provar que mantém práticas econômicas, diplomáticas e comerciais alinhadas com os demais participantes – ou seja, alinhadas às melhores práticas globais; Ser aceito por diversos comitês que avaliam seu desempenho em diferentes áreas, como comércio e agricultura; Ser aceito por todos os países-membros da OCDE, conforme descrito no site <https://blog.nubank.com.br/ocde-o-que-e/>. Ademais, ressalta-se que o último país a entrar na organização foi o Chile.

grafo 7º da Constituição Federal, passou a punir civilmente os agentes públicos por atos que violassem a probidade na administração pública.

Outra norma de relevância é o decreto federal nº 1.171/1994 que passou a disciplinar as condutas desejáveis e éticas voltadas aos agentes públicos da esfera federal. Por seu turno, atendendo aos anseios da comunidade internacional, foi elaborada a Lei nº 9.613/98 que teve o foco no Combate à Lavagem de Dinheiro ou Ocultação de Bens, além de estabelecer regras que impedissem que o sistema financeiro servisse de pano de fundo para as práticas ilícitas.

Inúmeras outras legislações foram elaboradas pelo estado brasileiro com a finalidade de combater a corrupção e práticas ilícitas no Brasil¹⁰. Neste sentido, a Lei nº 12.846/2013¹¹ inovou no ordenamento jurídico nacional impondo sanções administrativas, de forma objetiva, às pessoas jurídicas nacionais ou estrangeiras com sede no país, independentemente, das sanções penais, administrativas e cíveis dos seus administradores ou gestores. Logo em seu artigo 7º, a supracitada lei, apresenta os requisitos para atenuação da sanção, conforme abaixo:

Art. 7º Serão levados em consideração na aplicação das sanções:

I - a gravidade da infração;

II - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;

10 O professor Ederson Porto (2020), em sua obra menciona algumas legislações que fazem parte deste plantel: “Portaria CGU nº 909/2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade; Portaria CGU nº 910/2015, que define procedimentos para apuração de responsabilidade administrativa e para a celebração de acordos de leniência; Portaria CGU/SMPE nº 2279/2015, que dispõe sobre avaliação de programas de integridade de microempresas e de empresas de pequeno porte; Portaria CGU nº 1.382/2018, que dispõe sobre programas de integridade para a Administração Pública.”

11 Pinheiro *et al*, em suas lições de “Due diligence Anticorrupção para a contratação de prestadores de serviços e em fusões e aquisições”, integrante do Manual de Compliance, citado na referência, assim descreve a Lei anticorrupção: “No Brasil, como mencionado, a Lei Anticorrupção estabelece a responsabilidade objetiva, administrativa e civil, das empresas e por atos lesivos contra a Administração Pública nacional e estrangeira, ainda que praticado por terceiros, em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não. Como consequência da responsabilização objetiva, a Lei Anticorrupção prevê a imposição de sanções de natureza administrativa e civil, incluindo a aplicação de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluído os tributos”.

III - a consumação ou não da infração;

IV - o grau de lesão ou perigo de lesão;

V - o efeito negativo produzido pela infração;

VI - a situação econômica do infrator;

VII - a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações;

VIII - a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica;

IX - o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados; e

X - (VETADO).

Parágrafo único. Os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do caput serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal. (grifei) (BRASIL, 2013)

Como se depreende da leitura do dispositivo, o legislador buscou incentivar a implantação de programas de integridade, atenuando as sanções aplicadas por condutas que violem a integridade, assim como descritas no artigo 5°. Por seu turno, o decreto regulamentador n° 8.420/2015, pormenorizou a lei e, desde pronto, já tratou de definir, no artigo 41, programa de integridade como sendo:

(...) o conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. (BRASIL, 2015)

Percebe-se que o legislador infralegal deu extrema ênfase para o incentivo à denúncia, dentro do contexto do programa de integridade, justamente por tratar-se de importante ferramenta para o combate à corrupção e outras práticas indesejáveis. Mais adiante, no artigo 42, inciso X, o decreto disciplina que o canal de denúncia deve ser aberto, amplo (para funcionários e terceiros) e que medidas devam ser promovidas para a proteção do denunciante de boa-fé. Tudo isso,

como é bem frisado pelo legislador infralegal, será levado em consideração no momento da aplicação da sanção.

Apesar de ser melhor debatido no tópico seguinte, sabe-se que no Brasil a imagem do cidadão que promove qualquer espécie de denúncia é vista com ressalvas, inclusive sendo rotulado com apelidos que beiram a depreciação. Mas, não se pode negar que a participação de pessoas (funcionários e terceiros) que estão próximas às condutas ilícitas e que as denunciam, sendo que muitas das vezes sequer seriam investigados pelo poder público, é de muita valia, tanto para a empresa quanto para a sociedade.

O PAPEL DO “SOPRADOR DE APITO” NOS PROGRAMAS DE INTEGRIDADE BRASILEIROS

Tratou-se do surgimento dos programas de integridade e de seus pilares com a finalidade da produção da ética numa organização estatal ou da iniciativa privada. Da mesma forma, tratou-se da previsão legal e infralegal para o estabelecimento do programa e de seus instrumentos, inclusive o canal de denúncia, que servem para a análise de redução de sanção administrativa e civil.

Cabe, neste momento, tecer alguns comentários acerca do objeto de nosso estudo, ou seja, do “soprador de apito” no âmbito do programa de integridade brasileiro. Ademais, ressalta-se que, ao longo de todo o trabalho, não foi realizada qualquer diferenciação quanto à implementação do programa de integridade, ou seja, todos os conceitos inerentes ao programa de integridade podem ser aplicados tanto para a iniciativa privada quanto para a administração pública, bastando que sejam adequados ao escopo pretendido.

Inicialmente, merece a necessária consideração acerca do próprio termo “soprador de apito”, trabalhado ao longo do presente estudo. O termo mais utilizado na literatura é “*whistleblower*”, que é traduzido para o vernáculo como “as-

soprar o apito” ou “soprador”, e que tem o sentido de quem aponta o desvio de conduta praticado no ambiente de uma organização (privada ou estatal).

Como já mencionado alhures, algumas sociedades possuem uma visão deturpada em relação àqueles que participam de tais delações e os tratam como “dedo-duro”, “X-9” ou “traidores” em relação a organização em que trabalham. Da mesma forma, pode-se afirmar que as legislações de proteção para estes “sopradadores” são diretamente proporcionais à sua aceitação pela sociedade. À título de exemplificação, Carvalho e Alvim (2019) descrevem que 01 (um) em cada 03 (três) integrantes da Comunidade Europeia não relata casos de corrupção que presencia.

Em assim sendo, cabe mencionar que a doutrina especializada define o “soprador de apito” como:

Whistleblower é a pessoa que, detendo posição privilegiada de acesso a dados e informações de uma organização, sem ter obrigação legal, voluntariamente relata, a uma competente autoridade pública, um ato de interesse público, sobre fatos que entende ilegais, não triviais, ou outras irregularidades sob o controle de uma organização e que podem configurar atos de corrupção, fraudes ou violação de um sistema normativo ou regulatório. (ROCHA, 2016, pág. 03)

Desde pronto, não é possível confundir o whistleblower ou “soprador de apito” com outras definições conhecidas tais como o informante e a testemunha. O informante é aquele indivíduo que, via de regra, encontra-se inserido no fato ilegal (indesejável) e que procura colaborar com o agente investigador para que possa obter algum benefício, tais como redução de pena ou, até mesmo, isenção de condenação.

Por seu turno, a testemunha é aquela pessoa que apenas tomou ciência ou presenciou dado fato e que não tem o dever de cooperar com as autoridades antes da fase de investigação.

Já o whistleblower, como definido, não tem responsabilidade para com o fato narrado e nem tem a obrigação de informar a autoridade competente. O que ele busca é, simplesmente, ver a circunstância indesejada, devidamente apurada e desfeita, tal qual descreve Rocha (2016), em benefício daquela sociedade ou organização. No Brasil o tema ainda é bastante incipiente, mas em outros países a atuação dos “sopradores de apito” é bastante evidente e eficaz¹².

Ponto interessante, e merecedor de menção no presente estudo, é que para que existam e que sejam eficientes os whistleblower ou “sopradores de apito” devem existir normas que os protejam. É cediço que o ato reportar alguma situação reprovável exige, muito além de coragem, a vontade de assumir os riscos ou de sofrimento de represálias que podem vir dos colegas ou da própria alta administração da organização.

É neste caminho que Rocha (2016) leciona, com suporte na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, mais especificamente no seu artigo 33, que os Estados devem utilizar medidas de proteção contra qualquer tratamento injustificado para qualquer pessoa que reportar fatos ilícitos indicados na convenção. Não tem como se obter informações preciosas se o “soprador” não tem proteção em face daqueles sujeitos envolvidos¹³.

12 Menciona o professor Marcio Rocha, na mencionada obra “Subsídios ao debate para a implantação dos programas de whistleblower no Brasil”, que: “Corroborando o exposto, estudo da empresa KPMG na Austrália e na Nova Zelândia indica que, em 2002, 25% das fraudes foram reportadas pelos próprios empregados. E outro estudo, da mesma empresa, na África, apontou que 44% das fraudes foram reveladas a partir de informações fornecidas por whistleblowers”.

13 ROCHA, Márcio (2016) apresenta interessante retrato dos principais ocorrências decorrentes da atuação dos “sopradores de apito”: “A organização não governamental US Project on Government Oversight traz enumeração das mais frequentes ocorrências no ambiente de trabalho: retirada de atribuições do empregado como forma de marginalização; retirada de credenciais dos servidores de segurança nacional, deixando-os (na prática) efetivamente exonerados; rotulagem depreciativa do empregado, fazendo com que fique sem condições de obter um emprego rentável; condução de investigações retaliatórias para os fins de desviar a atenção do desperdício, da fraude ou do abuso que o whistleblower está tentando expor; questionamento da saúde mental do whistleblower, da sua competência profissional ou da sua honestidade; imposição de dificuldades ao whistleblower, atribuindo tarefas impossíveis ou procurando neutralizá-lo; transferência geográfica do empregado, deixando-o sem condições de realizar seu trabalho”.

Desta forma, mais uma vez com suporte na doutrina especializada, transcreve-se, perfeitamente, esta questão:

A maior barreira que evita o relato de whistleblower é a preocupação quanto à retaliação que resultará do relato. A retaliação pode variar de uma ameaça menor no ambiente de trabalho a consequências mais severas. Tipicamente, uma vez que o empregado assoprou o apito, crescente pressão lhe será posta para rescindir suas declarações e para evitar futuros relatos. (Banisar *apud* ROCHA, 2016)

Sabe-se que em alguns países, a exemplo os Estados Unidos, a legislação possibilita a recompensa pela informação prestada às autoridades, que pode variar de 15% a 25% do valor recuperado pelo Estado. Pode ser questionada a ética desta forma de incentivo, mas é de bastante coerência o posicionamento da doutrina de Carvalho e Alvim (2019) quando analisam a viabilidade da prática de incentivo do “sistema de recompensas, sob uma perspectiva pública, pode ser excelente a fim de aumentar o número de relatos de casos; porém, se não aplicado com parcimônia, pode ser desastroso sob uma perspectiva privada no seio da corporação”.

Em pesquisa na rede mundial de computadores, pode-se avaliar a contribuição que os sopradores de apito podem dar às autoridades responsáveis pela fiscalização, assim como descrita na reportagem da BBC-Brasil¹⁴, de 15 de março de 2015:

A ação de informantes, também conhecidos como whistleblowers (em tradução literal, "sopradores de apito", como são chamados aqueles que denunciam a ocorrência de atividades ilegais em suas organizações) já rendeu ao governo dos Estados Unidos pelo menos US\$ 16,86 bilhões a mais em multas contra empresas e funcionários envolvidos em crimes financeiros, segundo estudo de pesquisadores das universidades americanas de Iowa, Texas A&M, Arizona State e American University. Esse montante, obtido exclusivamente graças às denúncias dos informantes, é referente a ações do Departamento de Justiça (DOJ) e da Securities and Exchange Commission (SEC, na sigla em inglês, órgão que regula o mercado de capitais, equivalente à Comissão de Valores

14 Trata-se de reportagem cujo o título é “EUA recuperam US\$ 16 bi graças a informantes de crimes financeiros” e que demonstra a importância dos whistleblower naquele país:

Mobiliários no Brasil) entre 1978 e 2012 e equivale a 21% do total de US\$ 79,46 bilhões em multas coletadas nessas ações no período. "Há forte evidência de que, quando whistleblowers estão envolvidos, a SEC e o DOJ conseguem aplicar penas mais pesadas aos culpados", disse à BBC Brasil um dos autores do estudo, Andrew Call, professor da Arizona State University. A ação de informantes também resultou em penas de prisão para os culpados em média 21 meses mais longas do que se não houvesse envolvimento de denunciante. (grifei)

Com ou sem previsão de recompensa, percebe-se que o canal de denúncia é uma excelente ferramenta para o combate às condutas reprováveis dentro de uma organização ou órgão estatal. Gabineski *et al* (2020), retratam a relevância do canal de denúncia para o todo do programa de integridade, como sendo “a disponibilização de um meio facilitador, catalisador, para o recebimento dos incidentes negativos envolvendo as regras da empresa”. No mesmo sentido, os autores supracitados lecionam que:

As boas práticas sugerem que a comunicação com o denunciante tem um efeito positivo dentro do processo como um todo, pois uma resposta apropriada encerra o processo, reafirma o compromisso empresarial com a justiça e a imparcialidade, bem como pode remediar que o incidente extrapole as fronteiras da empresa, com um possível reporte ao regulador ou até mesmo à mídia. (Gabineski *et al*, 2020. pág. 290)

O soprador de apito é uma figura importante no contexto dos programas de integridade, mas que, no Brasil, não atingiu uma efetiva utilização. Uma das possibilidades para a inaplicabilidade do denunciante seria a ausência de proteção legal ou infralegal, pois no caso de ser descoberto pelo empregador ou colegas de profissão, não teria o respaldo necessário de seus atos, permanecendo à mercê de represálias trabalhistas, como, por exemplo, demissão por justa causa ou quaisquer outras formas escusas de extinção do vínculo empregatício.

Outra possibilidade para esta pouca importância legislativa seria a falta de conscientização da sociedade brasileira de que a atividade de “soprar o apito” poderia ser recompensada, mas para que esta informação seja comprovada faz-se necessário submeter o problema à uma pesquisa mais aprofundada, o que fugiria ao escopo do nosso trabalho

CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, entende-se que o tema é bastante atual uma vez que a integridade é amplamente exigida para as organizações estatais ou privadas. A implementação do programa de integridade, dentro de um sistema de compliance, é uma necessidade para que a empresa possa prestar suas atividades, livre de sanção administrativa e cível, e em conformidade com as normas que lhe são afetas.

Da mesma forma, viu-se que o Brasil ingressou no rol dos países que exigem, mediante normas rígidas, a implementação de sistemas de compliance e programas de integridade, sendo o canal de denúncia uma forte “arma” contra condutas indesejadas pela sociedade.

Apesar de não ser muito divulgado no Brasil, o whistleblower ou “soprador de apito” é uma peça fundamental para a eficácia do programa de integridade (compliance), pois, a sua conduta ética possibilita que a alta administração e autoridades estatais investiguem e punam seus integrantes, bem como possa servir de avaliação para entender os motivos da falha ética.

Infelizmente, o nosso país não possui uma legislação protetiva para os “sopradadores de apito”, dificultando a sua aplicabilidade, uma vez que existe a previsão para a importância em relatar os casos indesejados, mas falta a coerência legislativa para caminhar no sentido da proteção do “soprador de apito”.

REFERÊNCIAS

ASSI, Marcos. Compliance como implementar, 1ª edição, São Paulo: Trevisan Editora, 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Presidência da República. LEI nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Brasília, DF: Presidência da República, 2013.

_____. Presidência da República. LEI nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Brasília, DF: Presidência da República, 1992.

_____. Presidência da República. Portaria CGU nº 909/2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade, Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

_____. Presidência da República. Portaria CGU nº 910/2015, que define procedimentos para apuração de responsabilidade administrativa e para a celebração de acordos de leniência, Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

_____. Presidência da República. Portaria CGU nº 910/2015, que define procedimentos para apuração de responsabilidade administrativa e para a celebração de acordos de leniência, Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

CARVALHO, A. *et al.* Manual de Compliance. 2ª edição, São Paulo: Forense, 2020.

FRANCO, Isabel. Guia Prático de Compliance, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PAULA, Marco; CASTRO, Rodrigo. Compliance, Gestão de risco e combate à corrupção, 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Forum, 2001.

PORTO, Éderson. Compliance & Governança Corporativa, 1ª ed. Porto Alegre: Lawboratory, 2020.

ROCHA, Márcio. Subsídios ao debate para a implantação dos programas de whistleblower no Brasil. Disponível em: <http://enccla.camara.leg.br/biblioteca/artigos/whistleblower-1/subsidios-para-implantacao-de-programas-de-whistleblower-no-brasil/view>. Acesso em 07 de maio de 2021.

EUA recuperam US\$ 16 bi graças a informantes de crimes financeiros. BBC/Brasil Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150319_eua_recupera_dinheiro_informantes_ac. Acesso em 07 de maio de 2021.



10.48209/978-65-89949-84-4

CAPÍTULO 4

O ESTADO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO DIANTE DA GESTÃO DO CONHECIMENTO E DOS PROGRAMAS DE COMPLIANCE

Péricles Queiroz Araújo

Resumo: Neste estudo, buscou-se apresentar as características do Estado Contemporâneo e as formas como ele presta o serviço público. A sociedade e o Estado estão em harmonia, sendo que este tem a missão de atender aos anseios da comunidade, conforme as características do povo e da localidade uma vez que os direitos fundamentais e sociais não são imutáveis em todos os períodos da história. Neste sentido, o Estado deve adequar-se para os novos tempos, com novas prioridades e com a máxima eficiência. Por seu turno, a gestão do conhecimento, ferramenta útil para a promoção das inovações nas organizações privadas, também pode ser empregada na Administração Pública com o objetivo de melhoria de seus resultados, tornando-se mais eficiente. Entretanto, o Estado está vulnerável aos ataques ilícitos promovidos por grupos interessados, em seus ideais econômicos e políticos, e que estão dispostos a utilizarem-se do próprio Estado para obtê-los. Para minimizar tais ameaças é que o programa de compliance, implementado na Administração Pública, tem a capacidade de promover o sentimento ético dos seus integrantes, atuar preventivamente, agregar valor ao serviço e, por consequência, alcançar a eficiência na Administração Pública.

Palavras-Chaves: Estado Contemporâneo. Gestão do Conhecimento. Eficiência dos serviços públicos. Inovação. Ética. Programas de Compliance.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentará algumas informações sobre as características do Estado contemporâneo e suas finalidades prestacionais, uma vez que deixou de ser exclusivo em alguns setores haja vista ter delegado de certos serviços para o setor privado. Com isso, necessariamente, passa o Estado a ter que mudar sua forma de administrar, internamente e externamente, seus problemas e conflitos de gestão.

Como se verá, mesmo diante de sua estrutura hierarquizada e rígida existe a necessidade de obter melhores resultados em seus serviços, pois, afinal, fala-se em direito fundamental do cidadão à boa administração pública. Os resultados melhores são obtidos com a inovação e a busca continuada pela primazia da eficiência, conforme previsão expressa na Carta Magna de 1988.

Uma das formas de se obter a eficiência é com a gestão do conhecimento, amplamente utilizada nas empresas competitivas, cujo escopo, como se verá, é

o de fomentar as socializações de informações e, com isso, atingir os melhores resultados.

Entretanto, ao que se parece, mesmo com esta busca pelo conhecimento, o Estado não está imune aos “males” que assombram o mercado, pelo contrário. Sua estrutura organizacional rígida não propicia a adequada troca de informações e inviabiliza, de forma bastante incisiva, a gestão do conhecimento, inclusive nas próprias Agências Reguladoras, cuja característica de especialização exige o acompanhamento constantes das inovações do mercado.

Neste sentido, com a finalidade de atingir a máxima eficiência na prestação dos serviços, é que a gestão do conhecimento passou a ser utilizada, também, dentro da Administração Pública, apesar de sua estrutura nem sempre estar adequada aos conceitos desta atividade. Ademais, a gestão do conhecimento volta-se, especialmente, para os integrantes de uma organização.

Por seu turno, o estado burocrático e paquidérmico inviabiliza, em grande parte, a busca por um atingimento de melhores resultados, podendo obstar a produção de conhecimentos ou de sua retenção para uma finalidade diversa daquela desejada pela instituição pública, assim como ocorre com os casos de corrupção.

O que se pretende é que ao final de nosso estudo seja possível obter a resposta de que seria possível afirmar que, diante dos princípios que regem o Estado Contemporâneo, dentre eles o princípio da eficiência, a gestão do conhecimento, responsável pelas inovações e pelo aumento dos resultados, deve observar os limites estabelecidos, previamente, pelo programa de compliance daquele órgão público sob pena de ausência de ética no serviço público.

O resultado esperado é o de que os sentimentos promovidos pelo compliance, ou seja, a ética e seus deslindes, são extremamente necessários para a obtenção de um estado democrático e íntegro que se volta para o atendimento ao cidadão. Ademais, é dentro deste espectro que se entende o compliance efetivo,

devidamente aplicado na Administração Pública, como instrumento impeditivo de desvios de conduta, promovedor da uniformidade de entendimentos e da socialização do conhecimento gerado e, por conseguinte, uma administração inovadora e eficiente.

A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa bibliográfica de doutrinas, artigos especializados e outros documentos que corroborassem com o nosso estudo e para o atingimento da resposta final, sempre levando em conta a análise dos objetivos específicos estabelecidos.

Além desta introdução, nosso trabalho está definido por capítulos que apresentarão ao leitor uma visão geral da evolução do Estado, das características do Estado Contemporâneo e seus princípios basilares, passando por ideias gerais sobre a gestão do conhecimento e sua aplicação no serviço público, e finalizando com a importância do compliance dentro deste processo de inovação e eficiência que se volta à parte mais essencial de uma organização: a pessoa.

DO ESTADO CONTEMPORÂNEO: SUAS CARACTERÍSTICAS E SEUS PRINCÍPIOS BASILARES

Para tratar especificamente de Estado seria necessário importar os estudos realizados ao longo de séculos, o que fugiria ao nosso escopo, para tentar compreender o Estado em sua profundidade. Segundo Alves (2015), o Estado, como as demais organizações, coevoluiu com as sociedades de sua época até chegar ao estágio em que se visualiza atualmente. Ademais, informa que não existe um Estado que seja perfeito, mas pode ser comparado com um organismo vivo que coevoluiu com o sistema econômico e político que o cerca, se tornando adequado ao seu tempo e atendendo às expectativas.

Segundo Alves (2015) o Estado, como se apresenta hoje, é decorrente de uma constante competição entre os menores, formando uma organização sólida e coesa, até que outras necessidades ou demandas sociais surjam para que,

novamente, altere a sua configuração. Neste sentido, por meio da coevolução, é que se formou o Estado-Nação:

O Estado-Nação surgiu da agregação de organismos menores, as cidades-estados feudais, mas ainda em uma forma genérica e sem especialização. A partir desse fenômeno foram surgindo organismos internos especializados, tais como o setor privado, que criava sinergia com as atividades estatais.

Um fator central neste processo foi a competição que forçava a seleção das melhores estruturas e práticas, eliminando os modelos menos eficazes ou eficientes. (ALVES, 2015, pág. 92)

O crescimento populacional das cidades isoladas e a inevitável comunicação com as rotas comerciais, combinado com períodos de guerras e conflitos, transformaram as cidades isoladas em Estados-Nações, cuja função ultrapassava a simples proteção dos seus cidadãos, pois promovia as condições favoráveis para o comércio e outras oportunidades.

Interessante a forma como Silva (2015) apresenta as mutações do Estado, pois correlaciona os estudos realizados por Kondratieff, realizados em 1925, que estabeleceu os seus ciclos de hegemonia, ou seja, no sentido de que nos últimos 240 anos os Estados tiveram diversos formatos, sendo que, para cada um deles, com uma característica distinta. Em seus estudos, conforme Silva (2015), o sistema no qual o Estado está inserido é responsável por sua alteração, ainda de maneira desconhecida, e com periodicidade não homogênea:

Kondratieff percebeu que as inovações tecnológicas não ocorriam de forma homogênea ao longo do tempo, mas sim em ciclos de 50 a 60 anos que afetavam a economia e a sociedade. Cada ciclo tinha quatro subfases: recuperação, crescimento, esgotamento e crise. Todo ciclo fechava com uma crise generalizada que gerava como resposta uma nova onda de inovações, tanto por conta de investimento quanto por causa da aceitação e necessidade gerada pela crise. (Silva, 2015, pág. 81)

Para não fugir ao escopo do presente trabalho, fixaremos três marcos de Estados-Nação, para a melhor compreensão do tema. Como primeira forma ou modalidade pode-se mencionar o Estado nacionalista, compreendido entre 1820

a 1870, que retrata o Estado como ente central e sendo representado pelas famílias reais e monarquias dominantes.

Segundo Silva (2015) o Estado nacionalista tinha como característica a inovação no campo econômico, surgimento de empresas de capitais abertos que auxiliavam na proposta de angariar recursos que não se encontravam nos indivíduos isoladamente. No campo das guerras, foi notório quando se deixou de vangloriar os heróis para a confecção de arsenais de guerras, ou seja, material bélico, tornando-se exponenciais a formação dos Estados Unidos da América e a Unificação do Estado Alemão.

A próxima forma de Estado, com ênfase na burocracia ou “Estado Profissional”, nos anos 1870 a 1930, e que Kondratieff definiu como “terceiro ciclo”, teve a introdução de serviços como água encanada, esgoto, luz elétrica e telefone, como serviços essenciais de vida. De igual forma, nota-se que o Estado passou a ser responsável por atividades ligadas ao sistema financeiro, a educação e saúde, levando sempre como norte as lições pregadas por seu exponencial teórico Max Weber.

Após a década de 1930, e principalmente diante os problemas que surgiram pós Segunda Guerra Mundial, surge o Estado do Bem Estar Social, também conhecido como “welfare state”, prevalecendo até a década de 1980, cuja característica predominante foi a de exponencial aumento dos custos com atividades voltadas ao social ou atividades que tornavam o indivíduo um fim em si mesmo, um detentor de direitos sociais como a segurança, a saúde, o trabalho e etc. Como se percebe, evidentemente, são direitos concebidos e ditos como importantes no mundo castigado pelo pós guerra.

Não será o propósito deste estudo aprofundar nas conceituações de Estado do Bem estar Social, uma vez que existem várias classificações desta forma de “welfare states”, mas Andersen (1990) define como aquele que busca promover

os direitos básicos do cidadão, apesar da doutrina não se ater ao seu conceito apropriado e nem adentrar nas suas formas de comparação, estudos estes, que se passa ao largo neste momento.

Entretanto, não tardou para que o peso das obrigações do Estado do Bem Estar Social fossem repensadas e fizessem com que uma nova forma de prestação de serviços públicos surgisse, ou seja, um Estado que busca novos parceiros, se afastando de algumas atividades que pudessem ser delegadas para iniciativa privada, e priorizando serviços exclusivos e inerentes à soberania nacional:

Até aqui, podemos ver mudanças no sistema econômico do Estado Reformado na medida em que o Estado se retrai de certas atividades que tomou para si no ciclo anterior, de maneira a permitir o avanço da iniciativa privada e tentar ser menos complexo e mais barato. Tecnologias como parcerias público-privadas (PPPs) e organizações não governamentais (ONGs) podem ser vistas como novas formas de organização que ajudam o Estado a buscar sua sinergia com o mercado e com a sociedade civil, dando mais liberdade de ação para os indivíduos. (SILVA, 2015, pág. 91)

Como se extrai do trecho acima, tem-se que o Estado atual ou Contemporâneo encontra-se, apesar de não executar diretamente algumas atividades, exercendo papel importante dentro deste contexto, mesmo que seja na regulação dos serviços. Em assim sendo, para o entendimento do propósito deste trabalho, pode-se entender o Estado, dentro de uma visão sistêmica, de um lado e a sociedade civil de outro, sendo que, entre os dois, está a Administração Pública.

Apresentadas as noções basilares sobre os Estados e suas formas de organização, sabe-se que Administração Pública, na atualidade, é responsável por proporcionar aos cidadãos uma vida digna com excelência e eficiência nos serviços, não bastando que um ou vários direitos constem apenas num papel ou carta de intenções, mas deve fazê-lo com propriedade e transparência. Para tanto, a própria organização da Administração Pública teve que se adaptar para esta nova forma de prestação de serviços públicos e trato com as necessidades da sociedade.

Segundo Pereira (2020), parte-se de uma premissa de que a Administração Pública deve ser conformada por uma Governança¹⁵, aos moldes do que ocorre com a iniciativa privada, mas com a diferença de que na Administração Pública o foco tem que ser a coletividade, o interesse público e todos os princípios afetos ao próprio Estado, enquanto prestador de serviços ou de órgão regulador do mercado.

Com esta nova forma de prestar o serviço público, estaria o Estado, por intermédio de sua Administração Pública, agregando valor ao seu mister e atuando em conformidade com a sua finalidade. O Estado atual encontra-se vinculado ao sistema social, político e econômico em que está inserido, ou seja, deve estar plenamente adequado às inovações tecnológicas e a alta quantidade de informações que chegam a todo instante. O mundo contemporâneo e a sociedade em que se vive, tem como características a troca de informações e decisões, a necessidade de prestação de contas e a eficiência nos serviços. Uma administração que não atue desta forma, tende à reforma ou à extinção.

Segundo Osborne e Gaebler *apud* Pereira (2020) ao tratar sobre troca de informações e decisões na gestão pública empreendedora dispõe que o governo tem a missão de servir o cidadão e deve realizar de acordo com as metas, missões e objetivos, pois assim estará sendo um governo forte e cumpridor do orçamento destinado pelo legislativo.

Estas lições passaram a tornar-se bastante conhecidas a partir da década de 80, com a doutrina da gestão por resultado na qual o foco passou a ser a qualidade na prestação do serviço. Segundo Nassuno (2014), no Brasil a gestão

15 Segundo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBCG (2015), em seu código das melhores práticas de governança corporativa, tem-se que “é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum”.

baseada no resultado passou a figurar como plano de trabalho, com base nas seguintes balizas:

Segundo o Plano Diretor, três elementos traduzem a nova orientação: (1) definição precisa dos objetivos que devem ser alcançados pelas unidades, (2) garantia de autonomia de gestão de recursos humanos, financeiros e materiais ao administrador da unidade de forma que possa realizar os objetivos definidos, e (3) controle de resultados a posteriori e prestação de contas. Promovendo-se a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos da estrutura organizacional, a administração pública torna-se mais próxima e aberta à participação de agentes privados e de organizações da sociedade civil. Concomitantemente, incentiva-se a competição administrada entre as unidades internas ao Estado. (NAS-SUNO, 2014, pág. 143)

Percebe-se, com isso, que a Administração Pública brasileira passou a aderir em conformidade com o mercado, deixando o isolamento burocrático, em busca da produtividade, qualidade e excelência.

Agrega-se à gestão baseada em resultado, a prestação de contas por parte do Estado que é um princípio ligado ao controle social e que fortalece a democracia participativa. Assim, a indisponibilidade do interesse público traz a obrigação do Estado em demonstrar ao cidadão o que está sendo realizado com o dinheiro público, bem como possibilita a responsabilização dos gestores pela sua malversação.

Neste sentido, a Constituição Federal, tem regras expressas sobre este princípio - do controle da atividade estatal -, principalmente quando trata do controle externo da Administração Pública, assim como se extrai do seu artigo 71 e seguintes.

Por fim, outro princípio de extrema importância para o Estado Contemporâneo, é o da eficiência que ganhou relevância com a Emenda Constitucional nº 19/98, quando passou a constar no artigo 37 da Carta Cidadã, tornando-se uma diretriz a ser seguida pela administração pública.

Em continuidade, sabe-se que os direitos sociais, de cunho predominantemente prestacionais e constantes na Carta Magna, não possuem caráter de

recomendação, mas devem ser concretizados pelo poder público. Bobbio (2004) sabedor de que os direitos fundamentais e sociais são de difícil realização pelo Estado, apesar de constarem em vários documentos e cartas, leciona que:

Quando se trata de anunciá-los, o acordo é obtido com relativa facilidade, independentemente do maior ou menor poder de convicção de seu fundamento absoluto; quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições. O problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político. (BOBBIO, 2004, pág. 23)

Como tratado, o mundo está em constante mudança por conta da tecnologia avançada, comércio globalizado e outras tendências que impõem ao Estado, por sua Administração Pública, a necessidade de acompanhar e estar pari passu com tais inovações. As necessidades atuais não são as mesmas de décadas passadas, pois os direitos sempre acompanham as novas eras, cabendo, portanto, ao Estado cumprir seu papel e promovê-los da melhor forma possível.

Segundo Trosa (2010) o mundo está dividido entre as duas formas de Estados que podem ser analisados e estudados. De um lado estão os adeptos da doutrina de que o Estado deve ser “magro e forte”, ou seja, de um Estado mínimo. De outro os que pregam pela teoria de que o Estado deve ter o serviço público como “farol da nação” e atuar em todos os setores da vida social.

Apesar de extrema importância, não será o escopo do presente estudo panfletar em prol de um ou outro, mas trazer a ideia de que o Estado deve fazer com excelência aquilo que se predispõe.

DA GESTÃO DO CONHECIMENTO À INOVAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

Tratou-se no tópico anterior sobre o Estado Contemporâneo e de sua Administração Pública adaptada às novas necessidades e prioridades. Também, viu-se os princípios basilares que direcionam a atuação desta moderna forma de

gerir a *res publica* e da primazia do interesse público constante nas atividades do Estado.

A governança pública, nos moldes do que ocorre com a Governança Corporativa das empresas privadas, tem sido um modelo organizacional que possibilita uma produção mais eficiente e capaz de gerar valor ao serviço público. Ponto interessante é que apesar do modelo de Governança Estatal, mas avançado e competitivo, ele sempre levará consigo as características da sociedade a que serve. Segundo Trosa (2010):

Um dos fatores mais impressionantes a este respeito revela-se então no fato de há ainda cinco ou dez anos organizações internacionais como a OCDE ou o banco mundial falavam de uma convergência de modelos, em torno do Estado mínimo, da terceirização etc. Hoje, reconhece-se que, se o rigor da gestão e a modernização da administração são necessários em toda a parte, deve-se levar em conta as culturas e situações nacionais específicas e não aplicar artificialmente modelos que venham de fora, sem conhecer as limitações específicas e aspirações dos cidadãos. (TROSA, 2010, pág. 21)

O Estado empreendedor, ou seja, com esta visão no resultado, tem incorporado muito da iniciativa privada, mesmo por conta das delegações promovidas pelo conceito de estado gerencial, ou seja, de que se responsabiliza pela regulação e controle dos serviços que estão nas mãos das empresas privadas. Também, dentro deste contexto e tendo em vista a necessidade de resultados satisfatórios, fala-se em gestão de conhecimento como ferramenta útil para se alcançar tais resultados.

Evidentemente, não se pode generalizar e afirmar que a totalidade da Administração Pública e as empresas públicas brasileiras estejam abertas à participação dos funcionários nas decisões da organização. Bueno *apud* Silva e Castro (2014) lecionam no sentido de que no Brasil as organizações ainda continuam a seguir o conhecido jargão de que “quem pode manda e que tem juízo obedece”, recordando a época dos coronéis e seus escravos.

De igual forma, os autores trazem um paralelo com o “sistema panóptico” no qual a vigilância constante, com seu controle e punição, se instala para proporcionar a maior gestão possível, concluindo:

Essas questões acendem um sinal de alerta nas organizações contemporâneas, que cada vez mais se valem de comportamentos e funcionários de visão selvagem, criados e construídos no ventre de uma sociedade de consumo na qual não há regras, senão do sucesso, a do massagem do ego do gestor, a do policiamento, da produtividade em tempo recorde e da desproporção entre o que se fala e o que se pratica, cavando um abismo entre ética e estética organizacional. (SILVA E CASTRO, 2014, pág. 54)

De fato, um sistema de Governança Corporativo não pode ter sucesso se pensado da forma antiga ou como retratada pelos autores. O diálogo num ambiente corporativo é de suma importância para que todos possam ser responsáveis pela mudança cultural e da própria sociedade, conforme Silva e Castro (2014).

Afirmar que o diálogo é necessário para o crescimento de uma organização, pública ou privada, é caminhar no sentido que deve ocorrer uma transformação cultural que afete, positivamente, a relação entre os atores, responsáveis ou não, pelo poder decisório. Com isso, retorna-se ao conceito tratado linhas acima, de gestão por resultado, quando foi mencionado que o Estado passou a interagir com o mercado, devendo entendê-lo para que tenha a capacidade de atuar com eficiência.

Uma Administração Contemporânea deve estar adequada às necessidades em que a coletividade vive, bem como estar de acordo com as exigências estabelecidas pela Constituição Federal – controles e fiscalizações – e seus princípios. Neste ponto, importante mencionar, corroborando com doutrina pátria, que existe, por parte do cidadão em relação ao Estado, o direito fundamental à boa administração.

Segundo Junior et al (2015) a boa administração se faz presente no momento em que o administrador escolhe a melhor opção possível para a questão que lhe apresenta. Assim, com o uso da discricionariedade que “só se configura em casos nos quais existem efetivamente duas ou mais soluções eficientes” o administrador decide por aquela que melhor atenda ao interesse público.

A preocupação dos autores tem razão de ser no sentido de que a Administração Pública está subordinada ao princípio da legalidade. Neste sentido, os atos devem ser eficientes, mas sempre dentro do espectro permitido pela lei. Esta obrigatoriedade excessiva, conhecida como legalidade estrita, pode se tornar uma tarefa extremamente dificultosa, diferentemente do que ocorre com a iniciativa privada na qual as regras estão postas de maneiras mais flexíveis, pois somente não podem praticar atos que a lei expressamente vede.

Entretanto, existem ferramentas que estão à disposição da Administração Pública para que se obtenha tal eficiência, sendo uma delas a gestão do conhecimento nas organizações.

Inicia-se por citar que, segundo Edmondson apud Gonzales et al (2009), existe “uma correlação entre a melhoria contínua e o processo de aprendizagem”, ou seja, a prática entre os atores de uma organização em promover as trocas de informações é de extrema relevância para alcançar bons resultados, que podem ser melhores explorados quando a organização possui uma estrutura voltada para esta prática.

É sempre bom frisar, quando observamos a Administração Pública tradicional, com sua característica hierarquizada, que existe uma grande dificuldade para a sua implementação na integralidade destes processos de gestão de conhecimento, uma vez que existe uma forte cadeia de comando que lhe é peculiar.

A utilização de pessoas formalmente reconhecidas, os “experts”, criando uma estrutura informal de comunicação, conhecidas como “redes”, possibilita a socialização de informações entres os integrantes da organização, conforme Gonzales et al (2009). Segundo Ostroff apud Gonzales et al (2009), na gestão do conhecimento “há menos supervisão do conteúdo do trabalho e mais supervisão do desempenho e da carreira do indivíduo”, abrindo-se acesso às informações sobre as competências dos demais para potenciais parcerias no futuro. A gestão do conhecimento pode ser conceituada como:

(...) uma abordagem facilitadora e sistemática para aumentar o valor e a acessibilidade ao “capital do conhecimento” da organização, tendo em vista qualificar melhor os actores sociais, induzir e disseminar a inovação e assegurar o desenvolvimento da organização. (JOÃO, 2015, pág. 12).

A importância desta gestão do conhecimento é que o fundamento não está, basicamente, no processo, mas no indivíduo. Assim, as tecnologias são apenas meios ou ferramentas, uma vez que o conhecimento somente tem valor se colocado em prática. Drucke *apud* João (2015) ensina que a inovação consiste na utilização do conhecimento existente numa organização e que esta “inovação é o processo de descobrir, criar e implementar ou comercializar novas ideias, produtos, processos e serviços”.

No Brasil não é comum encontrar a Administração Pública tradicional, compreendidas as repartições de concessões e permissões e segmentos de segurança pública, por exemplo, que atue de forma tão competitiva quanto as empresas de mercado. Para tanto, a fim de melhor compreender esta “nova face” da administração, faz-se importante trazer para o conceito de gestão de conhecimento, na forma como descrita, uma Agência Reguladora, cuja atividade está diretamente vinculada ao mercado.

As Agências Reguladoras foram criadas no Brasil, principalmente no governo Fernando Henrique, e tinham como diferencial a ampliação da eficiência

do setor, utilizando uma gestão flexibilizada, reduzida e comunicativa. Segundo Garces e Silveira *apud* Nassuno (2014), descrevem-se as características destas Agências Reguladoras como “o de imprimir velocidade ao processo de transformação da organização em seus vários aspectos, a saber: estrutura, valores, liderança, estratégia, desenvolvimento de pessoal e sistemas de informação e controle”.

Evidente que toda esta produção (gestão) de conhecimento, baseado nas experiências dos integrantes e da especialização da organização e que foi criada para as Agências Reguladoras, não pode estar desacompanhada de um filtro ou uma baliza que tenha o condão de impedir possíveis faltas éticas e práticas de condutas ilícitas. Desta forma, a gestão do conhecimento, como visto, é focada no indivíduo que pode estar vulnerável diante das mais diferentes situações antiéticas.

Junior *et al* (2015), quando trata da Teoria Econômica do Crime, leciona que o “criminoso racional calcula o valor esperado do delito praticado, que é igual ao ganho menos a pena, multiplicada pela probabilidade de ser pego em condenado”.

O seu trabalho buscou demonstrar que a gestão temerária, na Administração Pública, deve ser alvo da lei de improbidade administrativa, mas este não será o nosso propósito. O que se quer é demonstrar que, mesmo o indivíduo estando imerso neste ambiente de gestão do conhecimento e sendo a ética na Administração Pública uma necessidade, faz-se necessário conjugar este processo de inovação e geração de conhecimento a um programa de compliance que consiga fazer frente aos possíveis deslizes de ética por parte dos integrantes daquela organização, conforme se verá adiante.

DO COMPLIANCE COMO NECESSÁRIO INSTRUMENTO NORTEADOR PARA A EFICIÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

Como visto, a Administração Pública contemporânea utiliza-se de ferramentas para o atingimento de seus objetivos da melhor forma possível, ou seja, com eficiência. Uma das “criações” do Estado Gerencial, no Brasil, foram as Agências Reguladoras cuja de atuação volta-se para o controle do mercado, sanções administrativas e outros atos cujo escopo são a excelência na prestação do serviço. Como se viu, a gestão do conhecimento produz inovações e estas, por consequência, resultam em melhores serviços aos cidadãos.

O Estado, na figura de seus integrantes, não está imune aos crimes contra a Administração Pública, nem mesmo nas organizações que rotineiramente utilizam-se de produção de conhecimento, como é o caso das Agências Reguladoras. Segundo Neto (2018), quando trata sobre a lógica da ação dos grupos de interesse que assolam as Agências Reguladoras, leciona acerca da política e dos interesses escusos, uma vez que para ter força política precisa ter poder para influenciar a regulação. Ainda para Neto (2018), as “Agências Reguladoras agem em um ambiente no qual três fontes de pressão se evidenciam: a política, a econômica e a social”, sendo que este poder atrai muitos grupos de interesse.

O mesmo autor, ao tratar da teoria econômica da captura dos reguladores, de Stigler, aponta que inexistem benefícios ao público, conforme prometido pelos reguladores, apontando que a regulação é muito mais benéfica para os setores regulados do que para a população de modo geral.

A captura, ou seja, quando os sujeitos mais fortes e influentes ditam o direito e as regras, não é fenômeno novo. Trata-se, segundo Neto (2018), de um evento interessante nos Estados Unidos:

A influência do setor financeiro é tão grande, com o aumento do poder de influenciar governos nos últimos vinte anos, que os seis últimos secretários do Tesouro norte-americano são oriundos deste setor. Até esse

ponto, pode-se argumentar que é uma tendência natural a busca de profissionais com formação em finanças para ocupar o cargo de secretário do Tesouro. Porém, há um dado que salta aos olhos, que indica grande probabilidade da ocorrência de captura: dos seis últimos secretários, quatro deles eram ligados direta ou indiretamente à empresa Goldman Sachs. (NETO, 2018, pág. 139)

Como se percebe, o conhecimento produzido, por si só, pelo Estado não é capaz de torná-lo imune aos “ataques” criminosos do mercado, onde predomina o interesse particular em detrimento do coletivo.

Tendo em vista estas possibilidades, entende-se que a Administração Pública deve constituir e implementar um programa de compliance efetivo de modo que obste ingerências na gestão do interesse público.

Segundo Assi (2018) os pilares do programa de compliance são construídos nos segmentos de “prevenir, detectar e responder”, ou seja, a atuação do responsável pelo programa deve ser técnica e buscar sempre uma ação em conjunto com os demais setores.

O programa efetivo deve ser implementado, customizado com as características da organização, tendo como principal ação a conscientização e suporte da alta cúpula da administração. Também, Assi (2018) apresenta a avaliação de risco, código de conduta, controle interno, treinamento e comunicação, gestão de terceiros, canal de denúncia, investigação interna e auditoria e revisão de melhorias como atividades para um programa completo.

Não será possível desbravar todos os conceitos a que se referem o programa de compliance, o que dependeria de maior espaço, mas apenas o seu resultado desejado, ou seja, a ética no serviço público. Em interessante linha de pesquisa, Assi (2018) descreve que segundo o método COSO (responsável pelo monitoramento de fraudes e corrupção em Corporações) o “ambiente interno da organização deverá ser apoiado por políticas internas que defina as regras e as responsabilidades e quem são os autorizadores e os aprovadores dos processos”.

Desta forma, a ética no Estado é o caminho para a eficiência dos serviços, pois “somente com a busca das melhores práticas de gestão – ser mais eficiente – bem como desenvolvimento de uma cultura ética nas relações públicas e privadas é que será possível mitigar o desperdício de recursos públicos e resgatar a confiança da população”. E continua, Ferraz (2020) “sob o prisma teórico, para o atingimento desse objetivo, é que a eficiência e ética (duplo E) são faces da mesma moeda e devem ser buscadas conjuntamente”.

CONCLUSÕES

O presente trabalho abordou a questão do Estado Contemporâneo e suas características, bem como os princípios que lhe são intrínsecos e que determinam seu modo de gerir as necessidades da sociedade. Também, buscou-se estabelecer uma correlação entre a gestão do conhecimento e a eficiência, tão importante para o interesse público.

Ao tratar de Estado, de uma forma diferenciada do tradicional serviço público, é importante possibilitar ao leitor uma visão alternativa de que é possível que a Administração Pública seja capaz de ser, ao mesmo tempo, eficiente e ética. A forma como as ideias foram inseridas possibilitam concluir que os órgãos do Estado devem implementar ferramentas utilizadas pela iniciativa privada, ainda mais àqueles órgãos cuja responsabilidade é a de regular o mercado para a obtenção de melhores resultados em benefício dos usuários (cidadãos).

Entretanto, o conhecimento e sua gestão, por si só, não são suficientes para melhorar a eficiência e nem para isentar das influências ilícitas. Para isso, deve a Administração implementar o programa de compliance a fim de “blindar” os indivíduos e manter a integridade na organização pública.

Por fim, cabe mencionar que é necessário que os gestores estejam sempre conscientes de que a boa administração se faz com a probidade e a eficiência.

REFERÊNCIAS

ALVES, Paulo Vicente. *Gestão Pública Contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2015.

ANDERSEN, Esping. As três economias políticas do Welfare States. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acessado: 10 de outubro de 2021.

ASSI, Marcos. *Compliance: como implementar*. São Paulo: Editora Trevisan, 2018.

A transparência como ferramenta da legitimação do agir estatal por meio do impulsionamento da eficiência e integridade governamentais. *In*: FERRAZ, Leonardo de Araújo. *Compliance no setor público*. Belo Horizonte: Editora Forum, 2020.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2004.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

GONZALES, Rodrigo; MARTINS, Manoel; TOLEDO, José. *Gestão do conhecimento em uma estrutura organizacional em rede*. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7Bdbfsjsw-oJ:https://www.scielo.br/j/ci/a/yXgrw5rfmcMSHV3Df3TzPgN/%3Flang%3Dpt+%amp;cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acessado em: 05 de novembro de 2021.

JOÃO, Paulo. *Gestão do conhecimento nas organizações*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/282323811_Gestao_do_Conhecimento_nas_Organizacoes. Acessado em: 08 de novembro de 2021.

JUNIOR, Carlos; TABAK, Benjamin; AGUIAR, Júlio. *Gestão pública temerária como hipótese de improbidade administrativa: possibilidade e efeitos na prevenção e no combate à corrupção*. Brasília: Núcleo de Estudos e pesquisas/CONLEG/Senado, setembro/2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td182/view>. Acessado em: 08 de novembro de 2021.

NASSUNO, Marianne. Gestão por Resultados no Governo Federal Brasileiro: um breve histórico e perspectivas. Disponível em: https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sj-cvolume5/gestao_resultados_governo_federal_brasileiro_breve_historico_perspectivas.pdf. Acessado em: 05 de novembro de 2021.

PEREIRA, José Matias. Manual e Gestão Pública Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas, 2020.

NETO, Luiz Guedes da Luz. Agências reguladoras: uma promessa não realizada contra o risco de captura. Campina Grande: Editora Eduepb, 2018.

SILVA, Marcelo da; CASTRO, Mônica Aparecida de. Comunicação e gestão organizacional em tempos de vigilância e controle: do panóptico ao binóculo. *In*: Revista do programa de pós graduação em comunicação social da faculdade de comunicação e artes da PUC Minas. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/7624>. Acessado em: 03 de novembro de 2021.

TROSA, Sylvie. Gestão pública por resultados: quando o estado se compromete. Rio de Janeiro: Editora Enap, 2010.



10.48209/978-65-89949-84-5

CAPÍTULO 5

A ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO NO ENSINO FUNDAMENTAL

Eliete Regina Alves da Silva
Karla de Lourdes Antunes Souza

INTRODUÇÃO

Compreende-se que não é de um dia para o outro que se concretiza a aprendizagem do ato de ler e escrever. Tal processo não é muito fácil, o professor necessita percorrer um caminho em prol de uma alfabetização que realmente oferece o acesso ao saber – social, ao saber - mundo, ao saber de si mesmo. A alfabetização é um processo infundável, pois durante o percurso de nossa existência estaremos sempre em constante aprendizagem, seja na questão intelectual na escrita ou na fala, o aprender significa estar se alfabetizando.

O ato de aprender a ler e escrever derruba obstáculos do marasmo, permitindo o indivíduo a se deparar com um mundo onde ele possa atuar criticamente e reflexivamente sobre o mesmo. Ao tomar a propriedade da leitura à mente se abre e o sujeito conhece novos horizontes, realiza um processo de reflexão onde por si próprio e assim, consegue tirar suas conclusões.

Tudo isso também está associado ao respeito à identidade cultural do aluno, compreendendo como um sujeito social, assim o processo da alfabetização torna-se um processo animador e que tenha significado. Neste sentido, o ato de ler e escrever são vistos com um olhar diferenciado, como um processo de descobertas de si próprio e das demais coisas que o rodeiam.

Dentro dessa visão, o problema que será investigado nesta pesquisa será o seguinte: Quais as contribuições e perspectivas do letramento na alfabetização dos alunos nas Séries Iniciais do ensino fundamental?

Responder por este estudo, bem como algumas das hipóteses levantadas como possíveis sustentações ao problema levantado: acredita-se que ler é um ato indispensável, onde o professor deva viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los, espera-se que a escola deva fornecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leitura eficientes; observa-se que a leitura é uma atividade extremamente importante na vida de qualquer criança desde o iní-

cio do processo de alfabetização e por fim, ressalta-se que a leitura é a fonte de prazer, de satisfação pessoal, de conquista, de realização, que serve de grande estímulo e motivação para que o aluno goste da escola e de estudar.

A pesquisa apresentou como objetivo principal descrever as contribuições e perspectivas do letramento na alfabetização dos alunos nas Séries Iniciais do ensino fundamental. E quanto aos objetivos específicos apresentados destacam-se: Compreender sobre o letramento e os gêneros textuais; reconhecer a importância da leitura na sala de aula; identificar as concepções de aprendizagem sobre alfabetização e a disputa dos métodos.

O tema escolhido sobre a alfabetização na perspectiva do letramento no ensino fundamental tornou-se relevante, pois se compreende que a aprendizagem da escrita se inicia muito antes de a criança saber ler e escrever convencionalmente. Até mesmo antes de se iniciar o ingresso escolar. Porém, existe uma concepção de que a criança adentrando na escola é que ela realmente poderá aprender. Esta concepção é vista e comprovada por muitos educadores como um processo puramente mecânico.

Portanto, o tema torna-se importante para a autora deste estudo, pois permitirá a mesma conhecer as contribuições do letramento na alfabetização das crianças pertencentes as séries Iniciais do ensino fundamental, trazendo um conhecimento e enriquecimento para o exercício de seu ofício profissional como futura professora/pedagoga. Através deste estudo espera-se contribuir com informações importantes, especialmente, para os acadêmicos do curso de Pedagogia para que possam adquirir conhecimentos sobre a relevância do letramento na alfabetização de seus futuros alunos e saber utilizarem tal método, para promover o ato de ler e escrever fluentemente.

A metodologia empregada neste estudo é uma revisão bibliográfica, que se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa e descritiva, onde foi utilizada uma pesquisa de consulta a livros, dissertações e por artigos científicos selecionados através de busca nos seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados,

entre outros). Como autores a serem utilizados podem-se aqui apontar: Gontijo (2012), Soares (2015), Maciel e Lúcio (2017), Solé (2016) dentre outros, que deram base para realização deste projeto.

Entretanto, para a realização deste estudo foi selecionado artigos na internet visando a publicação dos últimos cinco anos, para que houvesse um aprofundamento até ser redigido o referido projeto. As palavras chave para realização da pesquisa foram: alfabetização, letramento, gêneros textuais e concepção de aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A formação de leitores e produtores de textos competentes, ou seja, indivíduos efetivamente letrados, capazes de interpretar, traduzir e produzir qualquer tipo de texto é necessário uma constante intervenção do professor durante toda a vida escolar do aluno. Tal intervenção deve ocorrer de maneira sistemática, antes, durante e depois das atividades de leitura, que devem proporcionar aos alunos o contato com os mais diversos textos que circulam socialmente (BRAGA; SILVESTRE, 2012).

Letramento e gêneros textuais

Segundo Soares (2015), afirma que uma das condições fundamentais para a aquisição do letramento é a disponibilidade de material de leitura. Leitura e escrita são processos procedimentais: só se aprende a ler lendo; só se aprende a escrever escrevendo. Bem mais que a simples codificação e decodificação de signos lingüísticos, o conceito de alfabetização mais usado nos dias de hoje engloba o conceito de letramento, podendo ser definido como o uso social da leitura e da escrita.

Muitos professores ainda acreditam que o processo de letramento só deve ser iniciado depois que as crianças já estiverem alfabetizadas. Há também aque-

les que dão muito enfoque ao contato com os diferentes tipos de textos, mas esquecem alguns aspectos específicos da alfabetização. É baseada nesta visão que os autores Maciel e Lúcio (2017) afirmam que:

Daí a importância de se perceber a sala de aula como um espaço que possa promover tanto o domínio de capacidades específicas de alfabetização, quanto o domínio de conhecimentos e atitudes fundamentais envolvidos nos diversos usos sociais da leitura e da escrita. Para que isso ocorra, é preciso o conhecimento da teoria relativa a esses domínios e suas articulações da prática de ensino: é preciso que aja um equilíbrio entre ambos, e estabelecer esse equilíbrio tem sido um grande desafio, tanto para os acadêmicos quanto para os professores que atuam em turmas de alfabetização (MACIEL e LÚCIO, 2017, p. 54).

O processo do letramento pode se iniciar bem antes da aquisição da leitura e da escrita de maneira convencional pela criança. Quando uma criança tenta e consegue interpretar vários textos que estão ao seu redor (livros, cartazes, embalagens, histórias em quadrinho, etc.) ela comprova que o ato da leitura é um processo que envolve a coordenação de informações de procedência diversificada, e não só a decodificação das letras (FERREIRO 1999).

As atividades de leitura e escrita devem ser prazerosas. Não adianta entregar um livro para o aluno e lhe mandar ler. Falta, aí, a vontade, o desejo de ler. Falta a maturidade para compreender a importância da leitura e da escrita, falta a intertextualidade, o diálogo com outros textos. Nessa situação o aluno estará fadado ao fracasso (BRAGA; SILVESTRE 2012).

Nesse contexto, o desafio para o professor consiste em proporcionar aos alunos o contato com esses diferentes textos que circulam socialmente, estimulando a aquisição da leitura e da escrita e inserindo o aluno no mundo letrado. É muito importante, então, a escolha correta do tipo de texto para o tipo de leitor. Um texto só faz sentido para um leitor se tiver significado real, ou seja, se fizer parte do contexto sócio-histórico do leitor. De acordo com Smith (2008)

O significado da palavra leitura, em todos os sentidos, depende de tudo o que está ocorrendo, não somente do que está sendo lido, mas o porquê

de um determinado leitor estar lendo. (...) A leitura depende da relevância da especificação que o leitor faz do texto (SMITH, 2008, p. 39).

Para Braga e Silvestre (2012) afirmam que é de responsabilidade do professor fazer com que o processo da leitura seja transparente para o aluno. Explicar as tapas, todas as intenções da leitura, para que possa chegar a compreensão verdadeira do texto lido. Todas essas atividades de leitura vão proporcionar a formação de um leitor competente. Um indivíduo alfabetizado e letrado, capaz de compreender a infinidade de textos que circulam ao seu redor.

Nas palavras de Soares (2015) o letramento apresenta duas dimensões para a vida do indivíduo: uma dimensão individual e uma dimensão social. A dimensão individual pode ser entendida como a capacidade que o indivíduo tem de ler e escrever textos para o seu próprio bem, individualmente. A dimensão social é aquela em que o indivíduo faz uso do letramento no seu contexto social, ou seja, o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita que envolvem a vida em sociedade. Por meio do letramento uma pessoa pode circular socialmente por vários níveis.

A leitura na sala de aula

Quando se refere à formação de leitores competentes, este ato só poderá ser concretizado se o educador incitar a leitura em sua sala de aula, antes mesmo de iniciar a alfabetização formal de seus alunos. Conforme Solé (2016) afirma que a leitura é “um processo de interação entre leitor e texto” deve ser prazerosa e com os objetivos claramente definidos.

Para ler necessitamos, simultaneamente, manejar com destreza as habilidades de decodificação e aportar ao texto nossos objetivos, idéias e experiências prévias; precisamos nos envolver em um processo de previsão e inferência contínua, que se apóia na informação proporcionada pelo texto e na nossa própria bagagem, e em um processo que permita encontrar evidência ou rejeitar as previsões e inferências antes mencionadas (SOLÉ, 2016, p. 23)

A leitura, numa perspectiva de letramento engloba as habilidades linguísticas e psicológicas que vão desde transcrição fonética de grafemas simples a interpretação de textos mais complexos, neste desafio para o professor consiste em proporcionar aos alunos o contato com esses diferentes textos que circulam socialmente, estimulando a aquisição da leitura e da escrita e inserindo o aluno no mundo letrado (SOLE, 2016).

Desse modo, a leitura estende-se da habilidade de traduzir em sons sílabas sem sentido a habilidades cognitivas e metacognitivas; inclui, dentre outras: a habilidade de codificar símbolos escritos; a habilidade de captar significados; a capacidade de interpretar sequências de idéias ou eventos, analogias, comparações, linguagem figurada, relações complexas, anáforas; e, ainda a habilidade de fazer previsões iniciais sobre o sentido do texto, de construir significado combinando conhecimentos prévios e informações textual, de monitorar a compreensão e modificar previsões iniciais quando necessário, de refletir sobre o significado do que foi lido, tirando conclusões e fazendo julgamento sobre o conteúdo (SOLE, 2016, p. 76).

Em vista disso, são muitos os fatores que contribuem para que as práticas de leitura estejam cada vez mais presentes em nossas escolas. Entretanto, apesar de um grande número de professores buscarem formas reais e significativas de interação entre leitor e texto, a maior parte das leituras em sala de aula acaba por tomar um papel coadjuvante ou mera oferta de diversão aos leitores (PAIVA; RODRIGUES, 2011).

Ainda é muito decorrente, nas escolas, o entendimento da leitura apenas como a decodificação dos signos linguísticos, mas além dessa habilidade, ler pressupõe aprender as diferentes estratégias que levam a compreensão, por inteiro, daquilo que foi lido. Para isso, espera-se que o leitor seja um processador ativo do texto, capaz de compreender e inferir, inclusive, as entrelinhas do texto (SOLE, 2016).

A leitura é um processo de muitas facetas (cognitiva, lingüística, psicológica, histórica, cultural e social) que pode tomar vários sentidos na construção do sujeito. Conceber a leitura por este ângulo transforma totalmente a maneira de

se pensar a aprendizagem. Somente por meio de estratégias que favoreçam a aquisição de habilidades de leitura é que o educando poderá se tornar um leitor sujeito ativo no processo, inferindo e atribuindo sentidos (CAFIERO, 2010).

Para que a leitura tomar um local privilegiado na aprendizagem dos educandos, os professores em suas práticas pedagógicas devem colocar a leitura como um objeto de ensino e não apenas como um simples recurso pedagógico. As práticas pedagógicas, quando bem planejadas e sistematizadas, podem contribuir para que o aluno leia melhor, visto que o ensino da leitura não é algo curtamente delimitado que se encerra na alfabetização. Existem formas de potencializar as competências de leitura ao longo da vida (CAFIERO, 2010).

Uma boa aula de leitura começa com o planejamento, que pode ser esquematizado em duas vertentes: o planejamento macro e o planejamento micro. O planejamento macro consiste na delimitação das ações de leitura com base nos documentos oficiais (PCN's, propostas curriculares das secretarias de educação). O planejamento micro é, basicamente, a articulação da prática didática diária na sala de aula.

O principal objetivo da organização do planejamento é o de possibilitar que o professor desenvolva um trabalho sistemático dos conteúdos e habilidades que envolvem o processo de alfabetização e letramento. Desenvolver um trabalho sistemático significa considerar, entre outros aspectos, uma continuidade entre um aula e outra; a previsão do ensino dos conhecimentos complexos para o aluno depois daqueles menos complexos; e a seleção de atividades adequadas aos conhecimentos que serão ensinados (SILVA, 2009, p. 23).

O resultado esperado, se o professor se embasar por estes aspectos, é que o trabalho docente produza resultados significativos e duráveis. No caso das práticas de leitura, que o aluno domine, com destreza, as diversas habilidades de compreensão do texto lido. O planejamento micro deve ser estruturado com base na realidade social da turma. Ou seja, o professor deve incentivar a leitura a partir dos textos que os alunos já conhecem do seu entorno cultural (SILVA, 2009).

O mesmo autor firma que o esperado e desejável pelos documentos oficiais é que as crianças saiam das turmas de alfabetização (1º e 2º ano do ensino fundamental) já sabendo ler textos curtos e familiares. O desafio dos anos posteriores é refinar essas competências de leitura, aprimorando o gosto literário nas crianças e favorecendo a promoção de habilidades superiores.

Estratégias de leitura na sala de aula

O desafio de contribuir na aquisição das habilidades de leitura nos alunos do ensino fundamental pode se tornar mais fácil se o professor fizer o uso sistemático de estratégias de leitura. De acordo com Cafiero (2010) tais estratégias funcionam como ferramentas de cognição, que poderão ser desenvolvidas através da realização de um planejamento de atividades sistemáticas, as quais beneficiarão os educandos.

As estratégias de leitura são procedimentos didáticos de ordem elevada que envolve todo o processo psicológico e cognitivo dos alunos. Elas são conteúdos didáticos que devem ser ensinados aos alunos para que estes possam fazer uso dessas ferramentas nas variadas situações de leitura (SOLÉ, 2016). Portanto, segundo o autor, é possível delimitar as estratégias de leitura, em listas, por exemplo, é risco por minimizar demais as ações dessa ferramenta. Assim, o que seria um meio acaba se tornando um fim previamente concebido.

As estratégias de leitura são ações pedagógicas sistematicamente definidas que permitem ao aluno planejar “a tarefa geral da leitura e sua própria localização – motivação, disponibilidade – diante dela; facilitar a comprovação, a revisão, o controle do que se lê e a tomada de decisões adequadas em função dos objetivos perseguidos”. O planejamento didático refere-se a três condições básicas, segundo Solé (2016):

Clareza e coerência do conteúdo dos textos. Familiaridade e reconhecimento da tipologia e do gênero textual ou conhecimento de sua estrutura léxico-gramatical, sintaxe e coesão, do grau em que o conhecimento pré-

vio do leitor seja relevante para o conteúdo do texto. Ou seja, a capacidade do leitor em atribuir significados aos elementos do texto;

das estratégias que o leitor utiliza para intensificar a compreensão e a lembrança do que se lê. Leitura como recurso mnemônico (SOLE, 2016, p. 120).

Desenvolvimento das habilidades de leitura

São muitas as habilidades que o professor pode trabalhar com os alunos para que ele possa desenvolver diferentes capacidades de leituras. Quando se localiza a informação, essa é uma habilidade que permite localizar nos textos questões simples, como: Onde? Quem? Por quê? Quando o leitor ainda faz a leitura fragmentada, essa habilidade não é muito desenvolvida por a decodificação de letra por letra ou sílaba por sílaba não garante a compreensão do que foi lido. Como sugestão de atividade para o desenvolvimento desta habilidade, Cafiero (2010) diz:

Auxilie o aluno para que ele leia com fluência, sem gaguejar, sem escanear sílaba – seja, você mesmo, modelo de leitura para ele. Leia em voz alta na turma; coloque os alunos para ler uns para os outros [...]. Proponha desafios para os alunos localizarem no texto, isto é, façam perguntas orais para que os alunos busquem localizar a resposta rapidamente, e depois a leia em voz alta (CAFIERO, 2010, p. 99).

O mesmo autor explica o significado de inferir como criar sentido de palavras e expressões, assim como criar uma nova informação com base naquelas que foram expostas no material lido mais os conhecimentos prévios do leitor. Como exemplo, sugere-se textos com lacunas, onde o aluno poderá completar a informação que falta, observando as informações dadas anteriormente. Outra atividade é propor aos alunos que contem oralmente uns para os outros os textos que leram, assim estará permitindo que eles se organizem mentalmente as informações e possam compreendê-los melhor.

Quando se identifica opiniões expressas no texto, essa habilidade corresponde a retirar do texto informações implícitas e/ou subjetivas. Os leitores devem

perceber as diferentes opiniões que são emitidas num mesmo texto, reconhecer quem as emitiu e comparar com as suas próprias opiniões. O trabalho com manchetes de diferentes jornais, editoriais dos mesmos, debates e julgamentos favorecem o desenvolvimento dessa habilidade (CAFIERO, 2010).

É importante identificar a finalidade de um texto, pois os leitores perceberão para que sirva este determinado texto que está sendo lido. “Usar a leitura para seguir instruções (a receita de biscoito), para apoio à memória (a lista daquilo que devo comprar), para a comunicação com quem está distante ou ausente (o recado, o bilhete, o telegrama).” (SOARES, 2015). E mais que isso, saber por que, onde e quando utilizar esses textos. Para que essa habilidade seja desenvolvida o professor deve proporcionar o contato do aluno com os mais diferentes textos, sempre mostrando a finalidade de cada tipologia textual.

[...] o desenho possui um papel fundamental no processo de aprendizagem da leitura e da escrita, pois as crianças, ao serem incentivadas a interpretar o texto, o utilizam para efetuar uma leitura. As primeiras tentativas de leitura são de caráter imitativo. Ao imitar os atos de leitura dos adultos, a criança interpreta o texto, a partir de desenhos e outros elementos gráficos [...] (GONTIJO, 2012, p. 56)

Para essa habilidade vale estimular a leitura de tirinhas de humor, história em quadrinhos e charges na sala de aula. Também é construtiva a produção textual com base numa sequência de imagens. Estabelecer relações entre partes de um texto de modo a (re) construir a continuidade temática. Essa habilidade corresponde na capacidade de retomar partes do texto que já foram expostas sem a necessidade de repetir a leitura. O leitor com essa competência é capaz de estabelecer relações espaços-temporais no desenvolver da leitura (CAFIERO, 2010).

Ao perceber efeitos da variação lingüística, o leitor deve perceber que, embora a língua portuguesa seja apenas uma, existem variações que perpassam pela linguagem oral e escrita. Nessa habilidade o leitor deve saber distinguir as

especificidades das linguagens oral e escrita, que uma não é a mera transcrição da outra, e que elas mesmas variam em si mesmas (SOARES, 2015).

Quando se realiza a leitura global, o aluno que consegue retirar do texto informações de todas as possibilidades: linguagem verbal e não-verbal, informações explícitas e implícitas. Pode-se dizer que essa habilidade é uma somatória de todas as outras. Contudo, percebe-se a importância de se repensar os procedimentos didáticos para garantir o formação do leitor, nas escolas. Somente por meio da leitura que é possível formar cidadãos críticos capazes de compreender o mundo letrado que os cercam.

As concepções de aprendizagem sobre alfabetização e a disputa dos métodos

Ao longo dos últimos dois séculos o conceito de alfabetização se resumiu em discutir o melhor método para se alfabetizar. Revezando entre duas correntes epistemológicas principais, empirismo e apriorismo, os diferentes métodos tentavam superar as falhas do método precedente. Embora esses métodos não tenham sido extintos, à época de suas concepções procuravam atender as necessidades sociais.

Na verdade eles foram, sim, eficientes e atendiam muito bem as concepções nas quais estavam embasados. Porém analisando esses métodos de acordo com as atuais concepções de aprendizagem e, ao serem vistos como única estratégia de ensino, eles se tornam ineficazes.

Os métodos sintéticos

A linguagem verbal e linguagem não-verbal são muito importantes na aquisição da leitura Basicamente dividido em três vertentes principais, soletração, silábico e fônico, baseavam-se na concepção empirista que percebe o aluno como uma tábula rasa. O aprendizado será dado a ele pelo professor, este detentor de todo conhecimento. Cagliari (2008) assim o define:

[...] a situação do aprendiz é interpretada como um começo absoluto de tudo, o marco zero de uma caminhada, uma página em branco onde vai começar a escrever sua vida escolar. No começo do ano, o professor programa o que vai ensinar, sem sequer conhecer seus alunos, porque o que vai ensinar é um começo absoluto que não precisa de pré-requisito, é um ponto de partida considerado ideal para todos os alunos, independentemente da maneira de ser e de saber de cada um (CAGLIARI, 2008, p.96).

Desta maneira se o aluno não sabe nada é necessário que ele comece a aprender os conceitos mais simples (letras e sílabas) para posteriormente passar para os mais complexos. Contudo a aprendizagem necessitava que o aluno decifrasse a estrutura da aprendizagem e assim compreendesse a mecânica da leitura. A aprendizagem, nesta concepção seguia uma estrutura linear, que considerava que só seria possível avançar nos estudos após o total domínio dos conceitos básicos.

De acordo com Mortat (2006) a aprendizagem da escrita se restringia em saber ortografia e ter uma boa caligrafia. Desta maneira a melhor forma de se aprender era através da repetição, da cópia, o ditado a fim de se aprender desenhar perfeitamente as letras. Assim aprender significa substituir o errado pelo certo. A linguagem escrita era vista como transcrição da fala, por isso o melhor instrumento para se ensinar era a cartilha.

Considerando os aspectos positivos analisa-se a eficiência deste método, onde se pode verificar sua eficácia no desenvolvimento da consciência fonológica e o aprendizado do sistema convencional de escrita. Através dela e dos exercícios de repetição leva-se o aluno a compreender que juntando dois fonemas é possível se formar uma sílaba, letra e sucessivamente. Escrever é, portanto apenas a codificação da fala. (MORTAT, 2006).

Contudo apresentam falhas que o tornam ineficientes a serem utilizados como única estratégia de ensino nos tempos atuais. Dentre estas falhas podemos citar o processo como mecânico com ênfase na decodificação e descontext-

tualizado. A relação fala/escrita com análise de suas semelhanças e diferenças não ocorre. Desta maneira, segundo Bellenger (2013):

[...] Os métodos silábicos funcionam sob uma condição: a criança deve efetuar sozinha o restabelecimento do sentido entre o encadeamento das sílabas que formam as palavras e o encadeamento dessas palavras, que formam a frase. A função simbólica da linguagem é esquecida. [...] BELLENGER, 2013,p. 57,58)

O conhecimento é visto como algo externo ao sujeito e a memória aqui é ponto principal para o aprendizado. Em situações de estímulo-resposta o professor avalia a retenção do conhecimento por parte do aluno (BELLENGER, 2013). As provas nesta concepção é o único meio de avaliação e formulada para avaliar o nível de memorização do aluno. Não é considerado o ritmo aprendizagem, tampouco as diferenças entre eles.

Os métodos analíticos

Os métodos analíticos defendem a ideia de que a aprendizagem não deve acontecer de maneira fragmentada. A alfabetização deve envolver a criança em uma ação global que parte do todo para as unidades menores. Nesta concepção o ensino da língua acontece por meio da apresentação escrita de palavras com sentidos para a criança. A criança já possui algum conhecimento e o professor deve despertar esta capacidade inata para a aprendizagem. Cagliari (2008) assim descreve:

[...] Leva em conta o fato essencial de que o aprendiz, como um ser racional, vai juntando conhecimentos adquiridos pela vida toda, a partir do momento em que nasce. Para isso, usa sua capacidade de refletir sobre todas as coisas. [...] (CAGLIARI, 2008, p.37).

Para Cagliari (2008) afirma que basicamente é distribuído em três vertentes: palavração, sentencição e global, esses métodos defendiam o estímulo à leitura de unidades com sentidos e a percepção audiovisual, pois a criança

aprende aquilo que vê e é real para ela. Contudo apresentou falhas ao estimular a memorização de frases e textos desconectados da realidade e que, cedo ou tarde acabavam recorrendo a decifração e tornando o aprendizado um processo de antecipação e adivinhação além de controlar rigidamente a sequência no processo educativo, ou seja, trabalhava-se a precisão das formas gramaticais e ortográficas com textos puramente escolares.

Com o passar dos anos surgem também os métodos mistos ou ecléticos que procuram assimilar as grandes revoluções dos métodos anteriores, ou seja, consideravam o aprendizado a partir da palavra-chave e dela as sílabas eram fragmentadas e geravam outras palavras. A integração dos métodos possibilitou a disseminação das cartilhas para a alfabetização. E através dela instaura-se o método com principal recurso para o ensino-aprendizagem da língua cabendo ao professor o papel de instrutor do processo.

CONCLUSÃO

O objetivo geral do presente trabalho consistiu em descrever as contribuições e perspectivas do letramento na alfabetização dos alunos nas Séries Iniciais do ensino fundamental.

Tendo como pergunta de pesquisa: Quais as contribuições e perspectivas do letramento na alfabetização dos alunos nas Séries Iniciais do ensino fundamental? Como resposta a pergunta proposta e ao objetivo de pesquisa compreende-se que o professor ao permitir a continuidade da aprendizagem é que seu aluno perceberá a importância do significado do ato de ler e escrever como instrumento social de uso. Para isto também acontecer, é muito relevante a presença da família no processo ensino-aprendizagem de seus filhos, fornecendo-lhe um suporte para seu desenvolvimento de sua vida escolar. Comprovadamente, a família é um bom exemplo para a formação dos leitores.

É de extrema importância a intervenção do professor, explicitamente, na relação de aprendizagem dos alunos, de modo a proporcionar um ensino competente o qual se adianta ao desenvolvimento. A mediação externa de terceiros, no caso específico, a figura do professor é essencial para o desenvolvimento de novos conhecimentos no aprendiz; pois é ele quem deverá desafiar o aluno conflitando seus conhecimentos e possibilitando que este vá se desenvolvendo cada vez mais.

Contudo, são verificadas algumas dificuldades que comprometem o processo da leitura, destacando-se entre elas a relação família x aluno. Pesquisas demonstraram que as crianças cujos pais são ausentes na vida escolar de seus filhos, estes apresentam dificuldades de aprendizagem comparada aos pais que acompanham o processo ensino-aprendizagem de seus filhos diariamente.

REFERÊNCIAS

BELLENGER, Richard. Como incentivar o hábito de leitura. 7 ed. UNESCO: Ática, 2013.

BRAGA, R. Silvestre Maria. Construindo o leitor competente: atividade de leitura interativa para a sala de aula/Regina Maria Braga, Maria de Fátima Silvestre, - São Paulo: Petrópolis BRASIL, Ministério da Educação. Ensino Fundamental de nove anos. Nascimento Aricélia Ribeiro do. FNDE: Estação Gráfica, 2012.

CAFIERO. Letramento e leitura: formando leitores críticos. In:Coord. RANGEL, E. O. ; ROJO, R. H. R. Língua Portuguesa: ensino fundamental. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, Brasília, 2010.

GAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização & Lingüística. 8 ed. São Paulo: Scipione, 2008.

FERREIRO, TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Ed. comemorativa de 20 anos de publicação. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

GONTIJO. O processo de alfabetização: novas contribuições. São Paulo: M. Fontes, 2012

MACIEL, Francisca Izabel e LÚCIO, Iara Silva. Os conceitos de alfabetização e letramento e os desafios da articulação entre teoria e prática. IN: CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Izabel e MARTINS, Raquel Fontes (orgs). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MORTAT, Maria do Rosário Longo. Educação e Letramento. São Paulo: UNESP, 2006.

PAIVA, Aparecida; RODRIGUES, Paula Cristina de Almeida. Letramento Literário na sala de aula: desafios e possibilidades. In: MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Org.) Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Ezequiel Teodoro. Leitura e Realidade Brasileira. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2009.

SMITH, Frank. Leitura significativa. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008, 168 p.

SILVA, Ezequiel Teodoro. Leitura e Realidade Brasileira. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2009, 160 p.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

CAPÍTULO 6

POLO UAB DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES: UMA EXPERIÊNCIA ATRAVÉS DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CURSO DE ARTES VISUAIS

Joelma Cellin

Resumo: Este trabalho pretende demonstrar experiências e resultados alcançados ao longo de mais de 04 anos, com a oferta do curso de graduação em Artes Visuais - Licenciatura em Educação a Distância do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, através da SEAD - Secretaria de Educação a Distância da UFES, Polo Municipal da Universidade Aberta do Brasil – UAB de Cachoeiro, por meio do sistema semipresencial de ensino. Curso este que foi ofertado, objetivando a formação de professores habilitados na área de Artes, uma área até então carente de profissionais graduados para o exercício do magistério nas escolas municipais e estaduais do Município de Cachoeiro de Itapemirim e de seu entorno.

Palavras-chave: Formação de professores. Artes visuais. Educação a distância.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo demostrar experiencias y resultados alcanzados a lo largo de más de 04 años, con la oferta del curso de pregrado en Artes Visuales - Grado en Educación a Distancia del Centro de artes, Universidad Federal de Espírito Santo - UFES, a través de SEAD - Secretaría de Educación a Distancia de UFES en el Polo Municipal de la Universidad Abierta de Brasil - UAB de Cachoeiro a través del sistema de enseñanza semi-presencial. Este curso se ofreció, con el objetivo de la formación de maestros calificados en el área de Artes, un área hasta entonces carente de profesionales graduados para el ejercicio de la enseñanza en escuelas municipales y estatales del municipio de Cachoeiro de Itapemirim y sus alrededores.

Palabras clave: Formación del profesorado. Artes visuales. Educación a distancia.

INTRODUÇÃO

O Município de Cachoeiro de Itapemirim está localizado na Região Sul do Espírito Santo e possui instituições de Ensino Superior que ofertam cursos de formação inicial: graduação e continuada, extensão e aperfeiçoamento e pós-graduação, dentre estas duas públicas, o Polo UAB de Cachoeiro de Itapemirim e um Campus do Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, segundo

[...] O Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação em 2005. No Espírito Santo foram credenciados a partir do Edital1-UAB, dezesseis Polos de Apoio Presencial e, com a publicação do Edital 2-UAB, dez dos antigos cre@ads foram incorporados à Universidade Aberta do Brasil. A UAB tem como prioridade a formação

de professores para a Educação Básica, e para isso, realiza ampla articulação entre Instituições Públicas de Ensino Superior-IES, estados e municípios brasileiros, para promover, através da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional. (CELLIN, 2012)

O Polo da UAB de Cachoeiro de Itapemirim foi credenciado pelo MEC no ano de 2007 e criado através da Lei Municipal Nº 6393 de 29 de dezembro de 2009, funciona em regime de espaço compartilhado com o CECAPEB – Centro de Referência, Pesquisa e Capacitação do Professor de Educação Básica “Dr. Dirceu Cardoso” em uma sede própria do Município e está localizado na Rodovia 482 Cachoeiro x Alegre, km 05, Distrito de Morro Grande.

Esta pesquisa pretende demonstrar a importância da oferta do curso de Graduação em Artes Visuais – EAD em Licenciatura da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES no Polo UAB de Cachoeiro para a qualidade do ensino em Arte na Educação Básica ofertado na região Sul do Estado.

O CURSO DE ARTES VISUAIS - EAD OFERTADO

De acordo com o projeto político pedagógico o curso de Artes Visuais – EAD da UFES, teve seu eixo central definindo a arte com a integração entre diferentes meios onde os professores atuam, tendo também as novas tecnologias papel importante neste processo, que foi realizado basicamente por meio de estratégias fundamentadas na auto-aprendizagem, através de trabalhos colaborativos. A estrutura do curso se deu pela combinação de modalidades de Ensino a Distância e Presencial, numa prática bimodal ou semipresencial. Os conteúdos foram divididos em três eixos: formação geral e pedagógica; específicas de Artes Visuais e de práticas de ensino, combinados ao longo dos estudos com os Seminários Integrados, culminando no Trabalho de Graduação -TG.

Ao tutor presencial, coube a função de acompanhar os alunos nos encontros presenciais, com grupos de estudo que foram formados de 06 a 07 alunos de cada vez, totalizando uma relação semanal de atendimento a 15 alunos por tutor, além de disponibilizar-se para atendimento, via e-mail e telefone e ainda, participação nas oficinas realizadas pelo Curso no Polo. Os tutores também deveriam estar à disposição dos alunos em dias e horários previamente estabelecidos, tanto no Polo UAB, como no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, cabendo neste espaço, a função de orientação e avaliação, quase exclusiva do tutor a distância. Os tutores eram selecionados através de edital público com a carga horária semanal de 20h.

As ferramentas tecnológicas utilizadas para estudo dos alunos foram basicamente o AVA por meio da Plataforma moodle, das webconferências, e-mail e o contato via telefone.

É importante salientar que os alunos contaram com material didático impresso de qualidade, distribuídos gratuitamente e produzidos especificamente para as disciplinas ofertadas na modalidade de ensino EaD.

Conforme somos sabedores, antes da oferta deste curso, no ano de 2007, poucos eram os profissionais habilitados para exercer a regência na disciplina de Arte e, ainda, uma vacância para a disciplina foi gerada na região de Cachoeiro de Itapemirim, tanto na rede municipal como na rede estadual, conforme podemos constatar nas Tabelas 1 e 2:

**PROFESSORES QUE ATUAVAM COM E SEM GRADUAÇÃO
ESPECÍFICA – SEDU – ANO 2007
MUNICÍPIOS: Abrangência da Superintendência Regional de
Educação de Cachoeiro de Itapemirim – ES**

DISCIPLINAS	6º ao 9º ano		Ensino Médio	
	Habilitados	Não Habilitados	Habilitados	Não Habilitados
Educação Artística	3	10	-	-
Língua Portuguesa	52	5	29	-
Língua Estrangeira – Inglês	21	-	14	-
Língua Estrangeira – Espanhol	-	-	-	-
Educação Física	13	10	3	6
Geografia	29	12	18	7
Historia Ciências	34	9	19	-
Ciências	37	3	-	-
Educação Religiosa	-	-	-	-
Matemática	55	2	26	1
Artes	1	-	3	23
Filosofia	-	-	19	9
Sociologia	-	-	10	16
Biologia	-	-	25	4
Química	-	-	4	23
Física	-	-	7	19

Tabela 1 – Fonte: CELLIN, J. Formação de professores em Artes Visuais: um estudo Reflexivo na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Anais do XXI CONFAEB 2011.

Levantamento de vagas para professores
DISCIPLINA DE ARTES VISUAIS ANO 2007
Redes Municipal e Estadual - Número ideal de professores para atuar

MUNICÍPIOS	Rede Estadual SEDU	Rede Municipal	Vagas Necessárias
Atilio Vivácqua	06	03	09
Cachoeiro de Itapemirim	33	20	53
Castelo (Polo UAB)	06	08	14
Iconha	03	05	08
Itapemirim (Polo UAB)	16	04	20
Marataízes	09	06	15
Mimoso do Sul (Polo UAB)	13	10	23
Muqui	08	03	11
Presidente Kennedy	05	04	09
Rio Novo do Sul	06	-	06
Vargem Alta (Polo UAB)	03	05	08
TOTAL	108	68	176

Tabela 2 – Fonte: CELLIN, J. Formação de professores em Artes Visuais: um estudo reflexivo na cidade de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Anais do XXI CONFAEB 2011.

AS VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NO POLO

No decorrer do Curso muitas foram as atividades desenvolvidas pela equipe. As oficinas foram as mais produtivas, pois através destas, nossos alunos colocavam literalmente a “mão na massa” e tinham contato físico, muitas das vezes, com os professores especialistas, contato este até então limitado ao AVA e considerado ímpar pelos alunos.

As oficinas ocorriam na maioria das vezes aos sábados e a participação dos alunos de nosso Polo sempre foi muito significativa. A primeira experiência foi no ano de 2009, com a professora Larissa Zanin e a tutora a distância Myriam Fernandes Pestana Oliveira, nesta ocasião, o Polo recebeu também a DVteca do Instituto Arte na Escola. A Oficina foi dividida em dois momentos: no 1º encontro que ocorreu em 19 de setembro, foi proporcionado aos alunos, um momento de prática e criação a partir do material educativo entregue e ao final do dia, encaminhada a proposta de intervenção na escola.

No segundo encontro, realizado em 14 de novembro do mesmo ano, os participantes apresentaram as propostas de intervenção realizadas. Os inscritos em sua maioria alunos do Curso de Artes Visuais que participaram das duas etapas, apresentaram a proposta e entregaram o relatório, receberam certificado de 20h, emitido pela PROEX/UFES.

Foto 1: I Oficina para aquisição da DVteca



Fonte: Arquivo Polo UAB de Cachoeiro

Foto 2: II Oficina para aquisição da DVteca



Fonte: Arquivo Polo UAB de Cachoeiro

Outras oficinas ocorreram como a de Mosaico em 15 de outubro de 2011. A de Escultura foi realizada em 14 de dezembro de 2011 com o Prof.º da UFES, Marcos Martins.

Foto 3: Oficina de Escultura



Fonte: Arquivo Polo UAB de Cachoeiro

Durante a oferta regular do curso de Artes Visuais no Polo UAB de Cachoeiro, haviam à disposição 02 tutoras presenciais, atendendo aos alunos regularmente matriculados no curso.

Foto 4 - Momento de tutoria presencial da disciplina de Artes da Fibras



Fonte: Arquivo Polo UAB de Cachoeiro

Os alunos também participaram em Junho de 2011, na UFES, IX Seminário Capixaba Sobre o Ensino da Arte com apresentações de trabalhos.

Foto 5: IX Seminário Capixaba sobre o ensino da Arte realizado na UFES



Fonte: Arquivo da autora

A primeira solenidade de Colação de Grau do Curso de Artes Visuais ocorre no Auditório do Polo UAB de Cachoeiro, em 29 de setembro do ano de 2012, para 13 alunos e com a presença de autoridades da UFES e do Município.

Foto 6 : Colação de Grau



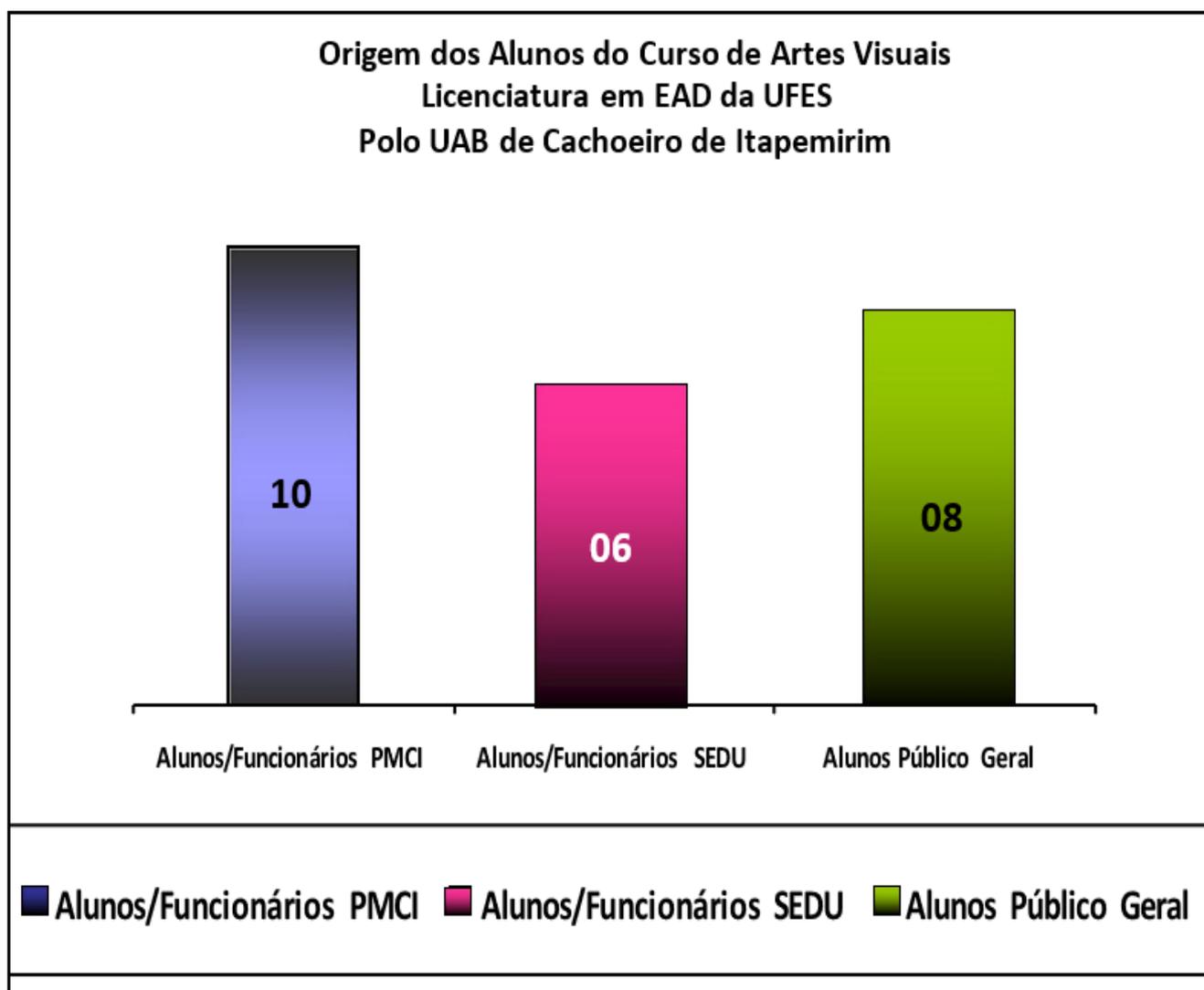
Fonte:Arquivo do Polo UAB de Cachoeiro, cedida pela SEMCOS

PERFIL DO ALUNO E RESULTADOS INICIAIS

No processo seletivo do ano 2008 da UFES, foram selecionados 30 alunos para o curso ofertado no Polo UAB de Cachoeiro e devido há uma desistência oficializada tão logo foi realizada a matrícula, outra aluna foi chamada.

No ano de 2009 eram 24 alunos frequentando regularmente o curso, sendo que 16 deles atuavam como professores e 08 eram oriundos da comunidade. Podemos constatar esta afirmação no gráfico 1:

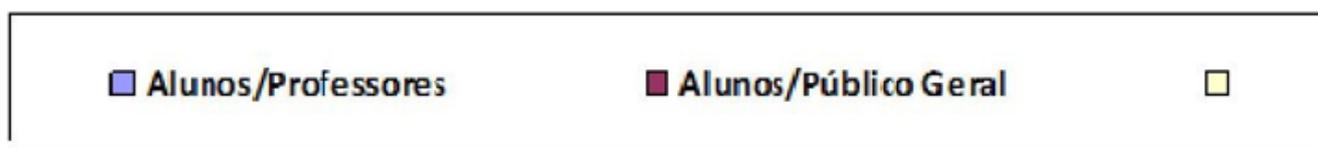
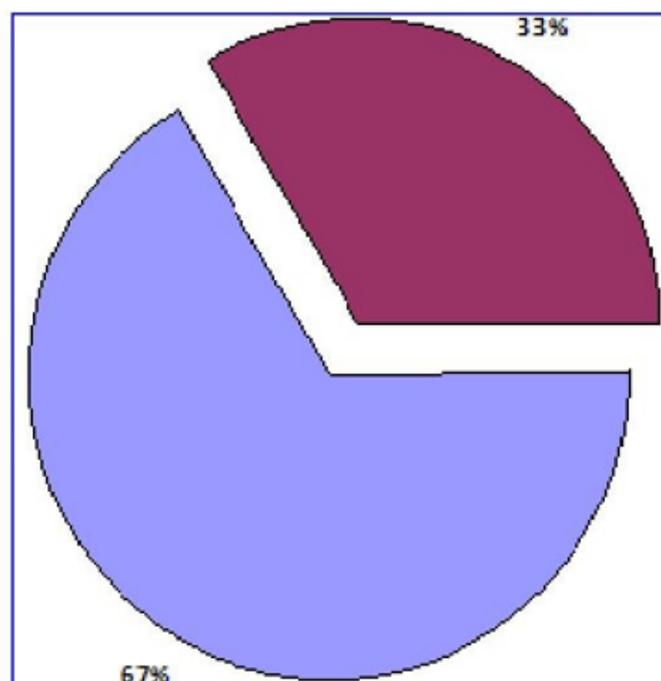
Gráfico 1 - Origem dos alunos no ano de 2009



Fonte: Arquivos do Polo UAB de Cachoeiro

As maiorias destes nossos alunos matriculados no ano de 2009, atuavam na educação em diversas disciplinas, conforme podemos ver no gráfico 2:

Gráfico 2- Perfil dos alunos

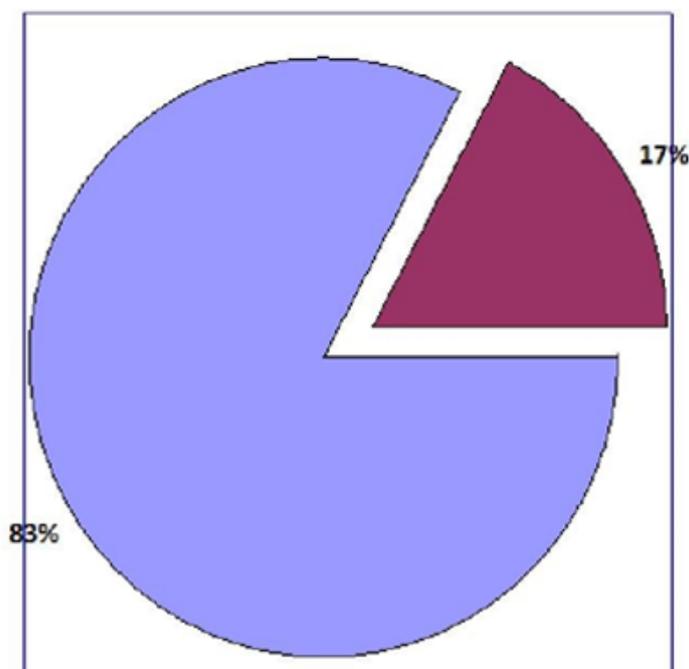


Fonte: Arquivos do Polo UAB de Cachoeiro

Ofertar um curso a distância comprometido com a qualidade do ensino não é fácil e muito mais difícil e freqüentá-lo. Após 04 anos de curso, a evasão foi de apenas 05 alunos, este para nós um resultado positivo e mostra é o caminho certo para com a um ensino de qualidade no campo das Artes.

Gráfico 3- Evasão do curso

**Evasão dos Alunos do Curso de Artes Visuais - EAD da UFES
Polo UAB de Cachoeiro de Itapemirim**



■ Alunos matriculados no semestre 2011

■ Alunos Evadidos

Fonte: Arquivos do Polo UAB de Cachoeiro

No concurso público da Secretaria de Estado da Educação – SEDU/ES para provimento de vagas no cargo de professor MAPB – Ensino Fundamental e Médio, lançado através do Edital nº 54/2012 de 11 de setembro de 2012, foram 05 alunas aprovadas para o cargo de professor, disciplina de Arte, conforme publicação no Diário Oficial do Espírito Santo de 08 de fevereiro de 2013. Este número significativo de alunas aprovadas, demonstra mais uma vez a seriedade com que os trabalhos foram conduzidos no decorrer do Curso pela UFES, através de sua oferta no Polo UAB de Cachoeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstra que a formação de professores em Artes, por meio da UFES em Cachoeiro de Itapemirim, é uma realidade. Ensino superior gratuito e de qualidade através do Centro de Artes, no Polo UAB de Cachoeiro deixou apenas de ser um sonho.

O resultado das 05 professoras, alunas do Polo UAB de Cachoeiro, aprovadas no último concurso SEDU, mostrou a todos que ainda tinham dúvidas, de que o trabalho foi pautado na ética, na dedicação e sobretudo que o estudo em Arte ofertado no decorrer do Curso é voltado para uma formação teórico-prática sólida e tem também a prerrogativa de proporcionar aos alunos a compreensão e a fundamentação das teorias do conhecimento, que sustentam as propostas metodológicas do processo de ensino-aprendizagem nas Artes Visuais.

Para o Polo UAB ver os nomes de suas alunas estampados no Diário Oficial do Espírito Santo, como aprovadas no Concurso Público foi um motivo de alegria e orgulho, pois não foi fácil estudar Arte a distância, a turma era piloto e desbravadora, foi a coroação de um trabalho em equipe da UFES, Coordenação do Curso e equipe e Polo UAB de Cachoeiro.

Enfim, esperamos que a arte seja definitivamente ministrada e direcionada nas escolas pelos arte-educadores e que seja dada a importância de norteadora dos conteúdos.

Concluimos que a UFES quebrou paradigmas e demonstrou a todos que ainda duvidavam que é possível estudar Artes no sistema semipresencial, além é claro, do cunho social deste projeto de favorecer à pessoas que não poderiam estudar no Campus Goiabeiras em Vitória, uma graduação tão importante para elevar a qualidade do nosso ensino nas escolas de Educação Básica da região do Sul do Estado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. (Org). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo. Cortez, 2003.

CELLIN, J. **Anais do XXI Congresso Nacional da Federação de Arte Educadores do Brasil – CONFAEB. Culturas da Pesquisa: arte, educação e tecnologia**. São Luiz – Maranhão de 14 a 18 de novembro de 2011.

CELLIN, J. MARCILINO, O. T. **Entre o proposto e o alcançado: a experiência da EAD no Espírito Santo**. In: I Encontro Internacional da UAB. Brasília, 2009.

_____. **A Experiência da formação de professores contada a partir de dois Polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil: entre o proposto e o alcançado**. In: XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, Belo Horizonte, 2010.

FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo, Cortez, 1999.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUQUE, Mónica G. **Ambiente de enseñanza y aprendizaje virtual: características pedagógicas, características tecnológicas, posibilidades y limitaciones**. In: Curso de especialização Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas – Módulo 3. UNB/GAPEDIA, Brasília: 2004

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. de A. **Metodologia/Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 4ª ed. São Paulo, Atlas, 1999.

UFES. Universidade Federal do Espírito Santo. **Projeto do curso de Artes Visuais - licenciatura, modalidade a distancia**. Vitória, UFES/ne@ad, 2005.



10.48209/978-65-89949-84-7

CAPÍTULO 7

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO FUNDAMENTAL

*Jacqueline David Altoé
Marta Martins de Oliveira
Rosana dos Reis da Silva*

Resumo: A educação inclusiva surge como um grande desafio para o professor de todas as etapas do ensino, pois mais do que metodologia, o professor precisa conhecer sobre a deficiência do aluno e analisar as potencialidades e limitações para ensinar. Entre as diversas áreas do conhecimento do qual se tem acesso na escola, a Língua Portuguesa é considerada essencial, pois permite ao aluno a possibilidade de aprender as demais. Nessa perspectiva, considerando a importância da disciplina de língua portuguesa e a necessidade de garantir a educação inclusiva aos alunos especiais no ensino regular, busca-se neste artigo analisar como é realizado o trabalho com a língua portuguesa para os alunos especiais no ensino fundamental e qual a importância da didática nesse processo, bem como os desafios deste processo. Para isso, foram utilizadas publicações acadêmicas disponibilizadas em meio eletrônico, oriundas de sites universitários, localizados a partir de pesquisa realizada na plataforma *Google*, com palavras-chave como língua portuguesa, ensino fundamental e educação inclusiva. Assim, com base nos estudos realizados, foi possível perceber que a grande maioria dos docentes que atuam na rede regular de ensino não domina os conteúdos necessários para garantir a educação inclusiva da forma que deveria acontecer. Além disso, como a falta de preparação para este atendimento acompanha a experiência dos professores desde a educação infantil, o que acontece é que muitos alunos chegam na segunda etapa do ensino fundamental sem ser alfabetizado. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que há a necessidade de um olhar diferente por parte dos governantes e órgãos que determinam os aspectos legais acerca da educação. É importante investir na formação docente, capacitando-os e ofertando os conhecimentos capazes de prepará-los para essa experiência e que a atuação do educador frente a esta realidade seja de fato proveitosa e importante para o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de limitações e potencialidades.

Palavras-chave: Língua Portuguesa. Inclusão. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

O início da fase escolar é um momento muito especial na vida da criança. Os primeiros contatos com novas pessoas, diferentes daqueles que fazem parte do seu contexto social, podem trazer apreensão. Contudo, o aprendizado proporcionado a partir da interação social é muito rico, desde que o professor saiba mediar as contribuições de cada sujeito envolvido neste processo, desde a alfabetização.

Além da importância da didática e do domínio de conteúdo, o professor precisa ter conhecimento sobre seu aluno, pois cada pessoa é diferente da outra e pode acontecer de uma metodologia de ensino não de adequar a todos da turma, exigindo um olhar especializado que consiga definir como trabalhar com o aluno de maneira eficiente. É comum encontrar alunos que tem maior facilidade em ouvir, outros em observar. Há muitas maneiras diferentes de ensinar e o docente precisa estar atento para garantir o direito do aluno, de acesso a uma educação igualitária, significativa e de qualidade. (OLIVEIRA e SILVA, 2019)

Neste contexto, a educação inclusiva surge como um grande desafio para o professor de todas as etapas do ensino, pois mais do que metodologia, o professor precisa conhecer sobre a deficiência do aluno e as analisar as potencialidades e limitações para ensinar.

Por causa dessa dificuldade, muitas vezes o aluno especial passa por várias etapas do ensino regular sem de fato ser alfabetizado e não é incomum encontrar educandos que não vivenciam a inclusão como deve ocorrer, onde se respeita as limitações mas garante-se que as oportunidades de aprendizagem sejam iguais para todos os alunos.

Desta forma, o movimento de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. No entanto, sabemos que a realidade desse processo inclusivo ainda é bem diferente do que se propõe na legislação e requer ainda muitas discussões relativas ao tema. O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. (FRIAS e MENEZES, 2008, p. 9-10)

Como as autoras explicam, há uma necessidade grande de trazer a inclusão à realidade do aluno, pois trata-se de um direito garantido que não tem sido respeitado e “se faz necessária uma maior competência profissional, projetos

educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais”. (FRIAS e MENEZES, 2008, p.10)

Entre as diversas áreas do conhecimento do qual se tem acesso na escola, a Língua Portuguesa é considerada essencial, pois permite ao aluno a possibilidade de aprender as demais.

Observa-se que a Língua Portuguesa é considerada como base para a formação de todos acadêmicos, independente da sua área de atuação, o que é imprescindível é que esta disciplina seja trabalhada com bastante afinco, uma vez que irá desenvolver habilidades essenciais como a escrita e a leitura, contribuindo para o seu desempenho profissional. (BONATTO, 2015, p. 106)

Nessa perspectiva, considerando a importância da disciplina de língua portuguesa e a necessidade de garantir a educação inclusiva aos alunos especiais no ensino regular, busca-se neste artigo, discorrer sobre a temática “O ensino da língua portuguesa no ensino fundamental voltado à educação inclusiva”, com o objetivo de analisar como é realizado o trabalho com a língua portuguesa para os alunos especiais no ensino fundamental e qual a importância da didática nesse processo, bem como os desafios deste processo. Para isso, foram utilizadas publicações acadêmicas disponibilizadas em meio eletrônico, oriundas de sites universitários, localizados a partir de pesquisa realizada na plataforma *Google*, com palavras-chave como língua portuguesa, ensino fundamental e educação inclusiva.

DESENVOLVIMENTO

A educação especial inclusiva

A educação inclusiva é uma conquista considerada recente, pois as primeiras discussões a respeito da inclusão do aluno especial se deram por volta de 1994, durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que resultou na formulação de um documento chamado Declaração de Sa-

lamanca, que trata dos Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

Com este marco inicial, uma nova perspectiva foi se formando e a importância em garantir educação para todos foi tomada como foco principal das políticas voltadas à educação brasileira e a frequência do aluno especial na rede regular começou a ser vista como possibilidade.

É importante ressaltar que a proposta da Educação Inclusiva, como explicitada na Declaração de Salamanca e em outras diretrizes, não remete exclusivamente às pessoas com deficiência ou condições atípicas. Abrange, sim, todos os grupos excluídos do processo formal de escolarização. Seu pressuposto é de que não são os alunos quem devem adaptar-se as condições da escola, mas a escola é que deve adaptar-se para atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, entre outras. (FARIAS, CRUZ e SCHASTAI, 2015, p.200)

No que diz respeito aos alunos com necessidades educacionais especializadas, é possível observar que ainda há muito a se fazer para que seja possível falar em inclusão. A matrícula do aluno especial não pode ser recusada em razão de sua deficiência, caracterizando crime conforme a Lei nº 7,853, de 24 de outubro de 1989. Contudo, um grande problema para a efetivação do processo encontra-se no fato de que muitas crianças tem o acesso garantido à rede regular, mas não vivenciam a inclusão.

O que acontece, em muitos casos, é a inserção do aluno na sala de aula, mas não há a preocupação de desenvolver metodologias que permitam a ele aprender juntamente com os demais alunos, adaptando o conteúdo à sua necessidade. Por causa disso, o aluno deixa de aprender o que é relevante e passa as aulas realizando tarefas que não exploram suas capacidades, mas se limitam a garantir que ele esteja interagindo com colegas. (SANTOS, FRAZ e CORREIA, 2012)

A inclusão é um movimento que se fundamenta na concepção dos direitos humanos tendo como princípio fundamental a valorização da diver-

cidade nos espaços escolares. Defende a igualdade de oportunidades, tendo como objetivo básico incluir todas as crianças no ambiente educativo, satisfazendo e aceitando as necessidades desses alunos, independente de suas características pessoais. (SANTOS, FRAZ e CORREIA, 2012, p.194)

Ou seja, a inclusão visa a valorização do ser humano pela sua diferença, pois cada sujeito tem características próprias, sejam elas deficiências ou não, que precisam ser respeitadas. Assim, a educação especial inclusiva busca romper com a educação tradicional, que prioriza a padronização do ensino ao qual o educando precisa de adaptar, e passa a valorizar o aluno e suas potencialidades, oferecendo um atendimento personalizado que se adapta às necessidades dos alunos, mesmo que para isso seja preciso desenvolver várias metodologias para ensinar um conteúdo. (FRIAS e MENEZES, 2008)

A importância do ensino da Língua Portuguesa

A língua portuguesa é base da comunicação brasileira. Dominar a língua materna é um fator fundamental para garantir uma comunicação eficiente, capaz de transmitir a mensagem ao receptor de forma que ele compreenda. Além disso, aprender a ler, escrever e interpretar consiste em uma necessidade para que o aluno aprenda a todas as outras disciplinas escolares. Contudo, mais do que relevante na aprendizagem, a língua portuguesa permite ao ser humano maiores possibilidades na vida social, além dos muros da escola, o que faz da alfabetização um recurso que influencia diretamente os mais diversos aspectos da vivência do ser humano. Sobre isto, Dantas explica:

A Língua Portuguesa é, portanto, um instrumento indispensável para a construção da autonomia dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. No entanto, para isso, o seu ensino deve ceder espaço para as múltiplas linguagens e não se deter aos limites impostos pelo ensino tradicional, assim sendo poderá abranger os conhecimentos provenientes de diversas outras mídias. Os textos com marcas de hibridismo e hipertextualidade veiculados através da internet, da imprensa e dos filmes, por exemplo, são marcas legítimas dessas sociedades contemporâneas, que são caracterizadas pelo intenso fluxo de informações e pela velocidade na comunicação e na criação de novos elementos de interação linguísti-

co-social. O ensino de língua portuguesa representa um meio de aquisição dos conhecimentos necessários para os indivíduos que pertencem a essas novas sociedades. Somente portando esses conhecimentos é que os sujeitos em formação poderão ter mais segurança ao agirem sobre o meio do qual fazem parte. (2015, p. 130-131)

Com base nas afirmações de Dantas em relação à língua portuguesa, é possível afirmar que esta está em constante mudança, pois traz consigo características que se modificam de acordo com aspectos regionais, sociais, culturais dentro do mesmo país. Por esse motivo, seu grau de complexidade é considerado por muitos autores. Contudo, Bonatto defende que apesar de sua complexidade, “quem dá vida à língua são seus próprios falantes e que, uma vez adquirida a experiência linguística oral, todo e qualquer indivíduo é capaz de aprender sua estrutura gramatical” (2015, p.116).

Neste contexto, considerando a importância da língua portuguesa para a sociedade em geral, à escola cabe a responsabilidade de garantir que o ensino da disciplina seja o mais significativo possível, garantindo que o aluno tenha capacidade de aplicar os conhecimentos adquiridos em sua vida, dominando o sistema simbólico representado. (AMARAL et al., 2012)

Assim sendo, é imprescindível que a escola procure trabalhar de maneira dinâmica e inteligente com seus alunos. Por exemplo, no dia a dia da criança a língua portuguesa se manifesta através das brincadeiras, dos brinquedos, dos jogos infantis, na música, na arte, na televisão, nas histórias, ou seja, ela está no cotidiano da criança e o professor do Ensino Fundamental pode utilizar essas informações na sala de aula. O importante é trabalhar de maneira coerente esta disciplina, para que o educando tenha possibilidade e capacidade para criar, inventar, interagir e explorar o mundo. Porém, muitos professores não trabalham de modo correto a língua portuguesa e isso prejudica o aluno em sala de aula. Muitas crianças no Ensino Fundamental não compreendem a sua língua materna, têm dificuldades ao escrever, ao ler e ao interpretar. (DANTAS, 2012, p.3-4)

Assim, é preciso trabalhar a disciplina de forma eficaz, buscando contextualizar o ensino para que este faça sentido para o educando, facilitando sua aprendizagem, bem como criar métodos atualizados, já que é comum observar

professores que insistem em adotar o método tradicional de ensino, o que geralmente resulta em um ensino cansativo e pouco prazeroso e conseqüentemente, em resultados pouco expressivos.

Por esse motivo, há muitas pessoas que apesar de escolarizadas, não dominam completamente a língua, pois vivenciaram um ensino engessado, quase sempre caracterizado pela memorização dos conteúdos por partes dos alunos ao invés da aprendizagem efetiva e, ao necessitar dos conhecimentos no dia a dia, não sabem aplica-los, já que não foram assimilados.

É necessário que se mude essa concepção mecânica da língua portuguesa para que a aprendizagem aconteça verdadeiramente. Também é preciso que os problemas relacionados ao ensino de língua portuguesa sejam solucionados, como por exemplo, a falta de leitura e interpretação dos textos, as evasões da língua portuguesa, a pronúncia das palavras, as concordâncias verbais, entre outras. [...] Portanto, o ensino de língua portuguesa precisa ser valorizado não somente na escola, mas no mundo, pois é através da linguagem que o mundo se desenvolve e se torna capaz de argumentar e interagir. É preciso termos alunos críticos diante da sociedade e para isso são indispensáveis o conhecimento e a valorização da língua portuguesa. (AMARAL et al., 2012, p.4)

Ou seja, ensinar língua portuguesa hoje apresenta desafios para o professor, que precisa buscar metodologias favorecer um aprendizado significativo e, ao mesmo tempo, atender às exigências que são feitas em relação a seu trabalho. Além disso, para um ensino contextualizado é necessário que o docente realize um trabalho de conhecimento do seu aluno, observando suas potencialidades, suas dificuldades para que, assim, consiga definir como ensiná-lo e garantir que ele aprenda de fato.

A Língua Portuguesa na educação inclusiva

Quando se trata de educação inclusiva, há muito receio por parte dos professores. A grande maioria dos docentes que atuam na rede regular de ensino não domina os conteúdos necessários para garantir a educação inclusiva da forma que deveria acontecer. Além disso, como a falta de preparação para este

atendimento acompanha a experiência dos professores desde a educação infantil, o que acontece é que muitos alunos chegam na segunda etapa do ensino fundamental sem ser alfabetizado.

Neste contexto, os professores acabam por não conseguir dar prosseguimento no ensino do aluno, pois dificulta o fato de haver necessidade de ensinar além do que deveria. Sobre isso, o professor de língua portuguesa, por exemplo, sofre com a situação, pois como esta é a principal disciplina que desenvolve a escrita e leitura, acaba assumindo a responsabilidade por alfabetizar o aluno em um nível de ensino em que isto já deveria ter sido feito.

No ensino da língua portuguesa e de qualquer área do conhecimento, deve ser levada em conta a heterogeneidade das turmas, pois as práticas educativas devem embasar-se nas especificidades dos alunos, ou seja, adequando aulas e planejamentos para atender necessidades educacionais, além de respeitar acima de tudo a maneira e, o ritmo de aprendizagem de cada discente. (SOARES e SOUZA, 2012, p.3)

Ensinar língua portuguesa, na modalidade da educação inclusiva, exige um olhar sensível do professor, que precisa entender como a necessidade especial do aluno afeta sua forma de aprender e assim, então, desenvolver meios para ensiná-lo. Um aluno surdo, por exemplo, precisa de cuidados diferentes de um aluno com deficiência intelectual. Dessa forma, considerando os vários tipos de necessidades especiais diferentes que podem fazer parte do dia a dia da escola, é possível entender que o educador precisa ter um conhecimento muito amplo e isso geralmente não acontece.

Não é possível prever um método totalmente viável para suprir o desenvolvimento de todo e qualquer aluno, sabendo-se que cada tipo de deficiência e dificuldade deve ser tratado de forma diferente. A relação professor-aluno é de suma importância para o avanço do desenvolvimento da aprendizagem do aluno. É importante que o professor desenvolva metodologias de ensino que respeitem os limites de aprendizagem de cada aluno para que os alunos com deficiência possam atingir o mesmo nível de aprendizagem dos demais considerados normais. (GALDINO, 2014, p.16)

Sendo assim, o processo de ensinar língua portuguesa para alunos de inclusão é um desafio e que geralmente não consegue alcançar os resultados que se esperam. Mesmo assim, é importante que o professor se empenhe para trabalhar com esses alunos tudo que estiver ao seu alcance. (CUNHA, 2015)

Sabe-se que há situações em que os alunos apresentam limitações causadas pelas necessidades especiais que os impedem de desenvolver tanto sua aprendizagem quanto os demais alunos, mas a utilização de metodologias específicas pode auxiliar para que o aluno aprenda o que for possível para ele. Sobre isso, uso de tecnologias educacionais e recursos adaptados, por exemplo são muito importantes. Porém, a falta de recursos é um grande problema enfrentado no processo educativo do aluno de inclusão. Diante dessa situação, a criatividade é um diferencial, já que o próprio professor pode preparar recursos educativos de baixo custo, com materiais simples e de fácil acesso para auxiliar o aluno.

Galdino (2014) lembra que a escola não é capaz de garantir uma mudança de 100% na educação do aluno especial, mas pode acolher suas diferenças e desenvolver formas de mediar seu conhecimento de acordo com suas necessidades, dando-lhes a oportunidade de se expressarem e se tornarem mais atuantes, interferindo não apenas no aprendizado, mas na vida social do sujeito.

Assim, considerando a importância da língua portuguesa como base de toda nossa comunicação e a necessidade de garantir uma efetiva inclusão dos alunos especiais, é inegável a importância de apoio aos professores atuantes nesta disciplina, para que seja possível oferecer a todos a oportunidade de desenvolver aprendizagens significativas sobre leitura, escrita, oralidade, buscando respeitar as limitações dos alunos, mas observando sempre o que pode ser feito para que sua permanência nas turmas regulares não seja uma mera formalidade.

CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto, foi possível perceber que a inclusão, embora direito garantido, não acontece como deveria. Uma grande causa para este problema encontra-se no fato de que por mais que tenha sido instituído o direito do aluno frequentar as classes regulares, os professores que atuam nesta modalidade não têm a devida preparação necessária para receber o aluno especial e atendê-lo satisfatoriamente, permitindo a ele ter acesso ao mesmo ensino dos demais alunos.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que há a necessidade de um olhar diferente por parte dos governantes e órgãos que determinam os aspectos legais acerca da educação. É importante investir na formação docente, capacitando-os e ofertando os conhecimentos capazes de prepará-los para essa experiência e que a atuação do educador frente a esta realidade seja de fato proveitosa e importante para o processo de ensino e aprendizagem de todos os alunos, independentemente de limitações e potencialidades.

Ter acesso a um ensino de qualidade, seja em Língua Portuguesa ou qualquer outra área do conhecimento é importante para a conquista de um novo mundo e novas oportunidades.

É preciso romper com os paradigmas de pessoas com deficiências e demonstrar que há possibilidade de ter uma vida social, cada um com diferenças que tornam singulares e não incapazes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Náyra Cristina; BELINTANI, Renato Nogueira; MORAES, Rosana de; VALENTE, Rita de Cássia; ANTONIO, Fernanda Peres. Desafios da Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE PEDAGOGIA – ISSN: 1678-300X. Ano X, N. 19. Janeiro de 2012. Disponível em <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/mB3aBiN8DsS-Q85A_2013-7-10-15-34-55.pdf> Acesso em 23 set. 2020

BONATTO, Simone Cristina. A importância da disciplina de Língua Portuguesa no ensino superior. Rev. EDUCA, Porto Velho (RO), v.2, n.3, pp. 105-126, 2015. Disponível em <<https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/viewFile/1496/1472>> Acesso em 18 set. 2020

BRASIL. Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm> Acesso em 18 set. 2020

CUNHA, Marleide dos Santos. Ensino da Língua Portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2015. 173f. Disponível em <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4906/1/MARLEIDE_SANTOS_CUNHA.pdf> Acesso em 05 out. 2020

DANTAS, Wallace. Sobre a necessidade de repensar o ensino de língua portuguesa no ensino médio. Revista Ininga. Teresina, PI, v. 2, n. 1, p. 126-134, jan./jun. 2015. Disponível em <<https://revistas.ufpi.br/index.php/ininga/article/view/5930/0>> Acesso em 23 set. 2020

FARIAS, Elizabeth Regina Streisky de; CRUZ, Gilmar de Carvalho; SCHASTAI, Marta Burda. Inclusão de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental: algumas considerações. Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação. e-ISSN: 1982-5587. v.10, n.1, jan./mar. Araraquara: 2015. Disponível em <<https://doi.org/10.21723/riaee.v10i1.7641> > Acesso em 18 set. 2020

FRIAS, Elizabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular. 2008. Disponível em <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em 18 set. 2020.

GALDINO, Viviane Pereira. O ensino de língua portuguesa: Um estudo sobre a prática docente e a inclusão de alunos com deficiência. Monografia (Graduação em Letras). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Humanidades. Guarabira: 2014. 43f. Disponível em <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14604/1/PDF%20-%20Viviane%20Pereira%20Galdino.pdf>> Acesso em 05 Out. 2020

OLIVEIRA, Naiara Ferreira de Barros; SILVA, Diego da. A importância da alfabetização e do letramento. Fac. Sant'Ana em Revista, Ponta Grossa, v. 3, n.2, p. 190- 203, 2. Sem. 2019. Disponível em <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>> Acesso em 18 set. 2020

SANTOS, Jane Rose Ferreira dos; FRAZ, Joanne Neves; CORREIA, Eliane Melo de Moura. Desafios e obstáculos da inclusão nos anos iniciais do ensino fundamental. Anuário da Produção de Iniciação Científica Discente. Vol. 13, N. 21. Brasília: 2010, p. 189-199. Disponível em <<https://repositorio.pgsskroton.com.br/bitstream/123456789/1255/1/artigo%204.pdf>> Acesso em 18 set. 2020

SOUZA, Thamires Oliveira de Souza; SOARES, Marcia Torres Neri. O Professor de Língua Portuguesa e a sala de recursos: Pensando a Inclusão do estudante surdo coletivamente. VI Colóquio Internacional: "Educação e Contemporaneidade. 20 a 22 de setembro. São Cristóvão: 2012. Disponível em <<https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10174/7/6.pdf>> Acesso em 05 Out. 2020



10.48209/978-65-89949-84-0

CAPÍTULO 8

JOVEM APRENDIZ: O ADOLESCENTE NO MERCADO DE TRABALHO - REFLEXÕES

Young Apprentice: Adolescents in the labor market - Reflections
Joven aprendiz: adolescentes en el mercado laboral - Reflexiones

Evaldo Freires de Carvalho

Aline dos Santos Moreira de Carvalho

Pedro Carlos Pereira

José Carlos Guimaraes Junior

Resumo: O artigo tem como objetivo destacar a relevância do projeto jovem aprendiz como uma maneira de inserir os jovens no mercado de trabalho. A sociedade vem passando por uma grande mudança nas formas de trabalho e na maneira de conseguir um emprego. Ao pontuar adolescência no contexto individual e social, conceituar trabalho e explanar sobre mercado de trabalho, faz-se necessário, no cenário econômico social brasileiro discorrer sobre a lei da aprendizagem, o Projeto Jovem Aprendiz. Essa traz a obrigatoriedade de empresas contratarem jovens, oferecendo incentivo fiscal; associa atividade remunerada à qualificação técnico-profissional metódica, contribuindo no combate a problemas sociais e econômicos, e para a perspectiva de vida de jovens, inclusive na escolha de área de atuação profissional, como é o caso de jovens que atuaram no Ministério Público que seguiram carreira jurídica.

Palavras-chaves: Adolescência; Trabalho; Mercado; Aprendiz; Ministério Público

Abstract: The article aims to highlight the relevance of the young apprentice project as a way to insert young people into the labor Market. Society has been going through a big change in the ways of working and the way to get a job. When punctuating adolescence in the individual and social context, conceptualizing work and explaining about the labor market, it is necessary, in the Brazilian social economic scenario, to discuss the law of apprenticeship, the Young Apprentice Project. This brings the obligation for companies to hire young people, offering tax incentives; associates paid activity with methodical technical-professional qualification, contributing to the fight against social and economic problems, and to the life perspective of young people, including in the choice of professional practice area, as is the case of young people who worked in the Public Ministry who followed legal career.

Keywords: Adolescence; Work; Marketplace; Apprentice; public ministry

Resumen: El artículo tiene como objetivo resaltar la relevancia del proyecto de jóvenes aprendices como una forma de insertar a los jóvenes en el mercado laboral. La sociedad ha experimentado un cambio importante en las formas de trabajar y en la forma de conseguir un empleo. Al puntuar la adolescencia en el contexto individual y social, conceptualizar el trabajo y explicar sobre el mercado laboral, es necesario, en el escenario socioeconómico brasileño, hablar de la ley del aprendizaje, el Proyecto Joven Aprendiz. Esto obliga a las empresas a contratar a jóvenes, ofreciendo incentivos fiscales; Asociados actividad remunerada con calificación técnico-profesional metódica, contribuyendo a la lucha contra los problemas sociales y económicos, y a la perspectiva de la vida de los jóvenes, incluso en la elección del área profesional, como es el caso de los jóvenes que laboraron en el Ministerio Público que siguió la carrera jurídica.

Palabras clave: Adolescência; Trabajo; Mercado; Aprendizaje; Ministerio público

INTRODUÇÃO

Diante da contemporaneidade e do novo mercado de trabalho que vem sendo desenhado e desenvolvido de acordo com as mudanças econômicas, políticas e sociais, explanar acerca da adolescência pontuando os adolescentes como colaboradores no mercado de trabalho, tornou-se emergente.

A adolescência é uma fase da vida do indivíduo onde coexistem inúmeras mudanças tanto sociais, como físicas, emocionais e psicológicas que são necessárias para o desenvolvimento do cidadão contribuindo na sociedade.

No contexto social, hoje o adolescente é considerado um indivíduo único que precisa ter suas necessidades individuais resguardadas e perspectivas de futuro.

No contexto político e econômico, países em desenvolvimento incentivam o ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, como o Brasil. Seja para oferecer oportunidades com qualificação profissional, seja como assistência às famílias consideradas em situação precária, seja como reabilitação de jovens infratores, entre outras finalidades, foi estabelecido por lei o projeto Jovem Aprendiz.

Esse projeto apresenta inúmeras peculiaridades que são consideradas positivas tanto para os jovens como para as empresas que contratam. A educação está diretamente associada a este projeto, que possui como principal objetivo direcionar jovens na faixa etária entre 14 e 24 anos para o mercado de trabalho, oferecendo a esses perspectivas de um futuro e colaborando para que o jovem experimente algumas áreas de atuação profissional, como é o caso de alguns jovens que ao atuarem no Ministério Público, se identificaram com a carreira jurídica e buscaram formação na área.

Dentro dessa perspectiva, adolescência, jovens, mercado de trabalho, Jovem Aprendiz, Ministério Público, o estudo se justifica pela necessidade de multi-

plicação do conhecimento acerca da adolescência, dos novos rumos do mercado de trabalho, da lei da aprendizagem e seus desdobramentos. Para tal, a revisão de literatura visa conceituar adolescência e essa no contexto social; discorrer sobre trabalho e mercado de trabalho; multiplicar o conhecimento sobre a lei da aprendizagem e o Jovem Aprendiz; pontuar sobre esse projeto no Ministério Público.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi revisão de literatura, considerando como campo de pesquisa o fenômeno da adolescência, conceitos e história, trabalho, mercado de trabalho, Estatuto da Criança e do Adolescente, A Lei do Jovem Aprendiz (Lei no 10.097) e seus desdobramentos.

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...] Dessa forma, a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Lakatos, Marconi, 2010, p.166).

Foram selecionadas publicações, estudos, pesquisas, periódicos e trabalhos acadêmicos, artigos, resenhas de livros acerca do tema e de seus aspectos relevantes, utilizando a palavras-chave como adolescência, trabalho, mercado de trabalho, Jovem Aprendiz em bases de dados como Pubmed, SciELO e Google Scholar, entre outras.

Observou-se haver grande quantidade de literatura sobre o tema abordado, porém pouca que relacione os termos pesquisados.

No primeiro momento foi realizada a pré-seleção caracterizada pela rápida leitura que excluiu os que não se encaixavam nos critérios de seleção utilizados que foram textos contento apenas declarações e opiniões não embasadas sobre

o tema, textos voltados para outras áreas de conhecimento como psiquiatria, psicologia e educação.

Após a pré-seleção, foi feita a revisão literária incluindo pesquisa exploratória dos textos, pontuando as questões relevantes que compunha os objetivos propostos. Comparou-se essa análise textual com os resultados de estudos estatísticos sobre o projeto Jovem Aprendiz. Dessa forma conceituou-se adolescência e suas características, trabalho discorrendo acerca do mercado de trabalho, caracterizou-se a Lei do Jovem Aprendiz, pontuando aspectos positivos e negativos utilizando dados estatísticos e desdobramentos como o jovem aprendiz no Ministério Público e essa relação como fundamento para futura carreira jurídica desses jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adolescência

A adolescência é um período conturbado que envolve questões biológicas, psicológicas e sociais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (1965), essa fase o desenvolvimento humano compreende a segunda década da vida, dos 10 aos 20 anos e assim concorda o Ministério da Saúde Brasileiro. (OMS, 1965). Porém para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a adolescência compreende dos 12 aos 18 anos. (Brasil, 2007)

De acordo com Santos (2005), o conceito e adolescência refere-se a Biologia, seguindo a idade a as mudanças que acontece no corpo. Na visão de autores como Berger e Thompson (1997), somente a idade não garante o amadurecimento e transformação do indivíduo em adulto. Assim como Martins, Trindade e Almeida (2003); Santos (2005) concordam que aquela compreende transformações cognitivas, de perspectivas e sociais, muitas transformações que atingem também os familiares e a comunidade onde o adolescente está inserido.

Observa-se que essa fase depende dos aspectos cultural e histórico, ou seja, do gênero, da classe social, da geração a qual pertence para ser vivida de diversas formas. E nesse período a escola, mesmo sendo obrigatória, é vivenciada de forma diferente por cada ser e proporciona recursos pessoais como descoberta de oportunidades, hábitos de saúde e interações sociais influenciando individualmente no modo de ver a vida e perspectivas de futuro. (Martins, 2003; Marturano, Elias & Campos, 2004; Serra, 1997).

Segundo teóricos como Moraes e Moura, existem mesmo na contemporaneidade grupos sociais que acreditam que os adolescentes e jovens são seres de enorme importância, não podem ser entendidos pela sociedade como pessoas. (Morais; Moura, 2007)

A relação entre adolescência e sociedade perpassa os séculos e é objeto de estudo de muitos teóricos como por exemplo Rappaport (1982) que considera uma invenção cultural, Gallantin (1978) diz que a adolescência e sua concepção estão vinculadas a democratização da educação e ao surgimento das leis trabalhistas.

Pesquisas revelam que as culturas mais tecnicamente sofisticadas atrasam o ingresso dos jovens na cultura exigindo sempre mais capacitação e estudos para que esses ingressem no mercado de trabalho, porém nas culturas menos desenvolvidas acontece o oposto, a adolescência está sendo encurtada, pois já existem políticas de ingresso de jovens no mercado de trabalho, como é o caso, no Brasil, do Jovem Aprendiz.

Trabalho - conceito e mercado de trabalho

Conceitua-se trabalho como sendo toda e qualquer ação ou atitude que o homem realiza na natureza para transformá-la de acordo com seus interesses e necessidades.

Segundo Carl Marx, o trabalho é uma condição de existência de produção social e possui três aspectos que são característicos: a atividade que é estabelecida e moldada para se atingir um determinado fim; o objeto de trabalho; e o instrumento de trabalho, os meios utilizados para se atingir o trabalho. (Marx, 2002).

Nesse aspecto, todo trabalho traz prejuízo de energia tanto psíquica quanto física, a essa dá-se o nome de força de trabalho. Portanto, o processo de trabalho engloba a força de trabalho, meios de produção e objeto que vão caracterizar a produção de determinada economia.

De acordo com Nogueira (2006), o trabalho capacita o ser humano a ser consciente, se apresentando de inúmeras formas para atender as necessidades de cada momento histórico.

Acrescenta-se Luckás (1981),

“O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens” (Lukács, 1981, p. 04, apud Nogueira, 2006, p. 139).

Diante a afirmativa, ressalta-se o modo de produção capitalista, no qual o trabalho passou a ser exercido com o objetivo de produzir riquezas.

Na contemporaneidade, houve uma reestruturação do mercado de trabalho para uma visão neoliberal e de produção flexível, na qual o emprego informal, temporário e terceirizado alavanca enquanto que o formal entra em queda. Somado a essa, nota-se que as inovações tecnológicas adentram o mercado de trabalho, tanto no processo quanto na produção.

De acordo com Alves (2007) a lógica desenvolvida nessas condições pela produção capitalista exige novas habilidades comportamentais e cognitivas dos trabalhadores.

Geralmente, a “questão social” que o mercado de trabalho envolve, passa das mãos do Estado, que se desresponsabiliza para as mãos do Terceiro Setor

que compreende as Organizações Não Governamentais até entidades beneficentes.

Teóricos concordam que a inserção no mercado de trabalho de jovens e adolescentes em países menos desenvolvidos ocorre mais cedo pela situação econômica das famílias enquanto que em países mais desenvolvidos a exigência de qualificações aumenta o tempo de estudo daqueles.

Nessa, dentre outras finalidades, o Brasil criou o programa Jovem Aprendiz pela Lei 10.097/2000.

A lei da aprendizagem, O Jovem Aprendiz

Conceitua-se contrato de aprendizagem como uma modalidade especial de contrato de trabalho, por escrito e com tempo determinado, sendo esse não superior a 2 anos em que o empregador assegura oferecer formação técnico-profissional metódica para o desenvolvimento do aprendiz na função, considerado aqui como aprendiz o jovem de idade maior de 14 e menor de 24 anos. (Rosado, 2016)

Segundo Rosado (2016), esse tipo de contratação foi prevista pela Consolidação da Lei do Trabalho e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, e foi regulamentada pelo Decreto Lei 5.598/05. (A Lei do Jovem Aprendiz -Lei nº 10.097 - é uma lei que foi aprovada em 2000 e passou por uma regulamentação no ano de 2005). (Rosado, 2016).

Esse contrato visa oferecer maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho dos jovens de faixa etária entre 14 e 24 anos de idade, e qualificação de mão-de-obra nacional, pois durante o contrato os contemplados fazem cursos de especialização oferecidos pelo programa colaborando para a descoberta de habilidades profissionais, potencialidades e para o desenvolvimento do indivíduo quanto cidadão.

Porém esse tipo de contratação tem suas peculiaridades, dentre elas: as empresas devem empregar a quantidade de jovens que esteja entre 5 a 15% do total de empregados, sendo que é necessário oferecer também cursos nos Serviços Nacionais de Aprendizagem (entidades de formação técnico-profissional metódica como SENAT, SENAC e SENAI); as empresas devem destinar aos jovens cargos que necessitem de formação profissional, sendo excluídos cargos de gestão, gerência e confiança; o aprendiz deve ser maior de 14 anos e menor de 24 anos e deve estar matriculado e frequentando a escola; objetiva a formação técnica e profissional dos jovens; o princípio constitucional de igualdade deve ser observado e é vedado qualquer tipo de discriminação. (Camargo, 2016)

Com relação as características, outras peculiaridades são: é um contrato especial, por escrito com validade de, no máximo, 2 anos. A contratação deve ser feita pelo estabelecimento, diretamente; a modalidade não pode ser alterada por prazo indeterminado; o contrato deve constar na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), matrícula e frequência escolar.

No âmbito dos direitos do aprendiz: é garantido o salário/hora. Uma pesquisa realizada no ano de 2020, constatou média salarial dos aprendizes. Sendo essas: valores pagos para o cargo de jovem aprendiz no ano de 2020, sendo excluídos casos de negociação. O salário é em média R\$ 711, 55 por 24 horas semanais trabalhadas. Sendo tabelado: salário/hora R\$ 4,26; 20 horas semanais - R\$ 440,19; 40 horas semanais R\$ 880,38; jovem aprendiz bancário 20 horas semanais R\$ 537,90; e 30 horas semanais R\$ 806,85. (Redação, 2020)

Ainda sobre os direitos do jovem aprendiz: a esse contrato são aplicadas as disposições da lei 8.036/90, garantindo a contribuição para o fundo de garantia e o seguro-desemprego, terá direito a férias e a vale-transporte.

De acordo com a legislação, a empresa que contrata jovens aprendizes recebe benefício fiscal de pagar apenas 2% de FGTS, estar dispensada de aviso

prévio remunerado e a não obrigatoriedade de pagar multa rescisória nesse caso. De forma geral, existem outras vantagens como ter um diferencial no mercado pois a empresa passa a receber um novo olhar por parte dos clientes como uma marca que visa o futuro e está aberta a inovações; desenvolver o perfil de profissionais que são da necessidade da empresa pois ao contratar um jovem, esse não carrega consigo vícios de outros empregos o que facilita o desenvolvimento dentro do perfil da empresa; trabalhar a responsabilidade social pois colaboram na diminuição do trabalho infantil, influenciam no processo educativo dos jovens, etc.; e torna-se mais criativa e inovada a medida que os jovens têm grandes perspectivas de futuro e criatividade, criando um ambiente de trabalho renovado até para os colaboradores que estão há mais tempo na empresa.

Nesse sentido, observa-se muitos programas de aprendizagens, dentre eles destaca-se o Programa Jovem Aprendiz do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) que é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, prestadora a assistência social, colaboradora na profissionalização e inserção de milhares de jovens no mercado de trabalho.

Pesquisas relatam que jovens que foram aprendizes no passado estão melhores no mercado que seus concorrentes e estudos demonstram que os profissionais que participaram do projeto quando jovens destacam-se dos demais em todos os aspectos, inclusive nas entrevistas e estão melhor adaptados no mercado de trabalho e que o programa influenciou muitos jovens nas escolhas de qual carreira seguirem, inclusive os aprendizes que atuaram no Ministério Público. (Braziliense, 2019)

Alguns relatos foram pontuados em pesquisas com esses profissionais e comentários positivos destacam-se como: “adquirir realização profissional”, “trabalho...nos dá dignidade”, “é onde vou começar uma aprendizagem”, “para adquirir experiência”, “ter independência”. “independência financeira”. (Campos, 2009).

O jovem aprendiz no Ministério Público

O Ministério Público, consoante o art. 127, caput, da Constituição Federal, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (Janeiro, 2021)

No Brasil é uma instituição autônoma e independente, que não está subordinada aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário e que fiscaliza o cumprimento da lei, sendo sua finalidade a defesa da democracia, da ordem jurídica, e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público (MP) compreende jovens do programa Jovem Aprendiz. Esses são encaminhados ao órgão pelo CIEE, assim como toda empresa, os jovens possuem os mesmos direitos e deveres.

Destaca-se nesse contexto a familiaridade que o jovem adquire com a rotina da prática jurídica, o contato com os casos gerados no MP, com as pessoas necessitadas de auxílio jurídico, com definições do que é democracia, cidadania, direitos e deveres, as leis. Aspectos esses que fizeram com que muitos escolhessem a carreira jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a revisão literária, cabe ressaltar a pertinência em países em desenvolvimento, como o Brasil, de incentivos por parte do Estado no que diz respeito a qualificação profissional e conseguinte imersão no mercado de trabalho de adolescentes e jovens.

Evidencia-se que a educação no Brasil precisa de maiores incentivos, reformas e melhorias, e que projetos como o Jovem Aprendiz necessitam ser multiplicados e melhor compreendidos como um caminho eficiente de gerar uma renda extra para as famílias, sem prejuízo no processo educativo, e sim como incentivador.

Há muitas razões, mas é pertinente mencionar não somente a necessidade financeira das famílias contempladas pelo projeto, a inclusão social de jovens infratores, e o incentivo fiscal dado as empresas contratantes como também, e principalmente, para este estudo a experiência profissional que incide na vida do adolescente como incentivo ao estudo e à qualificação profissional, acrescentando a muitos um vislumbre de um futuro promissor e real. Validando tal afirmativa Fica evidente que jovens que foram aprendizes no passado, hoje estão melhores no mercado que seus concorrentes que não participaram do programa (segundo o Jornal Correio Brasiliense, 25/03/2019). O que torna ainda mais valiosa esta experiência, até mesmo pelo fato de que na hora de entrevistas de emprego os jovens que possuem algum tipo de contato com o trabalho podem levar algum tipo de vantagem sobre os outros (e essa tem sido uma tendência).

Nesse último faz-se menção a escolha da área de atuação. Os jovens que possuem essa experiência, têm menos dificuldades em escolher suas carreiras, como é o caso de alguns que ao trabalharem no Ministério Público, optaram por uma carreira.

O projeto Jovem Aprendiz evidencia por seus desdobramentos positivos em diversos níveis da economia, sociedade e educação que existem meios possíveis e reais de apoiar os jovens, orientando-os, estimulando-os e mostrando que cabe a eles a atitude de querer a mudança, e de se esforçarem para serem bem-sucedidos.

No âmbito individual, o Jovem Aprendiz agrega valor à vida de milhares de adolescentes, validando-os como seres humanos capazes de gerar renda, sem prejuízo próprio e de outrem, e que é possível ajudar a família de forma segura, articulada, com perspectivas de crescimento individual e profissional; e estimula aos demais a fazerem o mesmo.

REFERÊNCIAS

Ávila, Humberto; SÁNCHEZ, Laura Criado. *Teoría de los principios*. Madrid: Marcial Pons, 2011.

Barros, Jussara de. *Qualificação Profissional*. Brasil Escola

Barroso, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no direito brasileiro*. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2019.

Bello, Enzo; BERCOVICI, Gilberto; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. *O Fim das Ilusões Constitucionais de 1988?* Revista Direito e Práxis. v. 10, n. 3, Rio de Janeiro, p. 1769-1811, jul/set. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2179-89662019000301769&script=sci_arttext Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Braziliense, Correio. *70% dos ex-jovens aprendiz estão trabalhando*. 2019 Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2019/03/25/interna-trabalhoeformacao-2019,745024/pesquisa-mostra-que-70-dos-ex-jovens-aprendizes-estao-trabalhando.shtml>>.

Camargo, Maria Fernanda Carvalho de. *A lei do menor aprendiz e suas consequências*. 2016. Disponível em: < <https://migalhas.uol.com.br/depeso/240678/a-lei-do-menor-aprendiz-e-suas-consequencias>>. Campos, Franceline Souza. Projeto. Jovem Aprendiz

Ferreira, Teresa Helena Schoen; Farias, Maria Aznar; Silves, Edwiges Ferreira de Mattos. *Adolescência através dos séculos*. 2010 Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166760/Resumo_29706.pdf? Gondim, Sônia Maria Guedes. *Perfil do profissional e mercado de trabalho*. Universidade Federal da Bahia

Idesproenor: *percepção do adolescente sobre sua inserção no mundo do trabalho*. 2009. Disponível em: <https://1library.org/document/yee87m7y-projeto-jovem-aprendiz-idespromenor-percepcao-adolescente-insercao-trabalho.html>.

Janeiro, Ministério Público do Estado do. 2021. *O que é o Ministério Público?* Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/sobre-a-instituicao>>.

Jovens, Em encontro de juventude do Mercosul, *empresas se comprometem a criar 45 mil oportunidades profissionais*. Ministério da mulher, da família e dos Direitos Humanos.. Disponível em:< <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/outubro/compromisso-com-a-juventude-e-reafirmado-em-encontro-de-jovens-do-mercosul>>.

Junior, Paulo Galvão. *A quarta Revolução Industrial em pleno século XXI. Espaço Democrático*. Disponível em:< <https://espacodemocratico.org.br/artigos/a-quarta-revolucao-industrial-em-pleno-seculo-xxi/>.

Mandelli, Maria Teresa. *Correndo atrás de seu projeto de vida: um estudo com participantes do Programa Jovem Aprendiz*. 2011. Disponível em:< <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/95446>>.

Martins, Tainara. *A importância de cargos e salários*. RH Portal Cargos e salários

Mercosul, *1º encontro de jovens do MERCOSUL*. Disponível em:< <https://www.mercosur.int/pt-br/1o-encontro-de-jovens-do-mercosul/>>.

Mercosul, Observatório de mercado de trabalho. *Informe sobre o emprego juvenil no Mercosul*. Disponível em:< http://www.observatorio.net/Contenido/Informe%20MERCOSUR%20_OMTM__PORT%20DOC.pdf>

Redação .Cargos e Salários Jovem Aprendiz 2021 – *Tabela Salarial do Menor Aprendiz*. 2020. Disponível em:< <https://www.salario.com.br/tabela-salarial/aprendiz>>.

Rosado , Eduardo Galvão. *Contrato de aprendizagem: características e pontos controvertidos*. 2016. Disponível em:<<https://migalhas.uol.com.br/depeso/248242/contrato-de-aprendizagem--caracteristicas-e-pontos-controvertidos>.

Silva, Simone. *Inserção do jovem no mercado de trabalho*. Brasil Escola



10.48209/978-65-89949-84-9

CAPÍTULO 9

APRENDIZAGEM E O DESENVOLVIMENTO DAS INTERFACES CEREBRAIS, COM UMA PEQUENA EXPLORAÇÃO DAS SUAS TRANSFORMAÇÕES

Liliane Musumeci Ferreira

Resumo: Pesquisa e estudo sobre artigos científicos sobre o desenvolvimento cerebral e sobre estímulos para ocorrer a aprendizagem, investigações, qualificação, funcionamento do corpo e o seu movimento. Observar o impacto de transformação cerebrais e seus emaranhados das emoções. Ampliar as abordagens dos estímulos qualificando o desenvolvimento e as capacidades dos caminhos ensino/aprendizagem, influenciado pelo meio social e psíquico. Transporte e inovar conceitos atuais utilizando as novas tecnologias para a aprendizagem, a memória, a atenção e corpo. Estudos de tomografias para compreender as funções cerebrais e o funcionamento córtex pré-frontal e estímulos neurais com exercício, leitura, emoções, alimentação, meditação, assim promovendo as sinapses do SABER.

Palavras-chaves: Cérebro; Corpo; Aprendizagem.

Resumen: Investigación y estudio de artículos científicos sobre desarrollo cerebral y estímulos para que ocurra el aprendizaje, investigaciones, calificación, funcionamiento corporal y movimiento. Observe el impacto de la transformación del cerebro y su maraña de emociones. Ampliar los enfoques a los estímulos que califican el desarrollo y las capacidades de los caminos de enseñanza / aprendizaje, influenciados por el entorno social y psíquico. Transporte e innovo conceptos actuales utilizando nuevas tecnologías para el aprendizaje, la memoria, la atención y el cuerpo. Estudios de TC para comprender las funciones cerebrales y el funcionamiento de la corteza prefrontal y los estímulos neuronales con ejercicio, lectura, emociones, comida, meditación, promoviendo así las sinapsis SABER.

Palabras clave: Cerebro; Cuerpo; Aprendiendo.

INTRODUÇÃO

Ao estudarmos o cérebro percebemos que está ligado a saúde, e cinquenta por cento esta dedicado à visão, assim comandando e controlando o corpo.

O doutor Daniel G.Amen fez estudos de imagem SPECT (significa tomografia computadorizada de emissão de fóton simples) do cérebro examinado padrões de fluxo sanguíneo, atividades e funcionamento.

O córtex pré-frontal na parte inferior do cérebro responsável pelo planejamento, a tomada de decisão e consegue controlar os impulsos

Ao pesquisar compreendemos que nosso cérebro aprende 10% lendo, 20% ouvindo, 30% observando, 50% assistindo – vendo e ouvindo, 70% debatendo – discutindo com o outros, 80% praticando - fazendo, 95% ensinando, compreendendo que o cérebro é capaz de simular e processar as informações mais poderosos do mundo, capaz de processar informações recebidas, analisando de acordo com seu contexto social e suas experiências, assim as reproduzindo-as.

Fazendo a recepção das informações pelos seus sentidos, armazenando e retendo acessando em larga escala, analisando os padrões e organiza as informações de modo que faça sentido e conexão (pensamento, fala, movimento, etc.), ao iniciar a leitura o cérebro medi a sua pressão, corrente sanguínea, batimentos cardíacos, atento ao seu contexto de ambiente.

Entender como estimular a plasticidade cerebral adequadamente no processo de aprendizagem.

Somos seres únicos e cada um com uma transformação diferente, conciliando corpo e cérebro para um desenvolvimento único.

Nosso impacto sobre o cérebro (órgão mais complexo do universo) e corpo ligado ao pensamento, ao que sentimos, comemos, exercitamos relacionados a pequenas ações ou atividades mais elaboradas.

Observar as pesquisa e metodologias acadêmicas com materiais bibliográficos, artigos científicos com visão de exploração, indagação, investigação, importância da aprendizagem, qualidade das intervenções pedagógicas, funcionamento do corpo, o seu movimento.

IMPACTO DE TRANSFORMAÇÃO E RAMIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM

Estudo e pesquisa permite observar o impacto significativo de transformação do cérebro interligado com o funcionamento do corpo de diversas maneiras sendo positiva ou negativa dos sistemas neurológicos que vão sendo emaranhados entre equilíbrio das suas emoções e aprendizagem.

Construir a identidade, interações sociais, culturais, a vivência familiar, valores pessoais e coletivos dando o ponto de partida para a sua autonomia, mais iniciativa para resolver seus problemas e características pessoais, como participação de brincadeira, exploração do diálogo e por fim entender o sentido das ações de cooperação ou solidariedade, porém identificando sua situação de risco.

Fala de Noronha (2008, p.1):

Por entender a importância do cérebro no processo de aprendizagem, consideram-se, aqui, as contribuições da neurociência para a formação de professores, com o objetivo de oferecer aos educadores um aprofundamento a esse respeito, para que se obtenham melhores resultados no processo de ensino aprendizagem, especialmente, na educação básica.

Intervenções com concepções de inovações atuais em uma sociedade voltada totalmente para os avanços tecnológicos associando ao mecanismo de aprendizagem/memória/atenção/corpo.

O professor utilizando estratégias qualificando a metodologia impulsionando a mudança de velhos conceitos. Reorganizar e ampliar as abordagens dos estímulos externos e internos de cada um, qualificando o processo ensino/aprendizagem.

[...] maximizar a aprendizagem, aprender melhor, aprender a aprender, compreender como o ser humano aprende são temas que nos remetem ao professor, à sua formação acadêmica inicial e continuada, capacitando-o para o papel essencial na educação. (OLIVEIRA, 2011, p.64).

A pesquisa realizada em “Estudo de Caso”, com questionamento qualitativo, metodológico, investigando as possibilidades de intervenção para desenvolver, ampliar, construir, incentivar, perceber e lidar com os sentimentos, emoções e movimento. Ampliando os novos pensamentos, ações, abordagem, assim podendo certificar habilidades referente a novidades na ciência cerebral.

O dr. Daniel Amen (2013, p14);

estudos chamados imagem SPECT do cérebro que examina padrões de fluxo sanguíneo e atividades. SPECT significa tomografia computadorizada de emissão de fóton simples. ..., que mostram a anatomia do cérebro, as imagens SPECT examinam como o cérebro funciona.

Visualizando as ligações cérebro-corpo que influenciam diretamente no comportamento social e psíquico. Elos de ligação cruciais para entendimento com melhor agir.

Compreendendo as necessidades da aprendizagem/corpo, assim transforma-la nos estímulos seja ele do pensamento, do corpo e do processo de aprendizagem definindo com clareza o que deseja de forma precisa, equilibrada, honestidade, flexibilidade, foco positivo.

Aprendizagem e o cérebro

Aperfeiçoar os estudos para incluir todos e compreender as mudanças e os desafios do corpo, o desenvolvimento do cérebro, para atingindo todas as pessoas envolvidas dentro da sociedade em que estão. Possibilitar e potencializar para o aperfeiçoamento do processo ensino/aprendizagem, direcionando o planejamento é possível qualificar e aplicar estratégias com diagnósticos precoce adequando teoria e prática individual ou coletiva.

Todo pensamento reflete no corpo causando reações físicas e no cérebro, liberando substâncias químicas fazendo se sentir bem ou mal, com funcionamento menos eficaz ou mais eficaz.

A aprendizagem escolar entendida como evolução contínua e constante, que inicia na neuromaturacional entendida na função cortical superior, elencando a importância do desenvolvimento e capacidades,

Para Silva e Bezerra (2011, p.4);

Um ensino de qualidade se configura acima de tudo com aprendizagem significativa, trazendo benefícios extracurriculares, possibilitando uma inserção social superadora da alienação que se configura na sociedade contemporânea. Ativando os esquemas mentais adequados, novas metodologias de ensino beneficiarão a sociedade como um todo, através da formação de cidadãos capazes de agir e opinar de forma autônoma expressando suas próprias ideias, pessoas que estarão construindo e transformando o meio onde vivem na direção dos seus próprios interesses, mas dentro de um clima de respeito aos interesses coletivos.

Qualificar e incluir respeitando normas e os contextos sociais presentes visando somente a aprendizagem e as funções humanas. Verificando as percepções cerebrais e suas capacidades de autonomia, autoestima, ritmo, funções neurológicas.

Para compreender melhor o cérebro e suas funções segundo o Dr. Daniel G.Amen com o livro “Mude seu cérebro, mude seu corpo” estudos de imagem SPECT (significa tomografia computadorizada de emissão de fóton simples) examinando 55 mil tomografia o contexto individual para entender o funcionamento do cérebro, assim possibilitando melhorar as funções cerebrais ações dia-a-dia.

Ações para tentar amenizar sintomas estressantes afetam a saúde mental com atividades de diminuição do córtex pré-frontal e diminuição nos lobos temporais nas ações corriqueiras:

- Exercícios – prática de atividade física ou estimular uma capacidade.
- Leitura - estimula o cérebro, aprende a ortografia e redação, aumenta a

memória e concentração, amplia a linguagem ou relembra, aumenta a capacidade de reflexão, amplia o conhecimento.

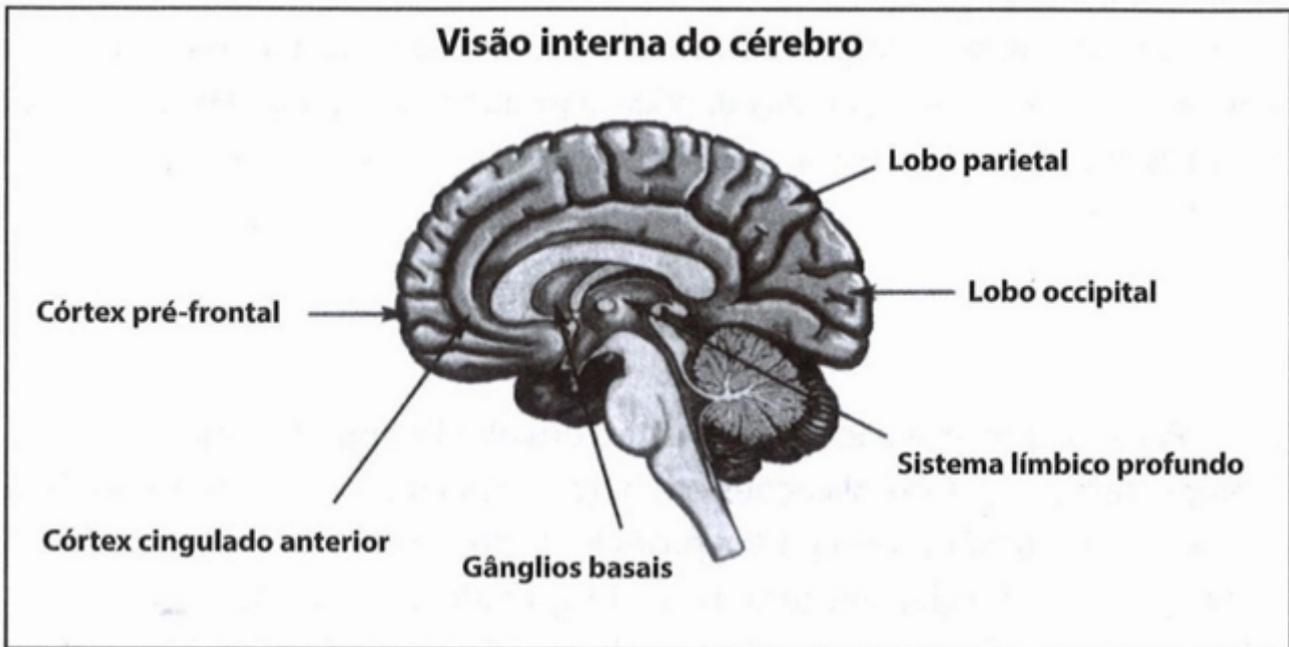
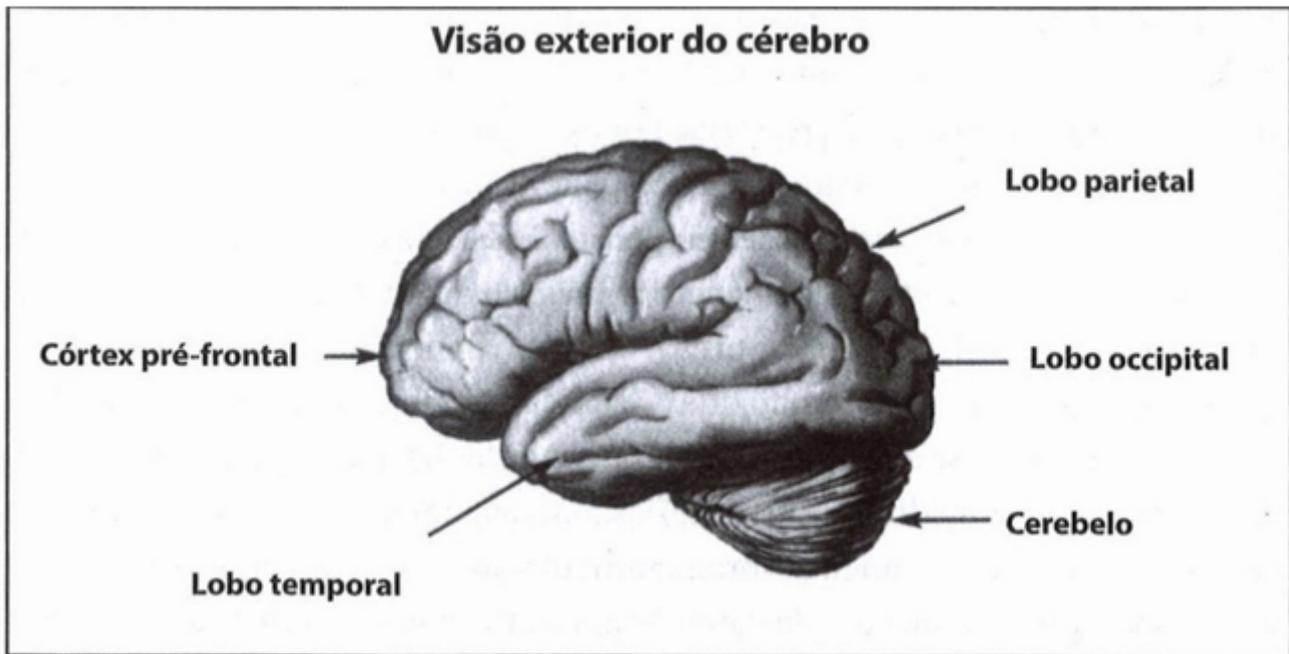
- Medicação ativa a parte mais contemplativa do cérebro podendo tomar decisões mais acertadas e inteligentes.
- Suplementos - S-Adenosilmetionina (SAME) acalma e estimula o neurotransmissor serotonina.

Importante envolver o cérebro em tudo que fazemos, trabalhar bem com o cérebro para sentir-se bem, entender que o cérebro é um órgão mais complexo do universo, sendo muito macio, situado no crânio muito duro (proteja-o), tendo volume limitado de reservas (mais reservas – mais saudáveis, menos reservas – sendo mais vulnerável estará), o cérebro envia comando de comportamento ao corpo,

Para o dr. Daniel o nosso cérebro é composto por cerca de 80% de água, pesa 1.300 gramas, representa apenas 2% do peso do corpo, usando 25% das calorias que comemos, 25% total do fluxo sanguíneo, 20% do oxigênio que respiramos, estimamos 100 bilhões de células nervosas com 100 mil células nervosas e 1 bilhão de conexão, viajando até 500km/h mais rápido do que um carro de corrida de fórmula UM.

Introduzir ferramentas para o cérebro estar saudável devemos protegê-lo, hidrata-lo, meditar ter equilíbrio hormonal, mental, sono saudável e tranquilo, alimentação equilibrada, praticar exercício físico, vitaminas adequadas para o corpo.

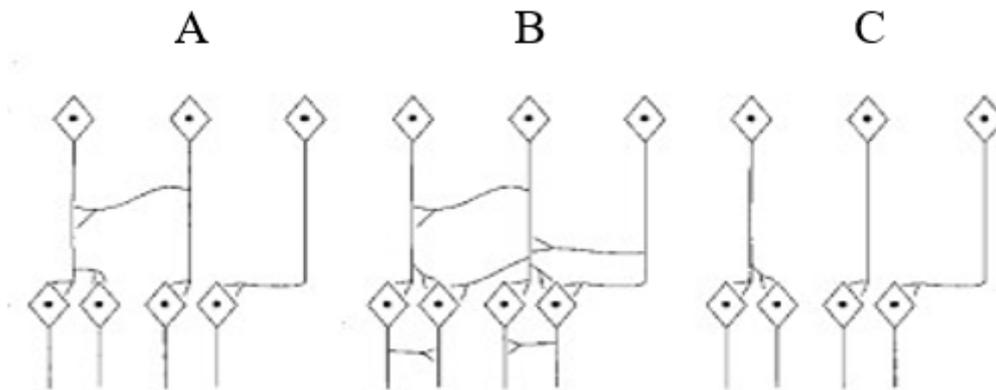
** Imagem do livro O dr. Daniel Amen (2013, p32);



O córtex pré-frontal localizado no terço frontal do cérebro, sendo responsável por planejamento, tomada de decisão, controlar os impulsos, a capacidade de pensar racionalmente, discernimento, atenção, planejamento, controle de impulsos, persistência, na empatia. Ter conjunto de regras claras auxilia e estimula a aprendizagem.

Nas imagens observamos as conexões entre neurônios, para melhor compreender os comandos neurais:

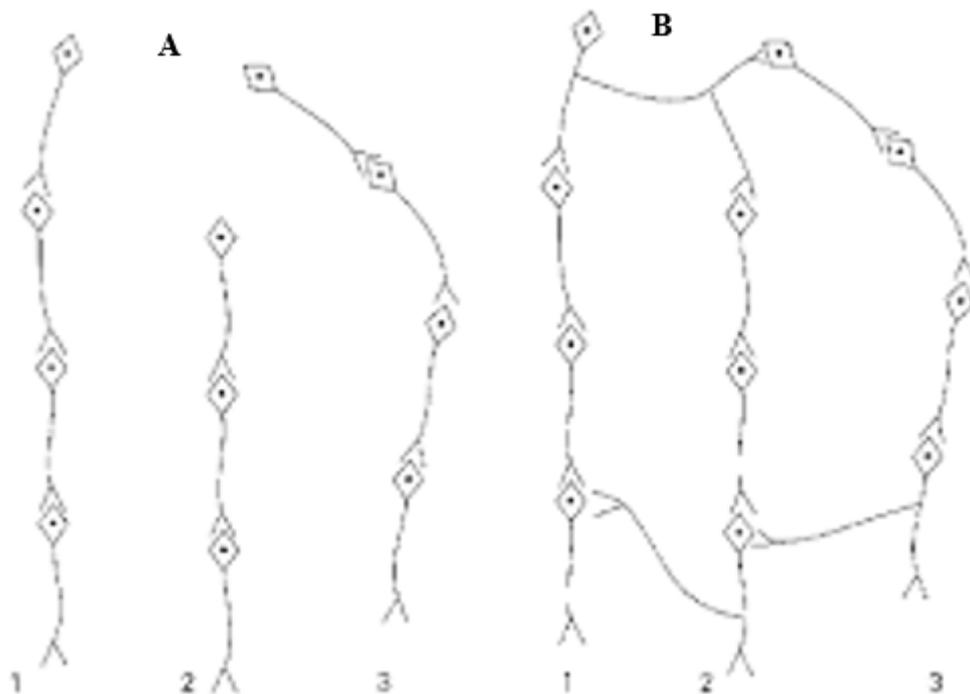
Figura 1: Conexão entre neurônios. A: observase um circuito inicial entre neurônios. B: neurônios enriquecidos pelo treino ou aprendizagem. C: neurônios empobrecidos pelo desuso ou doença.



Fonte: Cosenza; Guerra (2011, p. 37).

Demonstra os circuitos neuronais independentes, sem estímulos e neurônios interligados pelo exercício e pela aprendizagem.

Figura 2: Circuitos neuronais independentes e interligados. A: Circuitos neuronais independentes. B: Neurônios interligados pelo exercício e pela aprendizagem.



Fonte: Cosenza; Guerra (2011, p. 37).

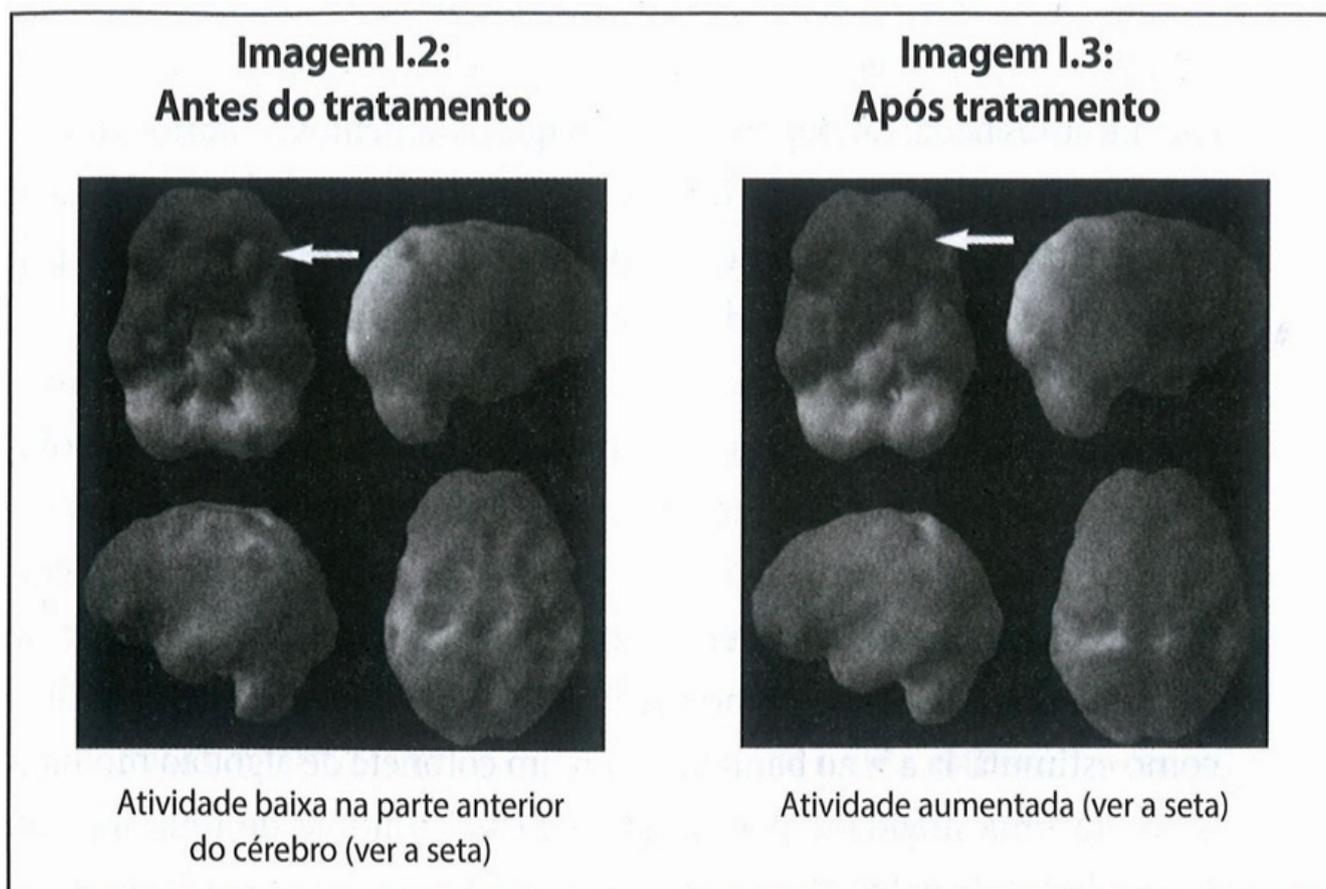
Estimular o cérebro é fundamental para um corpo saudável, assim ocorrer as conexões para uma aprendizagem. Os neurônios precisam ser estimulados constantemente para não ocorrer o enfraquecimento ou empobrecimento.

Propor estratégias e abordagens para metodologias acadêmicas, auxiliando os mecanismos do processo ensino-aprendizado, psicomotora, cognitiva, emocional. Para realmente incluir todos dentro da educação.

O dr. Daniel Amen (2013, p20);

Uma pergunta que as pessoas frequentemente me fazem é a mente é separada do cérebro. A resposta, após examinar mais de 55 mil tomografias nos últimos 20 anos, é não. A mente e o cérebro são completamente dependentes um do outro. Pense sobre o mal de Alzheimer, que é nitidamente uma doença cerebral. As pessoas com esse mal perdem suas mentes? Sim, elas a perdem, à medida que evolui. Quando você perde tecido cerebral perde a memória e a capacidade de pensar racionalmente.

** Imagem do livro O dr. Daniel Amen (2013, p17);



Compreendemos que uma atividade lenta no córtex pré-frontal na imagem I.2, que é a parte responsável pelo planejamento, tomada de decisões, controla os impulsos. Assim que realizou o tratamento, os impulsos diminuem conseguindo controlar a saúde.

CONCLUSÃO:

O ato de aprendizagem está diretamente ligado ao armazenamento dos conteúdos e vivência de cada um. Criar padrões e técnicas para entender a metodologia no processo de aprendizagem e aprofundar o saber na teoria e prática, possibilitar caminhos com significados para o SABER em sua totalidade.

Situações corriqueira que liga o corpo, cérebro com a aprendizagem para impulsionar, motivar e proporcionar o desenvolvimento com ações e estímulos dinâmicos no processo de aprendizagem com qualidade de conexão sináptica, sendo positiva e eficaz.

Viver dentro de um contexto social formar um ser humano capaz de enfrentar os obstáculos e desafios sendo simples ou complexos na vida real.

Informações e conexões como um todo ligando as sinapses e potencializar o cérebro dentro do SABER. Processar estímulos, entender, compreender a aprendizagem suas cognições, indicar diretrizes e comandos para o que queremos aprender ou compreender incorporando as novas conexões sinápticas da aprendizagem.

Entender que o ensino só ocorre quando o processo das interfaces do aprendizado, ocorre em todo o contexto social com qualidade, medidas técnicas, métodos, ações inovadoras. Concretizar para contribuir novas estratégias de conhecimento e experiências.

Equilibrar as emoções (internas), o físico (externas) deixando o cérebro em seu melhor funcionamento para aprender codificar ou decodificar o que aprendemos.

deu, melhorar o impacto exterior dentro do seu corpo e funcionamento presente e no futuro. Encorajar ou possibilitar na sua plenitude a exploração do novo com equilíbrio, facilitando caminhos para novas oportunidades sociais das emoções, do físico, biológico.

REFERÊNCIA

Aguiar, Márcia Angela da S., and Luiz Fernandes Dourado. "A BNCC na contra-mão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas." Recife: ANPAE (2018): 28-33.

Amém, DG (2013). Liberte o poder do cérebro feminino: sobrecarregando o seu para melhor saúde, energia, humor, concentração e sexo . Harmonia.

Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988

Brasil, Lei 8.069, de julho de 1990. "Estatuto da Criança e do Adolescente." Lei Federal.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular de Mauá. Brasília: MEC, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Brasília: MEC, 1998.

Delval, Juan. Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola. 1998.

Dockrell, Julie e Mcshane, John. Criança com dificuldades de aprendizagem: uma abordagem cognitiva. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

FERREIRA, A. B. H. Mini Dicionário Aurélio: da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1993.

FREIRE, J. B. Educação do corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Editora Scipione, 2008.

MACEDO, LIBNI DAVID DE SANTANA; PURIFICAÇÃO, THAÍS ALMEIDA; SILVA, JÉSSICA SOUZA SANTANA. MOVIMENTO E TÉCNICA: o fenômeno da aprendizagem e sua relação entre plasticidade neural e cultura. *Póesis Pedagógica*, v. 18, p. 77-90, 2020.

MOLINA, Cristiane De Souza. OS AVANÇOS DA NEUROCIÊNCIA E A APRENDIZAGEM. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, v. 2, n. 6, p. e26416-e26416, 2021.

Rego, Tereza Cristina. *Vygotsky: uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação*. 11ª edição. Petrópolis RJ: Vozes, 1995.

Silva, Gustavo Cleiton Sousa, et al. "Educação Infantil na BNCC: análise e contextualização do componente curricular educação física." *Temas em Educação Física Escolar* 4.1 (2019): 97-116.

Silva Mello, André, et al. "A educação infantil na Base Nacional Comum Curricular: pressupostos e interfaces com a Educação Física." *Motrivivência* 28.48 (2016): 130-149.

SOUSA, Anne Madeliny Oliveira Pereira de; ALVES, Ricardo Rilton Nogueira. A neurociência na formação dos educadores e sua contribuição no processo de aprendizagem. *Revista Psicopedagogia*, v. 34, n. 105, p. 320-331, 2017.

SOUZA, Christiani Coli de. *A NEUROCIÊNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM*. 2020.

Teberosky, Ana, and Liliana Tolchinsky. "Além da alfabetização." São Paulo: Ática (1995).

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

ZATZ, S.; ZATZ, A.; HALABAN, S. *Brinca comigo! Tudo sobre o brincar e os brinquedos*. São Paulo: Editora Marco Zero, 2006.

SOBRE OS ORGANIZADORES

FRANCISCO CARNEIRO BRAGA

Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá. Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2021). Especialista em Docência do Ensino Superior pela (ICETEC, 2018) e Educação Matemática (FASP, 2015). Pedagogo pela Faculdade Geremário Dantas (2016). Graduado em Ciências/habilitação em Matemática pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG, 2014). Tem experiência na área de Matemática, Pedagogia e Ciências com ênfase no Ensino Prisional e Gestão administrativa privada. Pesquisador em Ciências da Educação com ênfase no Sistema Prisional de Ensino. Integrante dos grupos de pesquisa: GEPAPe (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica - USP), TedMat (Teoria do Ensino Desenvolvimental na Educação Matemática) e GPEMAHC (Grupo de Pesquisa em Educação Matemática uma Abordagem Histórico-Cultural)..

Celular: 83 99623 0082

Email: franciscocarneirob@hotmail.com

Link lates: <http://lattes.cnpq.br/0654004995179555>

HELLYEGENES DE OLIVEIRA

Doutorando em Educação pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Mestre em Educação Pela Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2021.2), especialista em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos e solidários da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (2013.1). especialista em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Integrada de Patos - FIP (2011.1). Possui graduação em Pedagogia pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras - ISEC (2010.2), graduado em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa pela Universidade Estácio de Sá - UNESA (2021.2). Membro do grupo de pesquisas em Infância, gênero e Sexualidade - GEDIG. Possui experiências profissionais nas áreas de orientação, coordenação pedagógica e administração escolar. Professor da rede pública municipal de ensino nas cidades de Ipaumirim- CE e Sousa - PB.

Celular: (83) 98142-5801

Email: hellyegenes@hotmail.com

Link lates: <http://lattes.cnpq.br/1060183252356084>

JULIANA NOBRE NOBREGA

Mestre em Educação pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2021). Especialista em Educação Matemática (CLARETIANO, 2018) e Docência do Ensino Superior pela (FCE, 2019). Tem experiência na área de Matemática, Pedagogia. Pesquisadora em Organização do ensino que possibilita a revelação da gênese do conceito de fração em nível teórico pelos estudantes. Integrante dos grupos de pesquisa: GEPAPe (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Atividade Pedagógica - USP), TedMat (Teoria do Ensino Desenvolvimental na Educação Matemática) e GPEMAHC (Grupo de Pesquisa em Educação Matemática uma Abordagem Histórico-Cultural).

Celular: 82 988572905

Email: juju_engenheira@hotmail.com

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/2243741392175422>

SÁVIO LIMA DA COSTA E SILVA

Mestre em Educação pela UNISUL. Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática pela Universidade Gama Filho (2011) e em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes (2019). Graduado em Matemática pela Universidade Católica de Pernambuco (2008), Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2012) e em Engenharia Civil no Centro Universitário Cesmac (2016).

Celular: 82 993347017

Email: engenheirosaviolima@gmail.com

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0670317382833830>

WERONA DE OLIVEIRA BARBOSA FERNANDES

Mestre em Ciência Animal. Especialista em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Especialista em Avaliação em Saúde Aplicada a Vigilância. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Campina Grande. Graduada em Letras pela Universidade Paulista. Experiência docente em Metodologia Científica, em especial na escrita científica e língua inglesa.

Celular: 83 9 8189-3514

Email: werona.oliveira@gmail.com

Link lattes: <http://lattes.cnpq.br/0267479042210143>

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Aline dos Santos Moreira de Carvalho

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto IDEIA–Brasil.

E-mail: bioaline2017@yahoo.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9965-9566>

Bruno de Azevedo

Mestre em Inglês - Universidade Federal de Santa Catarina; Professor no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Santa Catarina.

E-mail: bruno.azevedo@ifsc.edu.br

Camilla Viana de Souza Gonçalo

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Columbia del Paraguay. Pós-Graduada em Gestão Educacional; Alfabetização e Letramento; Artes Visuais; Educação Especial e Libras; Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade de Educação de Serra e PROEJA pelo Instituto Federal do Espírito Santo; LIBRAS Básico e Intermediário pelo CAPS, Vitória-ES. Graduada em Normal Superior pela Universidade do Tocantins; Artes Visuais e Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos; Letras Libras pela Universidade Estácio de Sá. Participou da Mostra Internacional de Pôsteres- Área - Educação com os trabalhos: Evasão escolar na educação de jovens e adultos: uma escola da rede de ensino médio do município de Alegre do estado do Espírito Santo e Os desafios que as novas tecnologias nos impõem na prática educacional. Atualmente atua como professora de Arte e Libras da Rede Estadual de Educação de Alegre-ES.

E-mail: loramestrado@hotmail.com

Lattes: CV: <http://lattes.cnpq.br/1504576583000891>.

Eliete Regina Alves da Silva

Mestranda em Educação pela Universidade Columbia, graduada em Letras pelo Centro Universitário São Camilo.

E-mail: elieteregina.2016@hotmail.com

Evaldo Freires de Carvalho

Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidad Columbia Del Paraguay – Instituto IDEIA – Brasil

E-mail: evaldofreires@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4539-8441>

Jean Carlos Triches

Especialista em Educação e Segurança Humana - Universidade Comunitária da Região de Chapecó; Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica - Instituto Federal de Santa Catarina; Professor na Faculdade do Oeste de Santa Catarina.

Email: jean.triches@gmail.com

Jacqueline David Altoé

Graduada Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo(UFES). Especialista em Educação Especial/Inclusiva pelo Instituto Superior de Educação e Cultura “Ulisses Boyd”.Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto IDEIA–Brasil.

Email:jacq.daltoa@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3089-794X>

José Carlos Guimaraes Junior

PhD in Biodiversity and Conservation

Amazonas State University – Bionorte Network

Email: Profjc65@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8233-2628>

Joelma Cellin

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade de Columbia, Paraguai. Mestre em Língua e Cultura Italiana pela Universidade de Turim, Itália. Graduada em Artes Plásticas pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Especialista em: Gestão Pública Municipal pelo IFES (2012), Formação de Orientadores Acadêmicos para a Modalidade de Educação a Distância pela UFMT (2002), Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela UNB (2005), Especialista em Língua Italiana pela UFES (2006), Docência do Ensino Superior pela FAFIA de Alegre (2009). Coordenadora do Polo Municipal da UAB de Cachoeiro de Itapemirim de 2008 a novembro 2019, foi Presidente do Fórum Estadual de Coordenadores de Polo UAB/FECOUB-ES no período de 2017 a 2019.

Ocupa cargos de gestão na educação desde o ano de 2005 de direção de escola a Secretária Municipal de Educação. Atualmente é diretora da Escola Estadual Ensino Médio Emílio Nemer de Castelo/ES, professora do Ensino Superior e professora concursada das Redes Públicas Estadual e Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - ES. Participou de projetos de intercâmbio com a Itália com apresentação de trabalhos nos anos de 1998, 1999, 2008, 2009, 2010. Escritora com livros publicados e também com artigos científicos publicados em Congressos de Educação.

E-mail: jcellin@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5933530177496565>

Karla de Lourdes Antunes Souza

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, especialização em Educação Infantil e Alfabetização e Letramento. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay.

E-mail: kaka.antunes@hotmail.com.

Liliane Musumeci Ferreira

Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto IDEIA–Brasil

E-mail: lilianemusumeciferreira@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0477-9665-6708-9576>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8749-0652>

Marta Martins de Oliveira

Formação em Pedagogia, pela Universidade Unopar. Especialização em Alfabetização e Letramento pela Universidade Facel e Educação Especial pela Universidade, FASG. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto IDEIA–Brasil. Professora de Educação Infantil

Email: martammjjfilhos@hotmail.com.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2806-6496>

Poliana Freitas Vieira Araújo

Bacharela em Direito, Curso: Educação Física (Bacharel) 1996 Instituição: Universidade Católica de Brasília Curso: Especialização em Personal Trainer e Musculação 2005 Instituição: Universidade da Saude – RJ Curso: Especialização em ATIVIDADE POLICIAL JUDICIÁRIA 2009 Instituição: Faculdade Fortium Curso: Especialização em CIENCIAS CRIMINAIS 2010 Instituição: SUI JURIS.Brasília Curso: Especialização em VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 2021 Instituição: YADAIM OVDOT, YADAIM Curso: Especialização em SAÚDE MENTAL 2022 Instituição: Escola de Psicanálise de Brasília; Mestranda de Ciências Criminológicas pela UDE – Uruguai, palestrante.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3073-8378>

E-mail: somosppgd@gmail.com

Péricles Queiroz Araújo

Bacharel em Direito, Especialista em Direito Médico e da Saúde, Mestrando em Ciências Jurídicas pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto Ideia – Brasil, palestrante.

E-mail: apericles72@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4155-159X>.

Pedro Carlos Pereira

Pós Doutorado em Educação pela Universidade IberoAmericana, Assunção-PY. Doutor em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Educação Matemática pela Universidade Santa Úrsula e graduado em Licenciatura em Matemática pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Fundação Educacional Rosemar Pimentel (atual Centro Universitário Geraldo de Biasi). Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; professor do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT); professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Columbia del Paraguay, em Assunção-PY; membro do grupo de pesquisa em História da Educação Matemática – GHEMAT; membro do Grupo de Trabalho 2 (GT2) da Sociedade Brasileira de Educação matemática (SBEM); membro do Grupo Colaborativo Semipresencial em Ensino-Aprendizagem de Matemática (GCESAM-UFF/Volta Redonda-RJ); Professor Multiplicador do setor de Matemática - Projeto Fundão/UFRJ. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: formação de professores, tecnologia educacional, educação de jovens e adultos, educação de necessidades especiais, educação matemática, história da educação matemática, história da matemática, ensino de matemática.

E-mail: pecape@ig.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2097222516450760>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4646-0080>

Rosana dos Reis da Silva

Graduada Pedagogia pela Fundação Padre Cleto Caliman (Funpac). Licenciatura em Letras Português/Inglês. Especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Superior de Educação e Cultura “Ulisses Boyd”. Pós-Graduação “Lato Sensu” em Educação Especial/Inclusiva e Educação Infantil pela Faculdade Regional Serrana da Serra (Fase). Pós-Graduação “Latu-Sensu” em Alfabetização e Letramento/ Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração Escolar pela Faculdade Futura. Especialização em Oratória, Transversalidade e Didática da fala para Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), Mestranda em Ciências da Educação pela Universidade Columbia Del Paraguay/Instituto IDEIA–Brasil. Atuação: Professora de Atendimento Educacional Especializado pela Prefeitura Municipal de Vargem Alta e Secretária Estadual de Educação.

Email: rosanareis.prof@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7642-1627>



www.arcoeditores.com



contato@arcoeditores.com



[@arcoeditores](https://www.facebook.com/arcoeditores)



[/arcoeditores](https://www.instagram.com/arcoeditores)



[\(55\)99723-4952](https://wa.me/55997234952)



ARCO
EDITORES ● ● ●